

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Maria Cristina Neves de Azevedo

**Arte sacra e distinção social:
Joaquim José da Natividade no sul de Minas Gerais na primeira
metade do século XIX**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1211370/CB

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura

Orientadora: Prof^a. Eunícia Barros Barcelos Fernandes

Rio de Janeiro
Setembro de 2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Maria Cristina Neves de Azevedo

**Arte sacra e distinção social:
Joaquim José da Natividade no sul de Minas Gerais na primeira
metade do século XIX**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Eunícia Barros Barcelos Fernandes

Rio de Janeiro
Setembro de 2014



Maria Cristina Neves de Azevedo

**Arte sacra e distinção social:
Joaquim José da Natividade no sul de Minas Gerais na
primeira metade do século XIX**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Eunícia Barros Barcelos Fernandes

Orientadora
Departamento de História – PUC-Rio

Prof^o. Ilmar Rohloff de Mattos

Departamento de História – PUC-Rio

Prof^o. Caio César Boschi

Departamento de História - PUC-MG

Prof^a Mônica Herz

Vice-Decana de Pós Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Maria Cristina Neves de Azevedo

Graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói) em 1993. Como documentalista participou de projetos de organização de coleções iconográficas, na área da História da Ciência e da Saúde, no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. Coursou História da Arte Sacra na Faculdade São Bento do Rio de Janeiro, com monografia voltada para a arte decorativa no sul de Minas Gerais, no século XIX. Atua no magistério e na área de pesquisa.

Ficha Catalográfica

Azevedo, Maria Cristina Neves de

Arte sacra e distinção social: Joaquim José da Natividade no sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX / Maria Cristina Neves de Azevedo ; orientadora: Eunícia Barros Barcelos Fernandes – 2014.

202 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Arte sacra. 3. Distinção social. 4. Joaquim José da Natividade. I. Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

Para meu pai José Luiz (*em memória*),
minha mãe Helenice e minha irmã Cecília, pelo apoio e amor incondicionais.

Agradecimentos

Da dica de minha irmã sobre um curso de especialização em Educação ao Mestrado lá se foram quatro anos. Uma das disciplinas, dedicada a atuação de negros e mestiços na arte sacra fluminense do período colonial, despertou os questionamentos iniciais desta pesquisa. O incentivo da professora Nancy Rabelo foi essencial para a continuidade dos estudos.

O caminho seguiu em direção à História da Arte Sacra. Pela contribuição intelectual e a compreensão pelos “tempos difíceis” que enfrentei agradeço de coração a Janaina Ayres, Marcos Tadeu Daniel e Mauro Fragoso com quem pude aprender e apurar o meu olhar na arte e no coração. Ao professor Cesar Tovar devo a indicação da orientadora. Sabe de tudo!

Eunícia Fernandes, muito obrigada por acreditar em uma desconhecida com rascunhos desconexos (o tempo altera nosso olhar, ainda bem!). Contar com sua orientação assertiva e carinhosa foi essencial para a realização deste trabalho. Espero que seja o início de uma longa amizade.

Aos professores do Departamento de História da PUC-Rio, alguns dos quais tive a oportunidade de ser aluna na graduação, agradeço pela contribuição para a continuidade da minha formação iniciada tantos anos antes. Aos funcionários do Departamento de História Anair, Claudio, Cleuza, Edna e Moisés meus sinceros agradecimentos pela gentileza, solicitude e diversão. Agradeço especialmente a Edna e ao Claudio pela paciência com minha ansiedade.

O deslocamento para diferentes cidades em Minas Gerais, no processo de levantamento de dados e registro fotográfico das obras pesquisadas, foi possível pela concessão de bolsa pela Fundação Capes no período integral do curso. Este suporte foi essencial para a realização deste estudo.

Recebi preciosas indicações de arquivos, documentos e textos. Marilze *Dedé* Pereira, muito obrigada por tudo: livros, planta, contatos e indicações. As dicas de documentos e arquivos foram dadas por Patrícia Leite, a quem agradeço imensamente. Ao pesquisador e restaurador Carlos Magno de Araújo pela disponibilização de seus textos publicados e as muitas considerações acerca do

objeto desta pesquisa, sua contribuição foi decisiva para minha reflexão. A Jairo Braga Machado do IPHAN em São João del Rei, obrigada por disponibilizar a reprodução fotográfica de alguns dos documentos utilizados neste trabalho.

No percurso da pesquisa visitei inúmeros arquivos em diferentes cidades. Em Campanha o Museu Regional e o Arquivo da Cúria; o escritório do IPHAN em São João del Rei; o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese em Mariana. Em Baependi o Arquivo Municipal e a Secretaria de Turismo. Agradeço pela recepção sempre atenciosa de todos os responsáveis e pelo pronto atendimento às solicitações de documentos e reprodução. Por abrirem as portas das igrejas que administram para o registro fotográfico meu agradecimento aos padres José Douglas Baroni, Sebastião Luiz Gonçalo e a Monsenhor Jair.

Fui cursar o mestrado com uma turma mais que animada. Foi ótimo ter conhecido e convivido um pouco com todos vocês. Agora é botar o bloco na rua, concordam Guilherme, Mariana, Pedro e Renato?

E continuando no assunto gente bacana tive a oportunidade de conhecer Agnes e Ana Cristina, ô sorte! Carol, Marília e Vanessa que não existam lonjuras depois de finda essa etapa. Que tal revisitarmos o quilombo? Ainda sobre gente bacana, um agradecimento especial à querida Marília, por me escutar nos momentos de angústia e pelas palavras de apoio.

E a vida me proporcionou muitas coisas boas, dentre elas uma constelação de amigos que são também minha família. Salve os discos espalhados pelo chão da sala. Salve o “Blade Runner” e a linda vista da Baía de Guanabara. Salve os revigorantes mergulhos e tardes em Itacoatiara, o subir e descer nas ladeiras de Santa Teresa. Salve Santo Antônio do Rio Grande e Mirantão. Salve a Mantiqueira e as águas que dela nascem. Sou muito melhor perto, junto e misturada com vocês.

Minha família sempre me apoiou e me deu o suporte necessário para a realização desta empreitada. Amo vocês! *Minha irmã*, muito obrigada pelo seu cuidado nos últimos momentos da escrita. Fui mais feliz tendo ao meu alcance bolo de chocolate, com deliciosa calda de chocolate, almoços deliciosos e a Mafalda para distrair a Frida. Agradeço principalmente por toda a sua paciência comigo.

Resumo

Azevedo, Maria Cristina Neves de; Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. **Arte sacra e distinção social: Joaquim José da Natividade no sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. Rio de Janeiro, 2014. 202 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A atuação do artista Joaquim José da Natividade, na Comarca do Rio das Mortes entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, permitiram a reflexão acerca das possíveis relações entre os processos de construção e decoração de capelas e igrejas com as representações de distinção e hierarquia(s) entre moradores. Ao disponibilizar recursos para a ornamentação dos templos, os financiadores das obras – proprietários de terras e escravos ligados à produção e comercialização de gêneros alimentícios – esperavam que a qualidade artística fosse compatível aos valores mobilizados. Dessa maneira, os fatores *prestígio* para o artista e *fortuna* para o contratante se mostraram pertinentes para a análise de parcela das obras atribuídas ao artista, por carregarem o significado do privilégio social expressos nos processos artísticos e sociais inerentes à sua execução.

Palavras-chave

Arte sacra; Distinção social; Joaquim José da Natividade.

Abstract

Azevedo, Maria Cristina Neves de; Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. **Sacred art and social distinction: artist Joaquim José da Natividade in southern Minas Gerais in the first half of the nineteenth century.** Rio de Janeiro, 2014. 202 p. MSc Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

References to the significant role of the artist Joaquim José Natividade - in the County of Rio das Mortes between the second half of the eighteenth century and the first decades of the nineteenth century - allowed the reflection on the possible relationships between the processes of construction and decoration of chapels and churches with the distinction of representations and hierarchy(s) between dwellers. To provide resources for the ornamentation of the temples, the funders of the work - Landowners and slaves related to production and marketing of foodstuffs - expected that the artistic quality was compatible with raised values. Thus, the prestige and fortune for the artist to the contractor factors were relevant to the examination of a portion of the works attributed to the artist, because they carry the meaning of social privilege expressed in artistic and social processes involved in their implementation.

Key-words

Sacred art; Social distinction; Joaquim José da Natividade

SUMÁRIO

1. Introdução	17
2. Gastando a sola dos pés em Baependi	27
2.1 O lugar das igrejas	27
2.2 As igrejas do lugar: a freguesia de St ^a Maria de Baependi	43
2.3 A igreja de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi	65
3. Joaquim José da Natividade: um artista de prestígio	76
3.1 Seguindo os passos de Joaquim José da Natividade	84
3.2 Dos passos aos traços do artista	116
4. Arte sacra e distinção social no sul de Minas	142
4.1 A origem da capela na serra das Letras	144
4.2 O prestígio do artista e fortuna do contratante	160
5. Conclusão	191
6. Referências bibliográficas	196

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta do município de Baependi	47
Figura 2 – Detalhe da planta do município de Baependi	48
Figura 3 – Conjunto arquitetônico religioso de Baependi	49
Figura 4 – Localização da capela de Nossa Senhora do Rosário	50
Figura 5 – Conjunto arquitetônico religioso de Baependi	51
Figura 6 – Localização: capela e igreja matriz. Baependi	66
Figura 7 – Vista área: Baependi	68
Figura 8 – Vista área: igreja de Nossa Senhora de Montserrat	69
Figura 9 – Localização: igreja de Nossa Senhora de Montserrat	69
Figura 10 – Percurso do artista em Minas Gerais	100
Figura 11 – Localização: obras de Joaquim José da Natividade	101
Figura 12 – Nave, retábulos e capela-mor. INSR, Lavras	119
Figura 13 – Nave, retábulos e capela-mor. INSC, Carrancas	119
Figura 14 – Nave, retábulos e capela-mor. ISTL	119
Figura 15 – Nave, retábulos e capela-mor. INSM, Baependi	120
Figura 16 – Estrutura do retábulo. INSR, Lavras	121
Figura 17 – Ornamentação do camarim. INSR, Lavras	121
Figura 18 – Pinturas de rocalhas. INSR, Lavras	121
Figura 19 – Motivos florais. INSM, Baependi	123
Figura 20 – Motivos florais. ISTL	123
Figura 21 – Motivos florais. INSC, Carrancas	124
Figura 22 – Pinturas parietais. INSC, Carrancas	126
Figura 23 – Pintura parietais: rocalhas. INSC, Carrancas	126
Figura 24 – Rocalhas. Franz Xaver Habermann.	126
Figura 25 – São Ambrósio. ISTL	127
Figura 26 – São Ambrósio. ISTL	127
Figura 27 – Mesa do Altar-mor. INSC, Carrancas	128
Figura 28 – Retábulo-mor. INSC, Carrancas	128
Figura 29 – Sacrário. INSC, Carrancas	128
Figura 30 – Sacrário. INSR, Lavras	129
Figura 31 – Deterioração. N. S. do Rosário, Baependi	130

Figura 32 – Face e cabelos. N. S. do Rosário, Baependi	131
Figura 33 – Querubim. N. S. do Rosário, Baependi	131
Figura 34 – Menino Jesus. N. S. do Rosário, Baependi	131
Figura 35 – Manto. N. S. do Rosário, Baependi	132
Figura 36 – Túnica. N. S. do Rosário, Baependi	132
Figura 37 – Bloco de nuvens. N. S. do Rosário, Baependi	133
Figura 38 – Coroa. N. S. do Rosário, Baependi	133
Figura 39 – Face. N. Senhor do Bonfim, Baependi	135
Figura 40 – Elemento compositivo: talha e pintura. ISTL	136
Figura 41 – Entalhe. INSM, Baependi	137
Figura 42 – Entalhe: retábulo-mor. INSM, Baependi	137
Figura 43 – Entalhe: porta. INSM, Baependi	138
Figura 44 – Entalhe: pilastra. INSM, Baependi	138
Figura 45 – Emblema: ofício dos carpinteiros. INSM, Baependi	139
Figura 46 – Prédio da igreja. ISTL	150
Figura 47 – Janela do coro. ISTL	151
Figura 48 – Vista do corpo da igreja. ISTL	154
Figura 49 – Retrato do Barão de Alfenas. N. A. Facchinetti	159
Figura 50 – Pintura: forro da nave. ISTL	170
Figura 51 – Pintura: forro da nave. ISTL	172
Figura 52 – Pintura: São Gregório distorção. ISTL	173
Figura 53 – Pintura: São Gregório sem distorção. ISTL	173
Figura 54 – São Agostinho: atributos. INSR, Lavras	175
Figura 55 – São Agostinho: atributos. ISTL	175
Figura 56 – São Gregório: atributos. INSR, Lavras	176
Figura 57 – São Gregório: atributos. ISTL	176
Figura 58 – São Jerônimo: atributos. ISTL	177
Figura 59 – São Jerônimo: atributos. INSR, Lavras	178
Figura 60 – São Ambrósio: atributos. INSR, Lavras	179
Figura 61 – São Ambrósio: atributos. ISTL	179
Figura 62 – Nave: arranjos florais. ISTL	181
Figura 63 – Nave: anjo e flores. ISTL	181
Figura 64 – Nave: pássaro e flores. ISTL	181
Figura 65 – Santo Agostinho: vestimenta. ISTL	182

Figura 66 – São Gregório: vestimenta. ISTL	182
Figura 67 – Nave: Cristo pisando na cabeça de querubim. ISTL	183
Figura 68 – Capela-mor: quadro central. ISTL	184
Figura 69 – Capela-mor: rocalhas e buquês pendidos. ISTL	185
Figura 70 – Capela-mor: arremate do quadro central. ISTL	185
Figura 71 – São João. ISTL	186
Figura 72 – São Mateus. ISTL	186
Figura 73 – Capela-mor: composição do quadro central. ISTL	187
Figura 74 – São Lucas. ISTL	188
Figura 75 – São Marcos. ISTL	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	62
Tabela 2	63, 103
Tabela 3	63
Tabela 4	115
Tabela 5	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Arquivo Municipal de Baependi
ACDC	Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha
AEAM	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AESJDR	Arquivo do Escritório Técnico de São João del Rei IPHAN/MG
APM	Arquivo Público Mineiro
AESP	Arquivo do Estado de São Paulo
BN	Biblioteca Nacional
INSR	Igreja de Nossa Senhora do Rosário
INSC	Igreja de Nossa Senhora da Conceição
ISTL	Igreja de São Tomé das Letras
INSM	Igreja de Nossa Senhora de Montserrat
PMB	Prefeitura Municipal de Baependi

A dois passos da cidade importante
a cidadezinha está calada, entrevada.
(Atrás daquele morro, com vergonha do trem.)
Só as igrejas
só as torres pontudas das igrejas
não brincam de esconder.

Carlos Drummond de Andrade – *Sabará*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo compreender as possibilidades de relação entre os processos de construção e decoração de igrejas com o estabelecimento de distinção e hierarquia social na experiência mineira entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Originado a partir da aproximação entre uma inquietação social e o domínio da História da Arte Sacra, permitiu a elaboração de questionamentos sobre a configuração das igrejas e capelas inseridas na malha urbana da antiga vila de Santa Maria de Baependi e o avanço sobre a trajetória de um artífice.

No percurso de levantamento bibliográfico foi descoberto um manancial de possibilidades, apresentado por um conjunto documental heterogêneo. Obras de memorialistas e historiadores, registros cartoriais e paroquiais e listas nominativas puderam ser utilizados como fontes para buscar o conhecimento acerca dos processos de produção e reprodução da arte sacra, das dinâmicas de trabalho de artífices, artesãos e oficiais mecânicos na região e da aquisição de seus produtos pela comunidade local/regional.

A localização de tal processo propôs que o estabelecimento de uma rede complexa de produção de obras arquitetônicas, de ornamentação - e, paralelamente, a aquisição de imaginária religiosa - pudesse ser pensada como representativa das relações e dinâmicas internas a uma sociedade em que a acumulação de riquezas favoreceu a afirmação social e política de setores ligados à produção agropastoril.

A identificação de um artista voltado para a pintura decorativa em igrejas e capelas, com trabalhos realizados em inúmeros templos na região do Sul de Minas, na comarca do Rio das Mortes, apresentou-se como um fio condutor privilegiado, permitindo a compreensão de alguns aspectos da representação social e hierárquica da sociedade que o contratou, garantindo uma materialidade de vivências e, com isso, um acesso às condições sociais dessa produção.

Deste modo, a presente investigação tem como orientação a trajetória do pintor Joaquim José da Natividade buscando compreender a inserção de seu trabalho na dinâmica desta sociedade e as relações por ele construídas com seus pares e contratantes. A partir da identificação do artista nas obras das igrejas de

Nossa Senhora de Montserrat, na paróquia de Santa Maria de Baependi, a de Nossa Senhora da Conceição na localidade de Carrancas e a capela de São Tomé das Letras, na serra de mesmo nome, procuro estabelecer um preliminar percurso geográfico bem como atribuir referentes temporais à trajetória do artesão. As possibilidades de identificação dos prováveis contratadores que habitavam as localidades onde foram erigidas as igrejas e capelas eleitas para a pesquisa permitem a apresentação das discussões historiográficas que enfrento.

Nesse sentido, visou-se a compreensão dessa área da produção artística como representação de distinção social, no que toca à hierarquização implícita aos processos de sua produção e alteração. A representação é aqui entendida como forma de apropriação simbólica das diferentes formas de leitura e recepção dos textos (escritos ou imagéticos), produzidos por indivíduos e grupos sociais ali presentes e objetivou “identificar o modo como as configurações inscritas nos textos (...) construíram representações aceites ou impostas do mundo social”¹ levando em conta

um espaço de trabalho (...) que situa a produção do sentido, a ‘aplicação’ do texto ao leitor como uma relação móvel, diferenciada, dependente das variações, simultâneas ou separadas, do próprio texto, da passagem à impressão que o dá a ler e da modalidade da sua leitura (silenciosa ou oral, sacralizada ou laicizada, comunitária ou solitária, pública ou privada, elementar ou virtuosa, popular ou letrada, etc)²

Desta maneira, é viável o estabelecimento da compreensão do texto a partir de sua apropriação em múltiplos significados formados por diferentes experiências. Como controle e ordenação consciente, a intervenção humana pode ser conhecida pelos indivíduos e grupos de uma dada sociedade e, através da técnica – construtiva, de escolha e elaboração de materiais – e do gosto artístico, a sociedade participa de forma ativa na alteração do ambiente, natural e urbano.

A ereção de capelas e igrejas pode ser entendida, nesse sentido, como o estabelecimento de lugares privilegiados, com maior ou menor destaque para os prédios religiosos, fosse nas áreas rurais ou urbanas, alterando a paisagem local. Nesse sentido, foi possível a compreensão da inserção dos prédios religiosos

¹ CHARTIER, Roger. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *História cultural. Práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. pp 13-28, p. 24

² CHARTIER, Roger. *História cultural. Práticas e representações*, p. 26 Apud. Roger Chartier (sob a direção de). *Les usages de l'imprimé (XV-XIX siècle)*. Paris: Fayard, 1986

como símbolos de poder expressos na paisagem servindo ao “propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda uma sociedade”³ em uma longa duração.

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a *cidade*, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na *pintura*, poesia e outras artes⁴.

O simbolismo da construção das igrejas matrizes das freguesias de Baependi e São Tomé das Letras se aproxima dessa visada por se acharem associados ao controle da ocupação do espaço, respondendo ao interesse de grupos sociais específicos. Estendendo-se a um processo posterior, a identificação dos trabalhos de decoração interna dos templos, nas primeiras décadas do século XIX, se apresentaram como expressões inerentes à transformação dessa paisagem à serviço de uma realidade que se complexificava, na medida em que a própria sociedade se ampliava numericamente e se diversificava com a presença de diferentes atores sociais.

Tais igrejas podem ser apreendidas como expressão do privilégio social em diferentes aspectos: pelo lugar de destaque na topografia local, ao serem elevadas à condição de matriz de uma nova freguesia e por serem estabelecidas como referência de origem para os arraiais e vilas. A construção do espaço é, então, percebida como expressão e simbolismo de poder e relaciona-se diretamente à estrutura hierárquica⁵ da sociedade, levando em consideração a proposta de interpretação dos processos de promoção administrativa das localidades mineiras apresentada por Claudia Damasceno Fonseca.

A qualidade dos prédios – civis ou religiosos – encontrava-se incluída entre os itens de distinção e enobrecimento das localidades, sendo o reconhecimento da ornamentação e da dimensão das igrejas um fator relevante para os processos de ascensão urbana. A partir desta perspectiva, se mostrou

³ COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 106

⁴ Ibid, p. 108. Grifo nosso.

⁵ FONSECA, Claudia Damasceno. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos. A concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*, nº 29, jan 2003, pp. 39-51, p. 43

pertinente relacionar arte sacra e hierarquia social para entender o papel da igreja enquanto representação e produto cultural desta sociedade.

A reflexão acerca da construção de uma estrutura hierárquica social através da produção artística religiosa se mostrou plausível pela reflexão acerca das relações entre artista e encomendante. As noções de *prestígio*, para o artista, e de *fortuna* para aquele que o contrata revelaram-se permeadas pelo lugar de fala dos sujeitos sociais, privilegiando uma leitura destes sujeitos em escala reduzida.

Por esse motivo, este trabalho movimentou-se entre as escalas regional – ao determinar a Comarca do Rio das Mortes como área para a pesquisa – e local, ao eleger um conjunto específico de obras realizadas pelo artista. Esta alteração de foco permitiu o vislumbre de relações intrínsecas à contratação de Joaquim José da Natividade e à elaboração da ornamentação da igreja de São Tomé das Letras que não se revelariam em uma abordagem ampliada.

Entendendo que esta perspectiva integra o corpo teórico e metodológico próprio à História Social da Cultura, busquei identificar as relações possíveis para a construção de sentido social através da valoração da arte decorativa, como expressão de distinção social, nas primeiras décadas do século XIX, na região da comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais.

O deslocamento da hierarquização social, antes baseada na organização do espaço urbano, para a ornamentação dos templos apresentou traços de uma sociedade em que o processo de aristocratização era representado pela ostentação e pelo luxo dos objetos de consumo⁶, fossem eles referentes ao âmbito sagrado ou profano. A presença de artistas e artífices na região e o aumento da demanda de objetos de arte⁷ por representantes do grupo social dominante são reflexos desse processo.

⁶ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 75-77; 79-80;85-86

⁷ A tabela nº 17 produzida por Marcos F. Andrade, a partir dos inventários *post mortem* do termo de Campanha, pode ser elucidativa quanto aos períodos de crescimento de aquisição de oratórios pelas famílias ali fixadas. Os anos de 1830-1850 trazem índices significativos. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro. Minas Gerais. Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 131

A família Junqueira, em seu apreço e cuidado com as ermidas e capelas⁸, permitiu o reconhecimento destes produtos como expressões simbólicas de seu lugar na divisão social determinando, a partir da contratação de um artista e da qualidade da obra por ele realizada, sua capacidade e poder econômicos.

Entendo que, as igrejas em seu processo construtivo e decorativo podem expressar a posição social daqueles que as erigiram e ornamentaram como também das relações de hierarquia e poder das sociedades onde se localizavam. A descoberta do artista Joaquim José da Natividade se mostrou um fio condutor privilegiado, pois sua obra está presente em localidades em que integrantes da família Junqueira tiveram proeminência econômica, social e política.

A produção de Natividade viabilizou a confirmação da intensa produção regional e permitiu vislumbrar aspectos sociais permeados pela demanda e dinâmica das atividades artísticas na região, confirmando a configuração de espaços de sociabilidade voltados a um grupo social determinado. Revelou, ainda, fragmentos da transformação social e urbana daquela sociedade indicando a construção de teias e dinâmicas socioeconômicas e a complexidade da sociedade mineira colonial, que não se restringiu às áreas de exploração aurífera e pode ser identificada em toda a sua extensão territorial.

No primeiro capítulo será abordada a relação entre a hierarquia urbana, a ereção de igrejas e capelas e sua representação enquanto distinção social. A partir das indagações suscitadas pela inserção da igreja matriz e das capelas de duas irmandades na vila de Santa Maria de Baependi, busco identificar as possíveis relações entre as concessões de privilégios às localidades, e seus habitantes, e a elevação na hierarquia urbana destas localidades através da qualidade das construções eclesiásticas e de sua ornamentação.

O debate historiográfico em torno da urbanização no território mineiro no período colonial permitiu a eleição de referentes conceituais para a aproximação entre as hierarquias urbana, eclesiástica e social. Tomado como objeto de estudo o urbanismo português conheceu um movimento de renovação historiográfica

⁸ Ao salientar a importância da fazenda Favacho para a família Junqueira, Marcos Ferreira de Andrade faz alusão às “ermidas de São Tomé, Baependi e Carrancas” como palco para a realização “de rituais de batismo, casamento e óbito dos Junqueira” celebrada, em sua maioria, pelo padre Francisco Antônio Junqueira, filho de João Francisco Junqueira e irmão de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro. Minas Gerais. Campanha da Princesa (1799-1850)*, capítulo 4, nota 22, p. 258

ocorrida a partir dos anos 1980 e 1990, com destaque para os estudos regionais nos quais foram ressaltadas as peculiaridades da ocupação do espaço colonial. Historiadores, urbanistas, arquitetos e geógrafos elaboraram revisões e atualizações de conceitos, abordagens e documentação para se pensar sobre o processo de configuração do espaço urbano nas Minas Gerais colonial, apontando a existência de um projeto de controle e regulação do espaço pela administração metropolitana na região.

Nesse mesmo movimento, ganhou relevo a dimensão religiosa na produção e apropriação social do espaço urbano. Se a criação de vilas e cidades foi pontualmente aplicada pelo governo lusitano no contexto de exploração do ouro e diamantes, a ereção de capelas e igrejas em toda a extensão da capitania mineira não se comportou da mesma maneira. A significativa solicitação de provisão para a edificação de templos, principalmente na Comarca do Rio das Mortes em fins do século XVIII e princípios do século XIX, apresentou-se como um fator relevante para se refletir sobre o lugar das igrejas nos espaços urbano e rural daquela sociedade.

A inquietação inicial ganhou sentido a partir da leitura do trabalho de Silvia Hunold Lara, com sua proposta de abordagem da conformação espacial no Rio de Janeiro setecentista. Tomando como referente o fator político, a autora associou a ocupação da cidade com a valoração social dos lugares, perspectiva que permitiu a reflexão sobre a importância das edificações eclesiásticas para o controle metropolitano e como representação da hierarquização social.

Claudia Damasceno Fonseca e Rodrigo de Almeida Bastos foram tomados como referência para a compreensão do movimento de organização espacial na região mineira. Nesse sentido, teve relevância o referente político, presente nestes autores para a análise da conformação espacial. Pesaram igualmente as relações estabelecidas por Claudia Damasceno Fonseca e Silvia Hunold Lara entre as hierarquias urbana e social no contexto colonial, indicando a possibilidade de entendimento da ocupação do espaço como discurso de poder de um dado grupo social.

Os pesquisadores são uníssonos sobre a intencionalidade da dominação do território colonial luso na América, contestando os fatores de espontaneidade e organicidade para as urbes coloniais, notadamente para o período e área observados. Com o desenrolar da pesquisa, foram emergindo documentos com

informações que reforçaram a reflexão no âmbito da História Social e da Cultura. Nesse sentido, a intencionalidade da inserção dos edifícios na malha urbana indicou a construção da representação simbólica da ocupação do espaço através dos processos de valorização e desvalorização do *lócus* espacial. A qualidade do lugar e a qualidade dos indivíduos estavam entrelaçadas e atendiam à política e aos interesses locais e metropolitanos.

Foi possível perceber a utilização de princípios arquitetônicos e artísticos – de conveniência e decoro –, como nos orienta Bastos, para a argumentação e justificativa na criação de arraiais e na solicitação de elevação hierárquica dos povoados no sul de Minas. A “arte de povoar” portuguesa utilizou-se da topografia como oportunidade através da experiência, da conveniência e da negociação equilibrando o costume, a adequação e a vontade política.

Os critérios para a elevação hierárquica urbana passavam pela personificação e enobrecimento da população, através da qualidade das edificações existentes e das funções civis e eclesiásticas acumuladas. Assim, as igrejas vistas como critério de ascensão urbana e símbolos da hierarquia eclesiástica realizaram, a meu ver, a aproximação das hierarquias urbana, eclesiástica e social, tornando-se plausível como objeto para a reflexão sobre as relações arte sacra, hierarquia e distinção social.

A leitura do documento de doação do patrimônio para a ereção da igreja matriz da paróquia de Santa Maria de Baependi foi o ponto de partida para a reflexão destas relações, pela constatação dos componentes de dominação econômica, social e política implícita no documento que trata da ascendência da localidade nas hierarquias eclesiástica e urbana.

Se no século XVIII, a ereção de capelas e igrejas obedeceu aos processos de fixação da população concentrada nas áreas de exploração aurífera. No século XIX, a construção e ornamentação de templos religiosos acompanhou a movimentação interna ao território minerador, concentrando-se na região onde o desenvolvimento econômico se apresentava diversificado, voltado para a agropecuária e sem a constituição de aglomerados urbanos nos moldes das áreas de produção mineral. A busca pelas informações sobre a construção e ornamentação da igreja fez emergir o nome do artista Joaquim José da Natividade, com autoria comprovada para obras decorativas em inúmeras igrejas da região.

No segundo capítulo a realização do levantamento da trajetória pessoal e profissional de Joaquim José da Natividade identificou a estreita proximidade com o contexto produtivo da região.

O mapeamento da atuação do artista apresenta um percurso significativo. Suas obras foram identificadas em localidades com vocação agropastoril que conheceram destaque na comercialização desses produtos tanto internamente à capitania e província, como para a capital do Brasil. Este fato evidencia, para esta pesquisa, a possibilidade de reflexão acerca das intenções presentes na contratação de artista e artífices e na aquisição de obras de arte no âmbito do sagrado na Comarca do Rio das Mortes, especificamente no sul de Minas.

É no mesmo período que pode ser identificado o fortalecimento das relações e da influência política dos proprietários de terras e escravos ali fixados, o que pode se comprovar pela nomeação de seus representantes em cargos administrativos, militares e eclesiásticos.

As referências à sua obra são geralmente precedidas de adjetivos nos quais são ressaltadas sua destreza, maestria, delicadeza e originalidade. Tais atributos referem-se à execução de pinturas de forros, à ornamentação e aplicação de douramento em camarins, à policromia e encarnação de imaginária e, possivelmente, à produção de risco para retábulos mores e de nave.

A relação entre a qualidade e a quantidade de obras executadas em período concomitante permite a reflexão sobre os processos de criação e execução artística e de formação de mão-de-obra. Estes dados podem contribuir para a confirmação da existência de uma oficina que acompanharia o artista e do desenvolvimento de uma escola regional em que pôde ser constatado o trabalho conjunto de diferentes artistas em uma mesma peça. A existência de uma dinâmica produção de objetos de arte religiosa mostrou a existência de uma demanda em igual intensidade, atraindo aqueles que a esses ofícios se dedicassem.

A comparação entre as obras existentes nas igrejas escolhidas para este estudo levou a algumas considerações sobre as relações entre o artista, a execução das obras e seus possíveis contratantes. A constatação de diferenças na qualidade da finalização e dos materiais utilizados nas obras levantou o questionamento sobre a autoria dos trabalhos em sua íntegra. É preciso ponderar que a presença do artista em todas as etapas do processo atribuía qualidade ao resultado do serviço contratado, mas expressava uma significativa mobilização de recursos para o

mesmo. Ao inverso, a impossibilidade de amealhar um montante relevante para as obras pias, restringia não apenas a concepção do projeto quanto a contratação de profissionais renomados para sua execução, ficando reservado aos profissionais menos qualificados, ou ainda em formação, os serviços de menor complexidade.

A extensão da obra de Joaquim José da Natividade no Sul de Minas, em arraiais e vilas com economia voltada predominantemente para o abastecimento de gêneros alimentícios, apontou a possível identificação dos contratadores do artista. Seu acervo é encontrado em igrejas e capelas, públicas ou particulares, indicando que existia o aumento desta demanda nas localidades da Comarca do Rio das Mortes.

Este é o assunto abordado no último capítulo que pretende identificar os contratantes e patrocinadores do artista, entendendo que seu prestígio mútuo seria o elo que os aproximou. Foi possível, a partir do levantamento documental, a indicação de que um dos *mecenas* de Natividade pertencia a um grupo social abastado. Este grupo era integrado por proprietário de escravos e de grandes extensões de terra, com vínculos comerciais com a cabeça da comarca – São João del Rei – e a cidade do Rio de Janeiro.

A partir de publicação do final do século XIX, permitiu a atribuição de autoria para as pinturas de forro da igreja de São Tomé das Letras e a identificação de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, como um dos mais constantes benfeitores do templo. Esta indicação cotejada com relatos eclesiásticos e o *Livro de Fábrica* da referida igreja, possibilitou o estabelecimento de um vínculo entre a família Junqueira e a igreja em um tempo alargado, tornando plausível a aproximação entre artista e comitente.

Neste capítulo foi privilegiada a análise das obras produzidas pelo artista como uma proposta para a reflexão acerca das possíveis relações estabelecidas entre o artista e seus contratadores. A análise das obras de pintura existentes na igreja da serra das Letras, no que diz respeito à qualidade da composição e execução, permitiu a análise de um conjunto representativo do discurso construído pelo artista e seus contratantes.

A partir da comparação dos ornamentos que compõem as obras decorativas das igrejas em tela, buscou-se salientar a maior ou menor complexidade das composições; a qualidade do material utilizado (cores, folhas de ouro) e a qualidade a fatura dos ornamentos buscando a presença da “mão” do

artista em sua execução. Estes aspectos permitiram, em um foco mais aproximado, o entendimento da arte produzida por Joaquim José da Natividade enquanto representação de distinção social a partir dos termos *prestígio* e *fortuna*.

Para *prestígio* privilegiou-se o sentido acerca do ilusionismo, do engano artificial e da representação enganosa que fazem alusão à técnica de pintura ilusionista ou de perspectiva, presente na obra do pintor Natividade e por contemplar a ornamentação dos templos nas freguesias onde o artista atuou. Nesse sentido, seria pertinente refletir acerca das adjetivações que precedem as citações ao artista condizendo com sua prática a utilização do termo *prestígio*. Não deve ser esquecida, igualmente, a recorrência da pintura ilusionista neste período, em Minas Gerais⁹.

Para o termo *fortuna* foi relevado o sentido que aponta para a capacidade material dos indivíduos. Interessante notar a indicação dos sentidos relativos ao trabalho, risco e riquezas levando à uma possível associação entre ofício e acúmulo de posses. Quanto ao sentido que se refere à ventura, poderia se aventar que a boa ventura não faltou ao pintor Joaquim José da Natividade, por ter produzido extenso acervo em uma região contígua e em espaço relativamente curto.

A compreensão dos sentidos e significados coevos dos termos a serem utilizados, como aconselham Rodrigo de Almeida Bastos e Silvia Hunold Lara, ressaltam a aproximação entre artista e comitente. Apesar da ausência do termo *prestígio* para referenciar o artista, foi possível entender em que medida o *prestígio* do artista e a qualidade de sua obra eram capazes de mobilizar fortunas e, por outro prisma, quanto *prestígio* pode ser amealhado por indivíduos e grupos sociais ao financiar obras de qualidade e riqueza de um prestigiado artista.

⁹ Cf. OLIVEIRA, Myriam S. R. de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

2 GASTANDO A SOLA DOS PÉS EM BAEPENDI: O LUGAR DAS IGREJAS E AS IGREJAS DO LUGAR

2.1 O lugar das igrejas

“As solas dos pés são boas para aprendermos a história de um lugar”¹⁰, afirma o professor John Russel-Wood, para explicar que o contato com os documentos é uma importante etapa do trabalho de um pesquisador. Esta perspectiva foi colocada em sua entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional* no ano de 2008¹¹.

Russel-Wood defendeu que essa relação direta entre historiador e objeto de pesquisa é essencial, pois interagindo com o documento real, “há momentos de epifania”¹². Caminhar pela cidade pode aproximar o pesquisador de sua fonte de pesquisa de uma maneira bastante peculiar. Percorrer ruas e praças possibilita encontrar aspectos implícitos à formação dos lugares, que os documentos oficiais ou relatos nem sempre apresentam¹³.

(...) acho que a sola dos pés é boa para aprendermos a história de um lugar. É o caso de Ouro Preto, por exemplo. *Olhe as casas, como foram feitas, como o espaço foi utilizado*. Caminhando, temos uma ideia de como esta vila foi formada¹⁴.

Silvia Hunold Lara aborda em seu texto *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa* a organização da cidade do Rio de Janeiro a partir da edificação de uma malha urbana onde fica explícita a disputa de poder entre os diferentes grupos que compunham a sociedade setecentista. Entretanto, para a autora, a análise única e exclusiva das plantas e perspectivas da cidade, por possuírem um olhar seletivo para seu registro e fatura,

¹⁰ RUSSEL-WOOD, John. “A sola dos pés é boa para aprendermos a história de um lugar”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Edição 38, 09 dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/a-j-r-russell-wood>. Acesso em 30/01/2014, 16:20h

¹¹ Ibid, p. 1.

¹² RUSSEL-WOOD, loc. cit.

¹³ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 44.

¹⁴ RUSSEL-WOOD, John. op. cit., p. 1.

impede o vislumbrar dos detalhes construtivos que só podemos abarcar com a percepção visual¹⁵.

Em Minas Gerais, região que possui uma topografia escarpada, íngreme, o caminhar requer esforço. Caracterizada pela presença de vales, montanhas e pela sinuosidade dos caminhos as cidades foram erguidas equilibrando, nas encostas dos morros, beleza e engenho.

O que se percebe andando pela cidade é que *o gênio do português foi aproveitar essa topografia. Em vez de lutar contra ela, os portugueses fizeram dessa topografia complicada uma grande oportunidade*¹⁶.

Sérgio Buarque de Holanda em seu texto “O semeador e o ladrilhador” aponta a obediência dos portugueses “às sugestões da topografia”¹⁷. Defendendo que a rotina e a experiência foram os princípios norteadores das ações colonizadoras portuguesas, Buarque de Holanda classifica o urbanismo colonial luso-brasileiro como um ação baseada nas “experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras”. Esse fato, para o historiador, teria como consequência as frequentes mudanças “de sítio” dos núcleos por eles fundados. Justifica essa afirmativa a partir da constatação da “presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial”¹⁸. Seria a ação por experiência a norteadora da aceitação das “sugestões topográficas”?

Ao indicar a irregularidade do urbanismo colonial luso-brasileiro Sérgio Buarque de Holanda levanta indícios de que as ações colonizadoras portuguesas seriam baseadas na experiência e na rotina. Para o historiador a “expansão dos portugueses no mundo representou, sobretudo obra de *prudência*, de *juízo discreto*, de entendimento [de] *que experiências fazem repousado*”¹⁹. Por seu lado, Rodrigo de Almeida Bastos, em seu artigo “O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII”, sugere que a acomodação do corpo urbano se dava mediante os costumes tanto

¹⁵ Silvia H. Lara indica que da encomenda de projetos, pelo Marquês de Lavradio, para a edificação de uma nova muralha na cidade do Rio de Janeiro “resultaram diversas plantas da cidade, que, obviamente, preocuparam-se mais com os pormenores das obras militares do que com um registro preciso da malha urbana”. LARA, Silvia H. *Fragmentsos Setecentistas*, 2007, p. 44.

¹⁶ RUSSEL-WOOD, John. “A sola dos pés.....”, p. 1. Grifo nosso.

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido, 20ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 76

¹⁸ HOLANDA, loc. cit.

¹⁹ Ibid, p. 77

metropolitanos quanto aqueles dos colonos nas terras americanas, visto que com moradias já estabelecidas as ações da Coroa presavam a adequação das povoações ao que já existia. Assim, o assentamento urbano seguia regras de *conveniência*.

Nem sempre as providências poderiam ser efetivas, mas *a regulação e os costumes* orientavam a administração urbana. *A cidade constituía um corpo urbano em constante acomodação, (...) A cidade era composta e sustentada pela conveniência de intervenções parcelares constitutivas e mantenedoras da decência urbana*²⁰.

Assim, a *conveniência* era regra que adequava os objetivos da política metropolitana “ao modo de vida colônia que se estabelecia”²¹. Este processo de escolha não pode, então, ser apresentado como uma imposição da administração metropolitana posto que, a negociação dos *lugares* apropriados para a fundação dos novos núcleos ocorreu em diversas ocasiões. Bastos apresenta o processo de instituição da povoação para a vila de Ouro Preto que pode corroborar a ideia de que a aceitação das sugestões topográficas poderia estar submetida a uma ação pela experiência, conformando o *urbanismo conveniente luso-brasileiro*.

O fato de Vila Rica ter-se assentado em um sítio bastante acidentado pode ser considerado uma exceção (...).

(...). O governador [Antônio de Albuquerque] (...), atendeu finalmente à resolução com que os moradores ‘uniformemente todos convieram’ (...) ‘*pois era o sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio*’.

Minha tese é a de que Antônio de Albuquerque previu, sim, a futura centralização da vila sobre o cume do morro (...); sobretudo estrategicamente, pois, além de constituir um centro aproximadamente geométrico, *sua proeminência topográfica proporcionava amplo domínio visual sobre os arraiais, (...)*²².

Refletir acerca das categorias utilizadas no período é fundamental para a compreensão das doutrinas e regras que alicerçavam o pensamento construtivo e constitutivo das ações colonizadoras expressas na organização e edificação urbanas, orienta Rodrigo de Almeida Bastos. Nesse sentido, é possível a aproximação com a ideia de Sergio Buarque de Holanda no texto “O sementeiro e o

²⁰ BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII”. *Anais do Museu Paulista*. vol. 20 nº.1, pp. 201-230, jan./jun. 2012 Dossiê – Caminhos da História da Urbanização no Brasil-Colônia, p. 204. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100008>>. Acesso: 19/01/2014, 13:45.

²¹ *Ibid*, p. 205

²² *Ibid*, p. 209. Grifo nosso.

ladrihador” que ao comparar os processos de ocupação territorial português e espanhol na América, afirmou que a regularidade – tão cara aos filhos de Castela – era seguida pelos lusitanos em momentos em que “encontrava poucos empecilhos naturais”²³.

Podem ser citados os casos da organização da praça e ruas na Vila do Carmo, ao ser alçada à condição de cidade – em que traçados foram estabelecidos e é possível a visualização de ordem e regularidade nas ruas principais – e, em Vila Rica, no estabelecimento da rua Nova ou Formosa quando os aforamentos determinaram as orientações que deveriam ser seguidas para as frentes das moradas, alinhando-se ao novo traçado. O impedimento natural ao estabelecimento de uma ocupação urbana regular seria contornado, na América portuguesa, através do atendimento às sugestões topográficas, como sugere Russel-Wood.

A historiografia clássica acerca da temática do urbanismo colonial português, até as décadas de 1950-1960, caracterizava os aglomerados populacionais portugueses na América como áreas de ocupação irregular, em comparação com a urbanização das colônias americanas espanholas. Assim apontam as obras de Sérgio Buarque de Holanda²⁴, Robert Chester Smith²⁵ e Paulo Santos²⁶. Nessa perspectiva, a escolha e a concessão de terrenos para a fixação da população, no período colonial brasileiro, seguiam a “rotina”²⁷ da exploração metropolitana.

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, em seu artigo “Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia”, ao revisar a produção bibliográfica referente à urbanização aponta que, no Brasil, a referência uma nova abordagem e metodologia têm como marco os trabalhos realizados por Nestor Goulart Reis Filho²⁸, entre o final da década de 1950 e princípios de 1960. Segundo a

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 76

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988

²⁵ SMITH, Robert Chester. “The arts in Brazil: baroque architecture”. In: LIVERMORE, H. V. (Org.). *Portugal and Brazil. An introduction*. Oxford: Clarendon, 1953. p. 349-384.

²⁶ SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

²⁷ HOLANDA, Sérgio B. de. op. cit., p. 76

²⁸ Sua tese de livre-docência *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)* e o *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil colonial 1500/1720*, foram publicados, ambos, em 1964.

pesquisadora, até então, a historiografia internacional não considerava o urbanismo português como objeto de estudo.

Ainda segundo a pesquisadora, nos anos 1980-1990, uma segunda geração de pesquisadores entre arquitetos e urbanistas, consolidou novas contribuições,

com destaque para Murillo Marx (...). [que], lançou luz sobre as ordens religiosas e as irmandades laicas, descortinando o papel da Igreja e a dimensão religiosa no nosso processo de urbanização, face à crescente secularização dos espaços; na escala regional, analisou a rede de capelas e freguesias, até então ignorada, e atentou pioneiramente para as questões fundiárias derivadas da ação da Igreja em parceria com o Estado²⁹.

Outros estudos foram concomitantes, como o da brasilianista Roberta Marx Delson, que aprofundou o debate corroborando a tese de Nestor Goulart Reis, com foco no século XVIII. Uma terceira geração de pesquisadores “com contribuições originais, vasculhando particularidades locais”³⁰, com foco no intraurbano como espaço operatório para análise, trouxeram outros atores para o centro do debate”³¹.

Podem ser citados como integrantes dessa geração Fania Fridman, Maria Fernanda Bicalho³² e Cláudia Damasceno Fonseca, que realizou pesquisa que merece destaque em minha temática. Ao mergulhar “no genuíno caso da rede urbana mineira na tese *Des terres aux villes de l’or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*”, alçou a cartografia antiga como “fonte incontornável”³³ e aproximou, em sua análise, as hierarquias urbana e social apontando a mútua influência entre elas.

Nos anos 2000, uma quarta geração de pesquisadores retomou o interesse pelo período colonial, com abrangência à boa parte dos estados brasileiros. Seguindo a trilha de Murillo Marx³⁴, os estudos monográficos produzidos “ressaltam a dimensão religiosa dos processos de produção e apropriação social

²⁹ BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. “Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 11-40. jan.- jun. 2012, p. 22. Ver Murillo Marx (1988; 1990; 1991).

³⁰ Ibid, p. 23

³¹ BUENO, loc. cit.

³² Beatriz P. S. Bueno cita os trabalhos de Fania Fridman *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Paris: Garamond, 1999; e de Maria Fernanda Bicalho *A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (2003).

³³ BUENO, Beatriz P. S. op. cit., p. 23.

³⁴ MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1988.

do espaço urbano”³⁵. Beatriz Bueno destaca os trabalhos que abordam a região de Minas Gerais como os de Rodrigo de Almeida Bastos, sobre Mariana, e o de Maria Aparecida Borrego, sobre Vila Rica. Tais pesquisas permitem “perceber o quanto as cidades, como artefatos sociais, são ao mesmo tempo produto e vetor de dinâmicas na *rede urbana*”³⁶ lançando luz sobre “indivíduos e grupos sociais e (...) seus papéis em redes sociais mais alargadas”³⁷.

Silvia Hunold Lara compartilha a referência ao arquiteto Nestor Goulart Reis Filho. Este afirmou que a política de urbanização de Portugal, no final do século XVIII, “correspondia às necessidades metropolitanas de aprimorar seu controle sobre a área colonial (...) [com a] ampliação dos quadros técnicos enviados do Reino para a colônia”³⁸ para a descrição e a conformação do espaço urbano.

Para a formação dos núcleos de povoamento em Minas Gerais, as pesquisas indicam como principal característica da ocupação das áreas mineradoras, em seu primeiro momento, a formação de “roças” e a montagem de moradias, que não se pautavam pela perenidade, junto às lavras. Com a necessidade de criação das vilas, com vistas à institucionalização do controle da região pela Coroa portuguesa, teve início um processo em que as autoridades buscavam o estabelecimento do espaço ideal para a ereção dos prédios administrativos das novas povoações na colônia americana.

A ereção da vila determinava a instalação de uma câmara municipal que, a partir de então, concentrava outros três processos povoadores bastante significativos. (...)1. Adequação das estruturas construídas preexistentes: (...); 2. “Aumento” da povoação (*expansão física e “acrescentamento” de dignidade*): (...); ereção de capelas e igrejas, consolidação de largos e praças; 3. “Conservação”: (...)”³⁹.

Gostaria de destacar a citação às construções religiosas no processo povoador português. Inseridas no processo de “aumento de povoação”, a ereção de capelas e igrejas não atenderiam única e exclusivamente à expansão

³⁵ BUENO, Beatriz P. S. “Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia”, p. 24

³⁶ Beatriz P. S. Bueno explicita que o conceito de *rede urbana* foi herdado da geografia urbana, através de Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo. Ao buscar “racionalidades e lógicas de projeto” Nestor Goulart Reis Filho baseou-se em material empírico “especialmente iconográfico e cartográfico”, realizando análise com fontes diversificadas em uma “visão de conjunto, considerando território e cidade como artefatos sociais, com clara noção de processo histórico. Ibid, p. 18

³⁷ Ibid, p. 24

³⁸ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas*, p. 33.

³⁹ BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro...”, p. 203.

demográfica. Estariam, sob a lógica da distinção social, associadas ao “acrescentamento” de dignidade de localidades e seus moradores.

Em Minas Gerais, esse controle da vida urbana pode ser sentido de forma mais efetiva com a implantação de vilas e cidades que objetivavam, claramente, o controle da região.

Em 1711 criavam-se as primeiras Vilas nas Gerais; Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Entre 1713 e 1715 quatro outras vilas foram instituídas: São João d’El Rei (1713); Vila Nova da Rainha (Caeté-1714), Vila do Príncipe (Serro do Frio-1714) e Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (1715). No ano de 1714 estabeleceram-se as três primeiras comarcas na região; a de Vila Rica, a do Rio das Velhas, com sede em Sabará e a do Rio das Mortes, sediada em São João del Rei. Em 1720, a Comarca do Rio das Velhas foi desmembrada, com a criação da Comarca do Serro do Frio, sediada na Vila do Príncipe. No ano de 1720, a área mineira separava-se da Capitania de São Paulo e instituíam-se a Capitania de Minas Gerais, com sede em Vila Rica⁴⁰

Segundo Bastos as “regulações (...) deveriam reger também, pois, a *prudente* implantação das povoações, assim como a acomodação dos povos”⁴¹. Através dos preceitos de *decoro*, *conveniência* e *adequação* apresenta uma revisão da historiografia sobre a formação dos núcleos urbanos na região aurífera, contestando as características de espontaneidade e ausência de regulamentação na implantação das povoações coloniais.

Pela importância com que se evidenciam nas povoações remanescentes, nos tratados artísticos e nos documentos coevos, tais aspectos nos levam a cogitar em uma verdadeira arte de povoar fundamentada nesses valores e costumes, arte que denominamos *urbanismo conveniente luso-brasileiro*⁴².

Entendido como “o conjunto de aspectos e fatores envolvidos nos processos de implantação, aumento e conservação de povoações”⁴³, procura analisar os processos de urbanização das antigas vilas de Mariana e Ouro Preto segundo os preceitos de *decoro* e *conveniência* em relação ao seu significado

⁴⁰ LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. Tese para doutoramento à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1980, p. 16

⁴¹ BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro...”, p. 224.

⁴² *Ibid*, p. 201

⁴³ *Ibid*, p. 201-202

coevo. Para *decoro* utilizou a definição do Tratado de Arquitetura do jesuíta Luis Gonzaga que o define como

he apropiad.e [propriedade] das partes da praça per ordem aoSítio, q se tem escolhido - por ordem ao - Costume Comq se dispoem, e per ordem (aauthoridade) anatureza do (com) q se faz [.] (...) a onde possa ser conveniente, (descuberto o Sítio o fortifica pello costume, ou Methodo Lusitano seguindo os seos preceyos, mais Conforme a natureza da praça, q se pertende fazer. E esta planta tira a determinado Sítio com determinado methodo, q tem sua certa natureza [.] *Se chama decoro da planta, ou planta decoroza.*) busca este o sítio mais apto p.^o fim q se pertende, (...).⁴⁴

Bastos entende que a Coroa portuguesa, em seu processo de ocupação do território de sua colônia americana, aceitava as “sugestões topográficas”⁴⁵ adaptando a implantação dos arraiais, vilas e cidades “às várias circunstâncias encontradas nos sítios onde as implantavam”⁴⁶, ou “dando a cada uma das partes, o que eles per Sua natureza pedem”⁴⁷. O pesquisador encontra no preceito do *decoro* – presente nas artes, na ética e na arquitetura portuguesas – a fundamentação dos “processos de adaptação dessas artes (...) visando sempre a âmbitos variados de conveniência”⁴⁸. Para o termo *conveniência* recorro ao também jesuíta D. Rafael Bluteau que o define como “utilidade, interesse, lucro, proveito § Severim ‘acomodar os meios à conveniência da obra’, i. e. como convém. Conformidade, semelhança”⁴⁹.

É a partir da associação entre *decoro*, adequação e conveniência que Rodrigo de Almeida Bastos irá sustentar um paradigma diverso da historiografia clássica para o processo de urbanização portuguesa na América. Tomando como estudo de caso a cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, aponta que

a consideração do *decoro* contribuiu para a consolidação de uma política de expansão e conservação das conquistas e povoações mineiras, *baseada na atenção aos costumes, às condições dos sítios* e dos edifícios já construídos; contribuiu também para a *consolidação de uma disposição portuguesa pela adequação aos contextos e circunstâncias coloniais*, efetivada em povoações cuja

⁴⁴ BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro...”, p. 202, nota 3. Apud GONZAGA, Luis. *Tratado da Archi[te]ctura. [Exame] Militar. [17--?]*. (BIBLIOTECA NACIONAL DA AJUDA, Códice "E", 46-VIII-23). Grifo nosso.

⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 76

⁴⁶ BASTOS, Rodrigo A. op. cit., p. 202.

⁴⁷ Ibid, p. 202, nota 3.

⁴⁸ BASTOS, loc. cit.

⁴⁹ BLUTEAU, D. Rafael. *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 325.

*regularidade primordial não deveria advir senão justamente dessa decorosa disposição pela adequação, e não apenas da geometria*⁵⁰.

A necessidade de estabelecimento de jurisdição, com a criação das primeiras vilas, para as novas descobertas auríferas no território das Minas Gerais, foi segundo Rodrigo A. Bastos uma ação política – ação que permaneceu durante todo o período colonial – que levou ao procedimento de “conciliar as conveniências metropolitanas e as conveniências coloniais”⁵¹.

A ocupação dos terrenos seguia uma determinação metropolitana, gerando negociações e jogos de interesse mútuos – entre aqueles que ocupavam (os colonos) e aquele que concedia (a Coroa) – viabilizando o domínio e a exploração colonial em todos os sentidos. Para o Rio de Janeiro, Silvia H. Lara destaca que a interferência na legislação que regulava o uso dos terrenos urbanos constituía “um ato político, garantindo lugar privilegiado e uma posição estratégica do ponto de vista econômico”⁵².

Nesse sentido, a topografia utilizada como uma *oportunidade*⁵³ para a conformação da ocupação territorial no Brasil-colônia pode ser pensada como uma possível chave de leitura da configuração urbana nas Minas Gerais no contexto de dominação colonial, como apresentam Bastos e Lara. Haveria, portanto, uma intencionalidade de dominação política através da ocupação espacial e do aproveitamento de sua topografia. O decoro entendido nos mesmos termos que os jesuítas Luiz Gonzaga e Raphael Bluteau como adequação, conformidade, conveniência conduziria a conformação urbana, permitindo a negociação entre os diferentes atores sociais.

André Luiz Tavares Pereira, que também reflete sobre a cidade de Ouro Preto, em sua dissertação de mestrado *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*, propôs um estudo de caso da cidade mineira em que a análise volta-se às possíveis relações entre os edifícios arquitetônicos, construídos entre o final do século XVIII e início do século XIX, em seus aspectos formais e decorativos e os “processos de criação, expansão e configuração da área urbana da cidade”⁵⁴.

⁵⁰ BASTOS, Rodrigo A. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro...”, p. 202

⁵¹ BASTOS, loc. cit.

⁵² LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas*, p. 38

⁵³ RUSSEL-WOOD, John. “A sola dos pés.....”, p. 1

⁵⁴ PEREIRA, André Luiz Tavares. *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*. Campinas, SP: s. n., 2000. Dissertação apresentada ao Departamento de História do

Para a pesquisa, o levantamento dos edifícios foi realizado a partir da observação *in loco*, sendo o registro fotográfico gerado a partir da realização dos percursos nas vias da cidade. Esta proposta, em que o levantamento de dados é feito de forma empírica, cria a possibilidade de se estabelecer uma relação entre as construções e a conformação da cidade colonial. Segundo o autor, esse processo viabilizou a identificação de um “genuíno urbanismo barroco de excelente qualidade visual”⁵⁵.

Entendo que a utilização desta “topografia complicada como oportunidade”⁵⁶, como cita Russel-Wood, não está relacionada somente ao seu aproveitamento no aspecto construtivo ou, como aponta André Luiz Tavares Pereira, para a conformação de uma paisagem com “qualidade visual”⁵⁷. Um caráter intencional, com vistas à melhor localização das construções ligadas ao poder administrativo e eclesiástico, é uma possibilidade de leitura cada vez mais aceita entre os pesquisadores da História da Urbanização.

Ao selecionar textos que abordam a trajetória da História da Arquitetura e da Urbanização no Brasil, André Luiz T. Pereira apresenta o debate entre as formações de cidades “orgânicas” – que seriam as cidades portuguesas – e as cidades “planejadas”, aquelas implantadas pela Coroa espanhola. Ressalta que, raros são os textos que se voltam à análise das relações entre as formas arquitetônicas, e sua inserção na malha urbana e os impactos decorrentes desta.

Mesmo que não se busque analisar as formas arquitetônicas na presente pesquisa, é relevante refletir sobre a localização dos edifícios na malha urbana e a sua configuração estética na visualidade das cidades, no que diz respeito à valorização ou desvalorização de um dado espaço. A questão da determinação das relações visuais decorrentes “da técnica de inserção dos edifícios no tecido urbano”⁵⁸ é abordada por André Luiz T. Pereira a partir do trabalho realizado por Giovanna Rosso Del Brenna⁵⁹. A pesquisadora propôs “o estudo dos efeitos que a organização espacial nesses núcleos urbanos produz sobre o observador que por

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Sidney Coli Júnior, p. 14

⁵⁵ Ibid, p. 3

⁵⁶ RUSSEL-WOOD, John. “A sola dos pés....”, p. 1

⁵⁷ PEREIRA, André Luiz T. op. cit., 2000, p. 3

⁵⁸ Ibid, p. 15

⁵⁹ BRENNNA, Giovanna Rosso Del. “Medieval ou Barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial”. *Revista Barroco*, v. 12, UFOP, 1981

ela transita”⁶⁰ aponta para o entendimento do espaço, planejado e construído, como “cenário”⁶¹.

O espaço tem sua representação simbólica na sociedade que o ocupa na medida em que se faz a associação entre *qualidade* do lugar da ocupação com a *qualidade* do grupo social ali fixado. Erigir um prédio, casa de morada ou comercial, em terreno privilegiado representava o grau de proximidade com as instâncias do poder metropolitano o que permite entender que a concessão não se restringia estritamente ao plano de formação da *urbes*, mas da montagem de uma sociedade de privilégios em todos os seus aspectos: social, econômico e espacial. Referindo-se aos trabalhos recentes de arquitetos e urbanistas sobre as vilas e cidades coloniais portuguesas, Silvia Hunold Lara salienta que, além do combate à ideia da pouca importância da dos núcleos citadinos coloniais, vêm se

evidenciando a existência de um planejamento urbano português nas áreas coloniais como também mostrando o quanto tal política urbanizadora esteve a serviço dos interesses administrativos do governo metropolitano⁶².

Ao analisar os investimentos da Coroa portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, a pesquisadora afirma que a transformação do espaço urbano refletia os interesses do poder, assim, a execução de obras públicas, a construção de edifícios e as regulamentações “estavam diretamente ligados aos movimentos da política”⁶³. No primeiro capítulo do livro *Fragments Setecentistas*, propõe que estas ações objetivavam o controle do cotidiano nos povoados coloniais.

Ao observar as mudanças no traçado das ruas ou examinar as obras realizadas em diversos momentos, é importante atentar para os investimentos políticos que elas significaram⁶⁴.

A ocupação espacial colonial estava submetida, à regulamentação metropolitana determinando os lugares para os locais de moradia, comercialização, circulação reforçando o caráter político e econômico da organização urbana. Alerta, no entanto, que para uma análise deste espaço, além

⁶⁰ PEREIRA, André Luiz T. *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*, p. 15

⁶¹ *Ibid*, p. 15

⁶² LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas*, p. 33

⁶³ *Ibid*, p. 50

⁶⁴ *Ibid*, p. 36

da conformação geográfica e do aumento populacional, é necessário que se procure informações sobre o crescimento e distribuição de ruas e edifícios. Ressalta, ainda, que o aumento da dimensão espacial e a configuração dos prédios no espaço é o resultado de negociações entre diferentes atores e poderes coloniais e metropolitanos.

Pode-se aqui retomar a discussão proposta por Rodrigo Almeida Bastos sobre a importância dos preceitos de *conveniência, prudência e decoro* no processo urbanístico colonial luso-brasileiro em que pesem seus significados de manutenção da harmonia e ordem para a sustentação do corpo do império português. A intervenção urbana, que altera a paisagem segundo os interesses dos diferentes atores sociais, encontra-se expressa no controle e ordenação do espaço bem como nas técnicas construtivas e artísticas.

A paisagem aqui é entendida como uma ação humana ligada a “uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa”⁶⁵, que é afetada pelas relações entre cultura e poder, indicando a posição dos indivíduos na construção da paisagem que atua nas “formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; (...)”⁶⁶. Assim compreendida, a paisagem expressa significados simbólicos “porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”⁶⁷. Estes símbolos e significados têm, como intuito, a reprodução de normas e valores culturais de grupos dominantes⁶⁸, configurando a “qualidade visual” do espaço urbano.

Os conceitos de paisagem cultural – entendida por Denis Cosgrove como uma forma ativa da sociedade na alteração da natureza, seja ela natural ou urbana – e hierarquia urbana podem ser aproximados, levando em consideração a proposta de interpretação dos processos de promoção administrativa e eclesiástica das localidades mineiras apresentada por Claudia Damasceno Fonseca para a formação do espaço urbano colonial português na América. Em sua tese, defende que para as Minas Gerais deve ser relevado o papel das construções religiosas.

⁶⁵ COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 99

⁶⁶ COSGROVE, loc. cit.

⁶⁷ Ibid, p. 108

⁶⁸ Ibid, p. 106

Caio Cesar Boschi as entende como “núcleo e eixo vital dos arraiais”⁶⁹. Para Silvia H. Lara a igreja e sua “estrutura eclesiástica (...) marcava e mesmo ordenava a vida nos núcleos urbanos coloniais”⁷⁰.

Retomo de Cláudia Damasceno Fonseca seu apontamento para o possível paralelismo entre as hierarquias urbanas e sociais do Antigo Regime ao sublinhar as “influências de ambas as hierarquias”⁷¹ no mundo colonial. Entendendo que a atribuição pela metrópole, de funções civis e eclesiásticas aos povoados, estabeleceu uma hierarquização da rede urbana percebe, como critérios para a reivindicação de alteração de *status* dos arraiais e vilas, a personificação e o enobrecimento das localidades a partir da *qualidade* de seus moradores, da beleza das construções ali encontradas e das funções civis e religiosas que exerciam.

De fato, as taxionomias urbanas e a hierarquização das aglomerações portuguesas são decorrentes de um sistema de concessão de títulos e funções que ‘ilustram’ e ‘enobrecem’ as localidades que os recebem. (...) as qualidades e os títulos das aglomerações podiam ajudar as elites locais a obter honras e privilégios (...) [e a] promoção urbana (...) dependia, em larga medida, do caráter mais ou menos ‘nobre’ da população local⁷².

O aspecto físico das povoações era ressaltado no que diz respeito à localização do sítio, à organização das ruas e à nobreza dos prédios que constituíam a malha urbana, os tipos e qualidade das obras e a “vitalidade financeira dos concelhos”⁷³ para o financiamento das obras públicas. Os elementos urbanísticos presentes nas localidades como os prédios civis e administrativos mediam, também, a cultura e a “urbanidade” da população.

Para diferenciar um povoado do outro, na disputa pela promoção na hierarquia funcional, os “bem ornados templos em que com muito asseio, grandeza e devoção se celebram os ofícios divinos”⁷⁴ indicam que as igrejas eram um dos critérios para a distinção urbana. Pode-se deduzir que seria extensivo à distinção social dos indivíduos – fiéis, artistas e oficiais mecânicos que as

⁶⁹ BOSCHI, Caio Cesar. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História, nº 123, p. 35

⁷⁰ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas*, p. 58

⁷¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 335

⁷² FONSECA, loc. cit.

⁷³ *Ibid*, p. 366

⁷⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos. A concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*, nº 29, jan 2003, pp. 39-51, p. 46

erigiram – que estivessem envolvidos diretamente com os templos e suas ordens religiosas.

A beleza das construções religiosas era argumento de recurso e afirmação de privilégio nas solicitações de funções administrativas ao Conselho Ultramarino⁷⁵. A solicitação para promoção do arraial de Campanha em vila foi refutada pela câmara de São João d’El Rei por não ser encontrada no lugar “uma igreja decente, e havendo algumas lavras, e boas, pouco ou nada cuidam no ornato dela”⁷⁶. Dessa maneira, a arquitetura e arte sacras podem ser entendidas como esferas de reprodução das hierarquias incluindo, nesta dinâmica, as obras decorativas dos templos anteriormente construídos.

Cumpra observar ademais que a demanda não foi pequena ou circunstancial: existiu desde os primeiros tempos. (...) o ritmo das construções cresceu com o passar dos anos, e é importante assinalar que se manteve regular e estável – em certa dimensão até aumentou – na segunda metade da centúria [XVIII]⁷⁷

Construídas à custa da população, capelas, ermidas e igrejas matrizes ou de irmandades refletiam o lastro econômico da comunidade nos recursos mobilizados para tal intento. Nesse sentido, a utilização do indicativo do crescimento de solicitações para ereção de capelas e igrejas para compreender a ocupação e hierarquização do espaço urbano nas Minas setecentistas parece bastante plausível. É possível, assim, uma leitura associando poder eclesiástico e poder colonial.

Deve ser ressaltado que, para o caso português, essa interseção é ainda mais profunda em virtude do exercício, pelo monarca, do direito do Padroado que permitia ao rei de Portugal a gerência dos assuntos eclesiásticos em seus domínios.

Estreitamente sujeita ao poder civil, a Igreja Católica, no Brasil em particular, seguiu-lhe também estreitamente as vicissitudes e circunstâncias. Em consequência do grão-mestrado da Ordem de Cristo, sobretudo depois de confirmada em 1551 por Sua Santidade o Papa Júlio III, na bula *Praecara carissimi*, sua transferência aos monarcas portugueses com o patronato nas terras descobertas, exerceram estes, entre nós, um poder praticamente discricionário sobre os assuntos eclesiásticos. Propunham candidatos ao bispado e nomeavam-nos com cláusula de ratificação pontifícia, cobravam dízimos para dotação do

⁷⁵ FONSECA, Claudia Damasceno. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos....”, p. 46

⁷⁶ FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas*, p. 365-66 *Apud* INFORMAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 3 de abril de 1798 (*RAPM*, 1, 1896, p. 461)

⁷⁷ BOSCHI, Caio Cesar. *Barroco Mineiro.....*, p. 35-36

culto e estabeleciam toda sorte de fundações religiosas, por conta própria e segundo suas conveniências momentâneas. A Igreja transformara-se, por esse modo, em simples braço do poder secular, em um departamento da administração leiga ou, conforme dizia o Padre Júlio Maria, em um *instrumento regni*⁷⁸

Para Silvia H. Lara, a relação de aproximação entre Igreja e poder político, passa pelos verbetes designativos para as áreas povoadas e pode ser identificada nos usos e significados dos termos *freguesia* e *vigairaria*.

*As freguesias constituíam, de certo modo, a circunscrição espacial mais usada para localizar os moradores nas vilas e cidades. Definidas a partir da existência das igrejas paroquiais, elas serviram como elemento de identificação das pessoas*⁷⁹.

Para o século XVIII, foi utilizado o dicionário do clérigo Raphael Bluteau. Como *freguesia*, Bluteau define “a Igreja Paroquial. O lugar da cidade, ou do campo, em que vivem os fregueses”⁸⁰. O termo *vigairaria* é definida por “Ofício do Vigário. Benefício, ou Igreja, que tem cura d’almas, & todo o lugar, que fica sujeito a ela. Paroquia”⁸¹. Na forma mais antiga, *vigairaria* estava diretamente submetida às regras Tridentinas e às invocações marianas. Quanto à sua elocução geográfica, identificava uma área ampla incluindo tanto espaço urbano quanto rural, indicando a extensão territorial de atuação das paróquias. Nesse sentido, a *vigairaria* determinava a extensão de domínio de um clérigo sobre uma população, já que nesse nível da hierarquia eclesiástica era destinado um vigário para exercer os ofícios para aquela circunscrição.

Os termos explicitam o exercício religioso e sua circunscrição a um conjunto populacional em território determinado permitindo uma leitura de interseção entre o poder religioso e político. Em nota, Silvia H. Lara esclarece que a *freguesia* era uma das principais unidades para o levantamento populacional⁸², era a referência para a localização e identificação das pessoas nos espaços

⁷⁸ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 84

⁷⁹ Ibid, p. 55

⁸⁰ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas*, p. 206

⁸¹ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez & latinho*: aulico, anatomico, architectotinco. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 8, 1712-1728, p. 485

⁸² “O mesmo acontece com a identificação do solicitante nos requerimentos dirigidos às diversas autoridades. A *freguesia* é ainda uma das principais unidades utilizadas nos cômputos populacionais durante todo o período colonial”. LARA, Silvia Hunold. op. cit., p. 304, nota 82.

coloniais, sendo um dos itens que “caracterizavam uma pessoa nos documentos”⁸³ da época.

Se para o século XVIII os termos da hierarquia eclesiástica abrangem tanto o domínio espiritual quanto temporal, ao tomar outros dois dicionários como exemplos, é possível perceber a alteração do significado, e da perda de sua importância no que diz respeito ao domínio territorial, no decorrer do século XIX. O dicionário de Antônio Moraes Silva, de 1813, apresenta o termo *vigairaria* como “o ofício de vigário; Paróquia”⁸⁴ e o de *freguesia* apenas “Igreja Paroquial”⁸⁵. No dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, o termo *freguesia* concerne a “o uso de ir comprar a parte certa. Igreja Paroquial. As pessoas afreguesadas”⁸⁶ e *vigairaria* “o ofício do vigário”⁸⁷, repetindo o mesmo significado do dicionário publicado em 1813.

As transformações na administração colonial também são perceptíveis com a intensificação da intervenção institucional, através da criação de novas vilas no território mineiro, especificamente na comarca do Rio das Mortes, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX. Dentre elas a de Santa Maria de Baependi, situada em região antes contemplada apenas com o controle exercido pelo poder eclesiástico, o que pode vir a corroborar as alterações léxicas.

A inabitual criação de vilas para o território colonial, e ainda mais para o espaço das Minas, foi concomitante ao movimento demográfico interno à capitania com a transferência de uma quantidade significativa de almas para a região sul neste período. Interessante notar como, a partir do movimento de construção de um prédio religioso, pode se inferir as articulações, negociações e conflitos que ocorriam na região mineira.

Foi opção para esta pesquisa a utilização dos termos designativos das áreas povoadas como chaves de leitura do espaço em conformação, por permitirem a

⁸³ Segundo Silvia H. Lara, “os elementos formais” de identificação dos indivíduos citados eram: nome, idade, local de nascimento, meio de vida, condição social, cor e a freguesia onde morava. LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas*, p. 58

⁸⁴ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 2, 1789/1813, p. 851

⁸⁵ *Ibid*, v. 2, p. 58

⁸⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 67, 68

⁸⁷ *Ibid*, p. 137

reflexão acerca das possíveis relações entre as hierarquias urbana, eclesiástica e social. Será utilizado o termo *freguesia* para entender o referente político na organização e conformação do povoado de Baependi, no sentido da íntima relação entre a ereção da igreja matriz e a constituição do arraial, como registrado em escritura por Luiz Pereira Dias, no ano de 1754. O termo de doação e o processo, posterior, de reforma, ampliação e ornamentação da igreja de Nossa Senhora de Montserrat serão pontos para a elucidação da sociedade em conformação na comarca do Rio das Mortes.

2. 2 - As igrejas do lugar: a freguesia de Santa Maria de Baependi

Ao contrário das povoações situadas na região do rio das Velhas, onde a exploração de ouro era abundante, Baependi esteve associada à lugar de passagem para as minas e área de produção agrícola e pecuária, por sua pequena produção aurífera em relação às demais regiões. Deduz-se que, por esse motivo, não houve a criação de instituições diretas da administração colonial na localidade, ao longo do século XVIII.

No entanto, já no ano de 1723, integrava a hierarquia eclesiástica como freguesia. O capitão-mor Thomé Rodrigues Nogueira do Ó empenhou-se, em nome dos moradores do “Caminho Velho das minas”⁸⁸ em solicitação pela assistência de padre em igreja que ficava localizada no seu sítio. Diz o documento

Os moradores deste Caminho Velho das minas escrevem uma carta a Vossa Excelência sobre a assistência do Reverendo Padre Frei Baltasar do Monte Carmelo nesta Igreja, e freguesia de Nossa Senhora do Montserrat de Baependi, empenhando o respeito de Vossa Excelência que a permissão de seu Reverendo Provincial, e como a dita Igreja esteja no meu sitio, e eu dela seja o protetor, razão tenho para que com mais empenho obrigue [a] pessoa de Vossa Excelência com meus rogos em ordem a assistência do dito religioso por concorrerem nele as prendas que pede semelhante ocupação, e assistência da minha casa, quando a necessidade, em que nos achamos de sacerdote secular, não mostrasse a justiça, que esperamos alcançar, e inda que em mim haja pouco merecimento, por não ter Vossa Excelência cabal noticia de minha pessoa, basta para ser vem visto, ser o menor criado de Vossa Excelência e como me quero introduzir de tão doméstico, claro fica, não faltará Vossa Excelência ao braço de Sua fidalga pessoa, e eu

⁸⁸ DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SEÇÃO HISTÓRICA. Solicitação em nome dos moradores de Baependi, de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para permanência de religioso no lugar. 04/04/1723. APESP 88-2-22. Transcrição 7 – Fólio 1r. Cópia cedida por Maria Celia Maciel Dias, responsável pelo Arquivo Municipal de Baependi.

ficarei devendo a minha fortuna possuir o bem que desejamos, pois só me leva o bem espiritual, com que o dito religiosos nos sabe encaminhar. Fico rogando a Deus Nosso Senhor guarde a Vossa Excelência com filis Saúde para amparo de todos os Seus Criados. Baependi, 4 de abril de 1723. De Vossa Excelência o mais fiel criado. Thomé Rodrigues Nogueira do Ó⁸⁹.

Submetida desde princípios do século XVIII à condição de *freguesia*, foi elevada à vigairaria colada em 1752, tendo sido o primeiro vigário colado o “Padre Antônio Baptista, que obteve seu alvará de mantimento em 17 de agosto de 1752”⁹⁰ segundo transcrição feita por José Alberto Pelúcio. Se a vigairaria, segundo definição de Rafael Bluteau, determinava a extensão de domínio de um clérigo sobre uma população em uma área ampla, tanto urbana quanto rural, a criação da vigairaria colada, na freguesia de Nossa Senhora de Montserrat, atendia a uma população crescente na localidade.

Concomitante à criação da vigairaria ocorreu a orientação da ereção de novo templo para abrigar a imagem de Nossa Senhora de Monserrate, em função das péssimas condições da capela erguida pelo capitão-mor Thomé Rodrigues Nogueira do Ó. Consta que, entre os anos de 1754 e 1756, foi aconselhada a construção de um novo templo.

De um *provimento de visita pastoral* que, em 1753 lançava no livro de registro dessa freguesia o cônego doutoral e provedor de D. Frei Manuel da Cruz, Rev. Amaro Gomes de Oliveira, no qual refere-se ao *estado de ruínas da igreja e aconselha recurso ao rei para se construir uma nova em lugar mais próprio*,⁹¹

O segundo provimento, além de reforçar as péssimas condições construtivas da capela, ressalta a necessidade de uma capela-mor, o que pode ser um indício, de um maior contingente populacional.

de um outro provimento de visita lançado no mesmo livro em 1756, referindo-se à igreja que então servia, *coberta de palha e sem capela mór* e secundando o conselho de recurso ao rei, conclui-se que fora em 1754 ou 1755 que transferiu-se

⁸⁹ DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SEÇÃO HISTÓRICA. Solicitação em nome dos moradores de Baependi, de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para permanência de religioso no lugar. 04/04/1723. APESP 88-2-22. Transcrição 7 – Fólio 1r. Cópia cedida por Maria Celia Maciel Dias, responsável pelo Arquivo Municipal de Baependi, f. 1

⁹⁰ PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942a, p. 32

⁹¹ PELUCIO, loc. cit.

a povoação para a margem esquerda do Rio Baependi, lugar onde existe hoje a cidade, e que antes de povoada denominava-se Campo do Formigueiro⁹²

Os registros acima podem ajudar a ratificar as prescrições contidas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁹³ indicando a busca de um controle por parte das autoridades eclesiásticas acerca do exercício da doutrina e da regulamentação para a construção ou reedificação de igrejas e capelas, a partir da criação do Bispado de Mariana.

Nos registros das visitas efetuadas podem ser destacadas duas questões: a da ausência de decência no edifício existente e a localização do templo em lugar impróprio. A decência necessária dizia respeito à adequação dos prédios religiosos, e nos dois provimentos é indicada a sua inadequação pelo “estado de ruína”, por não possuir cobertura de telha – já que aponta a cobertura de palha – e não ter capela-mor. Este ponto pode ser associado às ordens do decoro, da dignidade e decência dos edifícios para o ofício religioso.

No dicionário de Rafael Bluteau, decoro tem como definição “adj. poet. formoso, honesto, que está bem; adj. conforme ao decoro; honroso, decente”⁹⁴. Nesse sentido, as determinações eclesiásticas exigiam nova igreja para que fossem realizados com decência os ritos e festejos próprios da religiosidade católica. O segundo ponto diz respeito à localização da igreja que, parece, estaria em lugar impróprio junto à residência do capitão-mor Thomé Rodrigues Nogueira do Ó. A recomendação dada é a de que seja construída “*uma nova em lugar mais próprio*”⁹⁵. Próprio a que e a quem?

No Título XVII, item 687, das *Constituições Primeiras* fica determinado que

⁹² PELÚCIO, J. A. *Baependi*, p. 31-32 APUD livro *Tombo*. O *Livro Tombo* que existe para consulta encontra-se no Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha e tem seus primeiros registros em data bem posterior. Algumas das notas acerca das melhorias e obras realizadas na igreja de Nossa Senhora de Monserrate foram compiladas, entretanto, os livros originais se perderam.

⁹³ As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram elaboradas no Sínodo ocorrido em Salvador, no ano de 1707, por Dom Sebastião Monteiro de Vide, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil. Seu objetivo principal era a regulação das condutas dos fiéis e eclesiásticos, das construções e ornamentação de templos e do ensinamento religioso dentre outros pontos que deveriam ser seguidos no domínio territorial português na América.

⁹⁴ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez & latino*, p. 365

⁹⁵ PELÚCIO, José Alberto. op. cit., p. 32, grifo nosso.

as Igrejas se devem fundar, e edificar em *lugares decentes, e acomodados* (...) e desviado, quanto possível (...) de casas de particulares [que seja escolhido lugar limpo, decente e] *povoado, onde estiver o maior número de fregueses*.⁹⁶

Gostaria de retomar o aspecto da acomodação e decência a partir dos termos correlatos de adequação e decoro. Adequação ao ofício religioso, ao atendimento ao “maior número de fregueses”⁹⁷ com uma igreja longe “quanto possível (...) de casas de particulares”⁹⁸. Estes dados apontam a retirada da imagem de Nossa Senhora de Montserrat da capela no Engenho, contígua à residência do falecido capitão-mor Thomé Rodrigues Nogueira do Ó, em direção à margem oposta do rio Baependi.

O terreno doado serviu tanto para a ereção do novo templo – em lugar *mais próprio* – quanto para a constituição do arraial. Ambas as ocorrências foram registradas em um mesmo documento, gerando *conveniência* ao controle da religiosidade e da ocupação espacial. O lugar *próprio* para os visitantes do Bispo e para as regulamentações tridentinas era um lugar com *maior número de fregueses* e, parece, essa população já se encontrava em certa quantidade nas proximidades do Campo do Formigueiro.

Uma análise mais detalhada deste documento será realizada posteriormente, com a abordagem dos diversos aspectos do texto relativos à conformação da ocupação local e às relações implícitas na retórica interna ao documento. Se nos primeiros anos do século XVIII, foi a exploração de ouro que fixou a devoção nas áreas próximas à fazenda do Engenho e à localidade chamada Lavrinha, em meados do mesmo século, a transferência da imagem de Nossa Senhora de Monserrate para a outra margem do rio decorreu da diversificação da produção que passou a centrar-se nas atividades agropastoris.

A Planta geral do município de Baependi permitiu a indicação da delimitação do terreno doado (Fig. 1) vendo-se abaixo a indicação para o Sítio Palmeira onde moravam os doadores e, acima, a localização do Sítio Baependi, no Engenho. À direita na parte superior, o bairro da Lavrinha onde provavelmente ocorreu a primeira concentração populacional. O detalhamento da malha urbana

⁹⁶ VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 2. ed., São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Antonio Louzada Antunes, 1707/1853. Reedição comemorativa, 2007, Título XVII, 687, p. 252. Grifo nosso.

⁹⁷ *Ibid*, Título XVII, 687, p. 252.

⁹⁸ VIDE, loc. cit.

Esta configuração, apesar de não ser inédita, carrega relações interessantes que vinculam as origens da localidade com a ereção da igreja de Nossa Senhora de Montserrat. Ao mesmo tempo, a construção das capelas das irmandades, em direcionamento contrário ao da matriz, suscita questionamentos acerca das relações intrínsecas à ocupação do espaço urbano.

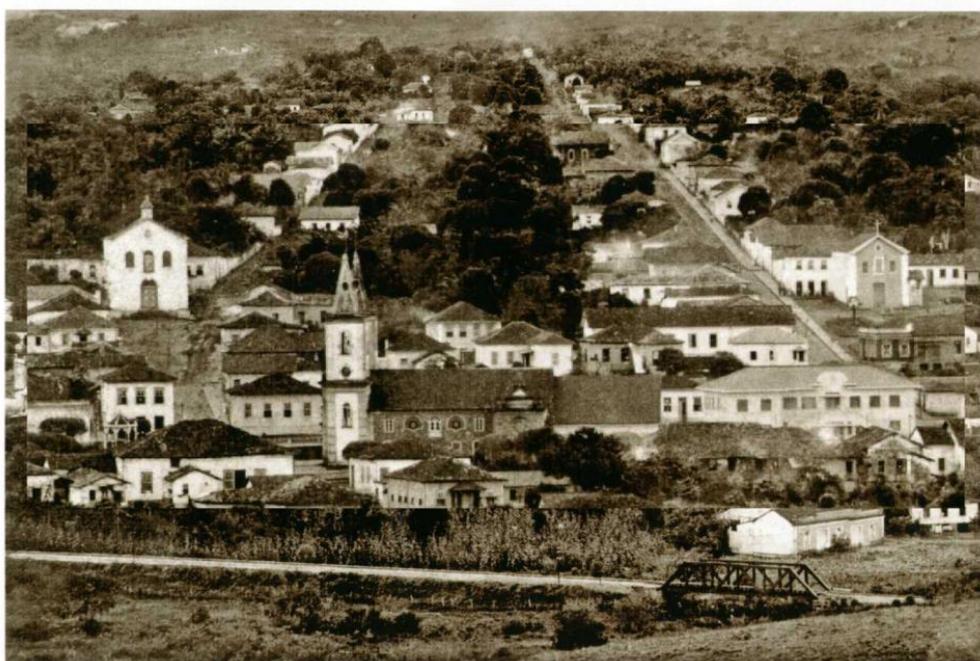


Figura 3 – Panorâmica do conjunto arquitetônico religioso da cidade de Baependi. c. 1ª metade do século XX. Acervo Prefeitura Municipal de Baependi.

O conjunto tem sua construção datada entre o século XVIII, para o início da construção da igreja matriz e, o século XIX, para a decoração interna do mesmo templo e construção das demais capelas, quando foram solicitadas as licenças de criação das irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte (1815) e de Nossa Senhora do Rosário (1820).

A disposição espacial da igreja matriz em relação às capelas implica em alguns questionamentos. Encontra-se em posição perpendicular em relação às demais capelas, sendo o direcionamento frontal diverso daquele estipulado pelas regulamentações eclesiásticas para a ereção de templos. Assim, sua portada principal é voltada para a direção Norte e não para o Oriente como determinado oficialmente.

segunda vez no ano de 1835, período concomitante à construção das capelas das irmandades.

Informação relevante é que, as solicitações para a criação das irmandades¹⁰¹ de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte, na paróquia de Santa Maria de Baependi, ocorreram em período próximo à promoção do arraial à vila, no ano de 1814, e ao início da primeira intervenção artística do templo¹⁰².

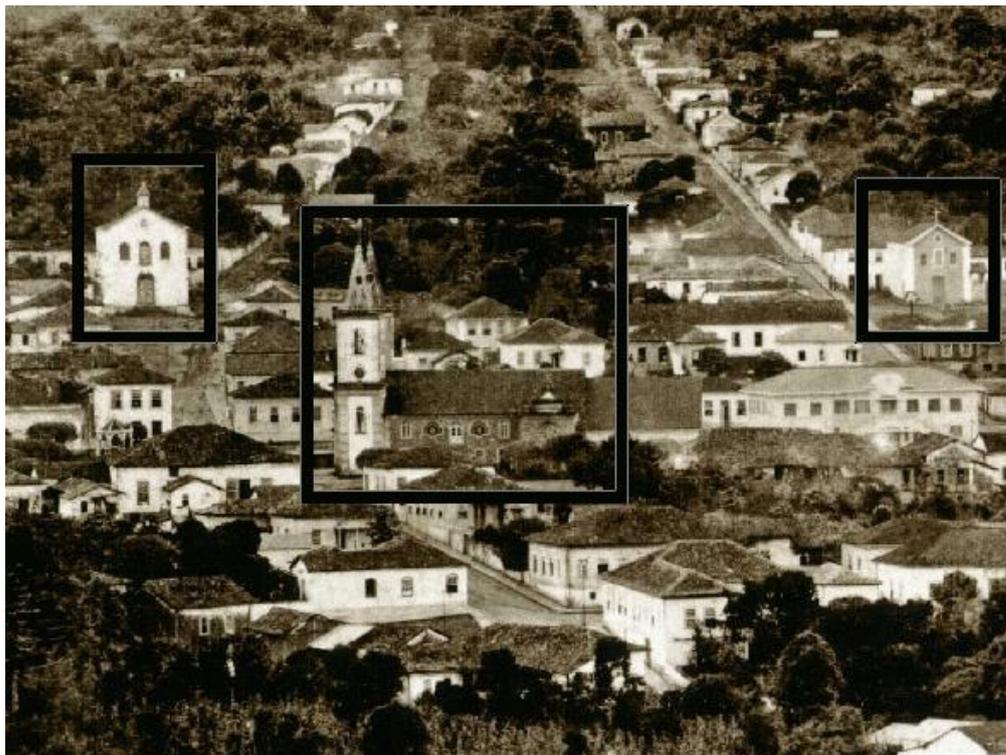


Figura 5 – Destaque da orientação das portadas das igrejas de Nossa Senhora de Monserrate, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte. s.d. Acervo Prefeitura Municipal de Baependi.

Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, figuravam, dentre outras, as regras a serem seguidas para a construção das igrejas e capelas incluindo, nestas prescrições, a orientação da portada principal. Se havia orientação para a construção das igrejas, quais teriam sido as motivações para essa diversidade de direcionamentos? Para tentar responder a essa pergunta, a busca

¹⁰¹ PELÚCIO, J. A. *Baependi*; _____. *Templos e Crenças. Baependi*.

¹⁰² No ano de 1884 a capela de Nossa Senhora do Rosário encontrava-se em reconstrução e a de Nossa Senhora da Boa Morte estava sendo erguida. Esta informação é relevante no que diz respeito ao estabelecimento dos lugares de devoção e de circulação e frequência dos diferentes grupos sociais que compunham aquela sociedade. VEIGA, Bernardo S. da. *Almanak Sul-Mineiro para 1884*, p. 524.

por informações levou ao encontro de pistas relevantes sobre a construção e ornamentação da igreja matriz e o desenvolvimento urbano e econômico da localidade.

Uma das interpretações sobre esta orientação diz respeito ao senso comum e à tradição local. Sua localização na malha urbana estaria associada à origem do povoado, por isso o altar-mor estaria voltado para a casa do Capitão Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, na fazenda do Engenho. A propriedade está entre as mais antigas da localidade e, seu proprietário, é considerado o “fundador” de Baependi.

O primeiro movimento foi, então, remontar aos primados da povoação e a chegada da imagem que invocaria a devoção à Nossa Senhora de Montserrat. Em seu livro *Baependi*, José Alberto Pelúcio evoca as origens da cidade onde são encontradas referências aos primeiros povoadores. É consenso o período de final do século XVII como referência para a presença das primeiras lavras e criações às margens do rio que deu nome à localidade. Baependi fazia parte do Caminho para as Minas dos Cataguases, como indica Diogo de Vasconcelos.

O caminho primitivo dos bandeirantes vinha do Embaú à Ibituruna e daí ao Rio das Mortes. Descobriu-se, porém, um atalho em muito melhores condições, partindo do *Mbaependy* e atravessando o sertão das Carrancas para sair em São João del Rei.¹⁰³

Quanto aos povoadores, Pelúcio levanta a hipótese da ligação destes com as bandeiras vindas de Taubaté, indicando os nomes de Jacques Félix, Bartolomeu da Cunha e Antônio Delgado da Veiga como possíveis pioneiros naqueles caminhos. Com o atrativo das notícias do ouro vieram levadas de homens que “segundo rio acima, (...) até que encontrando muito desse metal no lugar hoje denominado Engenho, aí se estabeleceram.”¹⁰⁴

Tomé Rodrigues Nogueira do Ó¹⁰⁵ teria vindo em busca das riquezas minerais seguindo estas mesmas notícias que “em um destes montes que se chama o Baependy se suspeita haver metal pela informação que deixou o defunto

¹⁰³ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1974, p. 223

¹⁰⁴ PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 21- 22

¹⁰⁵ Capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó nasceu em 1674 no Funchal, Ilha da Madeira – Portugal. Falecido em 30 de agosto de 1741 em Baependi (MG). Teve nove filhos.

Bartholomeu da Cunha”¹⁰⁶. Nascido em Portugal, sua trajetória esteve ligada à defesa da colônia no litoral do Rio de Janeiro e, posteriormente, transferiu-se para o interior de São Paulo. Integrante dos quadros militares do poder colonial veio de Taubaté e se estabeleceu em Baependi, entre os anos de 1713 e 1715, dedicando-se à lavra de ouro.

Nomeado capitão de ordenanças da região de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, em três de setembro de 1714. Nomeado Sargento-mor de ordenanças do “Caminho Velho”, em Minas Gerais, em 26 de setembro de 1717. Feito cobrador de Quintos do Ouro no Registo da Mantiqueira, em 1718. (...) Nomeado Sargento-mor de ordenanças em Baependi, em 30 de abril de 1723.¹⁰⁷

Construiu uma casa às margens do rio Baependi, no lugar chamado Engenho, onde morava com sua mulher Maria do Leme Prado, com quem teve nove filhos. Ao lado da casa, ergueu uma rústica capela¹⁰⁸ onde colocou a imagem de Nossa Senhora de Montserrat¹⁰⁹ que havia trazido, provavelmente de Portugal, iniciando a devoção à santa que se tornaria padroeira da cidade.

Como um integrante dos quadros da administração colonial, seria ao capitão-mor licenciada a construção de capela particular? No Título XVI, das *Constituições do Arcebispado da Bahia*, a solicitação para ereção de capelas estava submetida à regulamentação que incluía sanções àqueles que descumprissem tais ordens.

683 – Conforme o direito Canônico, e Sagrado Concílio Tridentino, não se pode edificar de novo, (...) alguma Igreja, Capela, Ermida, Colégio, ou Mosteiro, sem que primeiro proceda autoridade, e licença do Ordinário. (...) sob pena de excomunhão maior, (...) *que nem uma pessoa de qualquer estado, e condição que seja*, neste nosso Arcebispado *edifique, ou funde de novo Igreja, Ermida, Capela,*

¹⁰⁶ PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 18

¹⁰⁷ Cf. <http://capitaodomingos.wordpress.com/about/> Acesso em 29/06/2012 às 00h e 24min.; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Colonial, Códice 9, folha 144; Códice 12, folha 22 verso; Códice 21, folha 22 verso; Códice 21, folha 130 e 13°

¹⁰⁸ Referência ao local primeira capela, onde ficava a imagem, que depois foi transferida para a margem esquerda do mesmo rio com a construção da igreja matriz no chamado Campo do Formigueiro.

¹⁰⁹ O culto a Virgem Senhora do Montserrat remonta aos primeiros tempos do cristianismo e faz referência ao apóstolo São Pedro, que segundo a tradição, levou em sua viagem a península Ibérica uma imagem da Virgem Maria, esculpida em madeira e conhecida como a Senhora Jerusalimitana. Pelo ano de 546, na Cataluña, ao sul da Espanha, um monge chamado Querino, fundou um rudimentar mosteiro consagrado à referida imagem, que alguns séculos antes, fora trazida por São Pedro. No tempo das invasões, pelos árabes a imagem foi escondida numa caverna e só encontrada dois séculos depois por pastores da região, que a levaram de volta ao mosteiro em solene procissão.

(...) *sem especial licença, e autoridade nossa, ou de nossos sucessores dada por escrito.*¹¹⁰

Nesse sentido, pode ser sugestivo pensar que se o domínio metropolitano encontrava-se representado na figura do capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó esse fator explicaria, em parte, sua liberdade na ereção de uma capela particular, que sediava a devoção que, posteriormente, se tornou a padroeira da localidade. Essa ascensão na memória da comunidade pode ser indicativa, também, do estabelecimento de lugares na hierarquia social daquela localidade. Os aglomerados urbanos mineiros podem ser identificados em uma rede hierárquica por agregarem, ao longo do tempo, diversas funções no âmbito administrativo colonial, pela conformação da malha citadina, pela notoriedade de seus habitantes e a importância de seus prédios, civis e religiosos¹¹¹.

Em busca de dados sobre a construção da nova igreja, e a transferência do edifício para a outra margem do rio Baependi, deparei-me com a transcrição do *Termo de Doação* do terreno na obra de José A. Pelúcio. A edificação da igreja matriz da paróquia de Santa Maria de Baependi contou com a religiosidade de uma das filhas do já citado capitão-mor. No ano de 1754, foi feito registro do Termo de Doação.

Termo de Doação que fizeram os Doadores Luiz Pereira Dias e sua mulher D.^a Maria Nogueira do Prado de *uma sorte de Campos à N. Snr.^a para a fatura de nova Matriz, que sequer erigir com o Título de Monserrate de Baependi, (...) na freguesia que abaixo se declara; cujo Termo de Doação acha-se no L.^o 1^o de Pastorais af.^a 21 e por se achar as Letras equivocadas, e apagadas aqui copiei do próprio ipsis verbis =*¹¹².

O registro de uma doação seguia o modelo de escritura para a legitimação de transmissão de bens “onde uma parte doa um bem à outra sem que seja feita uma transação financeira”¹¹³. Nesse caso, foram outorgantes doadores o casal

¹¹⁰ VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, p. 251-252. Grifo nosso.

¹¹¹ Cf. BOSCHI, Caio César. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História, nº 123; FONSECA, Claudia Damasceno. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos. A concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*, nº 29, jan 2003, pp. 39-51

¹¹² PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 45. Grifo nosso.

¹¹³ BATISTA, Letícia S. et al.. “Reflexões sobre linguagem, escrita e paleografia”. In: *Uni/Versos* - ano 1, nº 6, dezembro de 2013, p. 14. Disponível em: <www.sisbin.ufop.br/bibichs/universos>. Acessado em 20/01/2014, 17:52.

Luiz Pereira Dias e Maria Nogueira do Prado. As escrituras obedeciam às normas estipuladas pelas *Ordenações Filipinas*, com uma estrutura padrão, fornecendo informações relevantes para o estudo das relações internas às sociedades, como redes sociais e compadrios. Para a validação do registro são indicados, inicialmente, a data da escritura, sua natureza (compra e venda ou doação), o local do registro (se feito em cartório ou casa de particular) e a localidade. O documento de doação não trouxe respostas, ao contrário, suscitou mais questionamentos.

A partir de seu conteúdo, o documento produzido em meados do século XVIII, adentra o âmbito da história social e econômica, possibilitando a investigação de variadas temáticas. Dentre as indicações sobre o cotidiano do povoado, ao tempo do início de construção da igreja matriz, podem ser extraídos do documento de doação dados sobre as principais atividades da população local.

O texto padrão de uma escritura, segundo o *Manual do Tabelião* de autoria de José Homem Correa Telles¹¹⁴, inicia com a apresentação das partes contratadas e as testemunhas, com seus locais de moradia e reconhecimento mútuo¹¹⁵. O termo de doação possui como partes contratadas de um lado, os doadores Luiz P. Dias e sua esposa, e, na outra parte, a igreja de Nossa Senhora de Montserrat e o arraial que foi constituído na mesma escritura.

Doadores *Luiz Pereira Dias* e sua mulher D.^a *Maria Nogueira do Prado* de uma sorte de Campos à N. *Snr.^a para a fatura de nova Matriz*, que sequer erigir com o Título de Monserrate de Baependi, e para *Arraial franco e livre*¹¹⁶

Em seguida, o documento apresenta a descrição da propriedade em transação, com sua localização e confrontantes. As cláusulas e o reconhecimento da veracidade do contrato são as partes que finalizavam o registro. É no trecho em que as cláusulas são estipuladas que o texto da doação extrapola o objetivo jurídico de transferência de propriedade e de constituição do patrimônio da nova igreja do povoado. Em primeiro lugar, Luiz Pereira Dias especifica o lugar da

¹¹⁴ BATISTA, Letícia S.; et alii. “Reflexões sobre linguagem, escrita e paleografia”, p. 14.

¹¹⁵ Havia a determinação pelas Ordenações Filipinas do conhecimento das partes ou, se fossem desconhecidos, a exigência de testemunhas dignas de fé e de conhecimento do Tabelião. Id. Ibid.

¹¹⁶ PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 45. Grifo nosso

edificação do templo no Campo do Formigueiro, sendo pressuposto para a validação do termo de doação do terreno.

*Doamos por esmola como com efeito que temos Doado de hoje para todo o sempre de nossa livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma para nelas se fazer a Igreja Matriz desta Freguesia de Baependi com o Título de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi, a qual se por acaso se não fizer, ou se se fizer fora do dito campo Doado em outra parte não ter vigor a dita Doação*¹¹⁷

Segue o texto estendendo a doação da “sorte de campos” para a constituição de “Arraial livre, e franco”¹¹⁸. Os registros de escritura podem servir para o entendimento da “estrutura fundiária, ou estrutura de posse, da sociedade em questão”¹¹⁹ e da dinâmica da gênese dos arraiais, como propôs Sérgio da Mata em seu artigo *O sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)*.

Entendendo que o papel do sagrado foi fator aglutinador fundamental, a análise da documentação de constituição do patrimônio das capelas e igrejas permitiu ao historiador a coleta de exemplos relativos à escolha do local para a ereção dos templos. As solicitações para ereção de capelas e igrejas apresentam desde fatores práticos até intervenções do acaso para o estabelecimento do terreno para sua edificação.

A ausência de autoridades da administração colonial em Baependi, o aumento da população na comarca do Rio das Mortes – ratificando uma tendência demográfica identificada para a região pela historiografia mais recente¹²⁰ – e o crescimento da importância da produção de gêneros para o abastecimento alimentar no período, parecem ser elementos válidos para se refletir acerca das informações fornecidas pelo documento de doação registrado por Luiz Pereira Dias e Maria Nogueira do Prado, em 1754.

¹¹⁷ PELÚCIO, J. A. *Baependi.*, p. 46. Grifo nosso.

¹¹⁸ PELUCIO, loc. cit.

¹¹⁹ BATISTA, Leticia S. et alii. “Reflexões sobre linguagem, escrita e paleografia”, p. 14.

¹²⁰ CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras entre o Setecentos e o Novecentos e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. vol. 1. São Paulo, USP, 2004; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006

A escritura apresenta indícios sobre a dinâmica produtiva da localidade. A determinação pelo doador, da reserva da produção e comercialização de gêneros de alimentícios à sua Fazenda é bastante significativa. Diz o texto

*reservando para nós as terras vizinhas capazes de Lavoura, Matos, e restingas; como também ranchos de Tropas, e venda dos mantimentos das Lavouras da Nossa Fazenda, a saber Farinhas, Milhos, Feijões e Toucinho, e tudo que for da Lavoura da Nossa Fazenda; os quais ninguém poderá vender no dito Arraial que se há de fazer exceto as frutas; também reservamos as criações de Gados, a saber Bois, Cabras, Ovelhas, e Porcos; os quais Gados nem poderá criar nas ditas terras, ou Campo Doado, e não poderão plantar Lavoura alguma nas terras, que pertencerem a dita Fazenda; (...) e não fabricarem Fazenda, nem Lavoura; (...)*¹²¹

A reserva da produção e venda da lavoura e pecuária também foi destacada pela pesquisadora Claudia Damasceno Fonseca. Em seu livro *Arraiais vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*, ao abordar a gênese dos espaços urbanos mineiros, a pesquisadora indica que a determinação do elemento gerador de uma povoação é muito complexa. Dentre os casos que utiliza para compreender a formação dos arraiais nas zonas agrícolas está o de Baependi.

Segundo a pesquisadora, a intenção de construir uma nova igreja levou o português Luiz Pereira Dias a ceder um terreno para sua edificação, com vistas à utilidade que a concentração populacional teria para seus negócios. Assim, mesmo chamando a atenção para as restrições impostas pelo doador aos habitantes da localidade no registro de doação do terreno, o novo arraial poderia ser visto como “útil aos fazendeiros, pois permitia a constituição de um pequeno mercado consumidor”¹²². Outro aspecto levantado por Fonseca é a atração que o povoado exercia sobre os viajantes, que se abasteceriam de víveres e serviços mecânicos, trazendo lucro ao produtor e ao povoado.

No entanto, gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos deste caso. Os provimentos que orientavam para a construção da nova igreja¹²³ sugeriram que esta fosse construída em lugar mais apropriado. Nas determinações do Concílio Tridentino para a ereção de templos, apropriados eram os lugares limpos, decentes e com atendimento ao maior número de fregueses possível¹²⁴. Se Luiz Pereira

¹²¹ PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 46-47. Grifo nosso.

¹²² FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei*, p. 436.

¹²³ PELÚCIO, José Alberto. op. cit., p. 32

¹²⁴ VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Título XVII, 687, p. 252.

Dias registrou a cessão do terreno para a ereção da igreja e para a constituição do arraial, é bem plausível a hipótese de que houve a intenção de legalização da ocupação fundiária, através do Termo de Doação, em função da presença de um povoado em franca expansão.

Essa intenção pode ser respaldada pelo caráter regulador, coercitivo e de controle da ocupação do espaço e das atividades exercidas pela população, através do registro legal da doação, criando um instrumento jurídico que impediria qualquer contestação posterior. Tudo é imposição no Termo de Doação. Desde o local de ereção da igreja, passando pelas atividades de sustento dos habitantes – que aparentemente já existia em número significativo em decorrência da doação para a ereção da igreja coincidir com a criação do arraial – e a exigência do orago, deixando para a população, tão somente a decisão do registro das terras que tomassem para si e o exercício de prestação de serviços e abertura de tendas e lojas.

Os doadores são enfáticos nas restrições à concorrência com os produtos de sua Fazenda, listando os itens agrícolas e de pecuária que estariam impedidos à produção, e seu comércio, nos campos doados. No registro, o prejuízo desta concorrência é explícita e busca, provavelmente, resguardar-se de possíveis questionamentos futuros.

[parece] *não ser justo, que da esmola da dita sorte de campo Doado a Nossa Senhora do Monserrate do Baependi resulte dano, e prejuízo a Nossa Fazenda, ou diminuição alguma na venda dos efeitos da nossa Lavouira, e por esta protestamos conservar o nosso Direito ileso assim nas mais sortes de terra fora da Doação como na venda dos efeitos da sua Fazenda; (...)*¹²⁵

Enquanto Claudia Damasceno Fonseca defende que o produtor aproveitava a presença da população para a comercialização de sua produção, me parece que ele se encontrava muito mais preocupado com a possível concorrência aos produtos de sua Fazenda e com a possibilidade de perda de seus privilégios comerciais explicitado no trecho acima. O registro apresentado pode trazer interessante leitura sobre a utilização das escrituras de constituição de patrimônio como instrumento de controle sobre a ocupação territorial e sobre as atividades que a população exercia na localidade.

¹²⁵ PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 47. Grifo nosso.

A constituição do patrimônio das capelas e igrejas não era sistemática e, muitas das vezes, previa a criação futura de um arraial. Por outras, regularizava a ocupação do espaço, como parece ser o caso de Baependi. Os interesses daqueles que eram proprietários das terras e dos que ocupavam ou queriam ocupar os terrenos contíguos às capelas e igrejas nem sempre convergiam. O exemplo que será dado a seguir parece ter influenciado a escrita do termo de doação do terreno para a ereção da igreja matriz de Baependi.

Claudia Damasceno Fonseca, ao analisar os conflitos de interesses implícitos às doações de patrimônio, aborda os casos referentes à capela de Campo Belo¹²⁶, a de Nossa Senhora de Nazaré¹²⁷, de Baependi e do arraial de Igreja Nova, que deu origem à Vila de Barbacena. Neste último caso, foram apresentado pela pesquisadora fragmentos dos processos de negociação que se efetuaram entre a Coroa e seus colonos. Os preceitos da conveniência, da decência e comodidade estavam presentes desde a solicitação da edificação da capela até a decisão final, expedida pelo antigo ouvidor do Rio das Mortes Tomás Ruby de Barros Barreto que teria testemunhado a ocorrência.

A disputa, que girou em torno da constituição do arraial e da construção de casas no entorno da capela, teve um processo que durou entre os anos de 1743 e 1753, quando foi dado o parecer final. A construção da nova matriz seria realizada em local conveniente e com decência escolhido pelo pároco e com anuência de todos. Em seu entorno, um espaço foi delimitado para as casas que abrigariam aqueles que viessem assistir aos rituais litúrgicos. No entanto, rapidamente as casas foram colocadas abaixo por Estevão dos Reis e de seu sobrinho José Pinto Reis, proprietários das terras onde foi erigida a capela. Estes passaram a impor regras aos moradores – desde o impedimento da abertura de lojas até a expulsão dos habitantes – pelos prejuízos a eles causados.

As representações passaram pelo governador Gomes Freire e chegaram até a Coroa. Os argumentos utilizados pela população evocavam por um lado questões de ordem prática e econômica e, por outro, as determinações

¹²⁶ Este caso teve interferência direta do Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade e encontra-se documentada no manuscrito de sua Visita Pastoral, promovida entre 1821 e 1825.

¹²⁷ Em período posterior, a localidade de Nazaré protagonizou a disputa com as paróquias de Conceição da Barra e Ibituruna para ser sede de freguesia em um litígio que durou entre os anos de 1841 e 1870. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Edição comemorativa de dois séculos e meio da capital de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora SATERB, 1971, p. 118-119

eclesiásticas para a ereção de igrejas e o exercício do padroado. Assim, na ordem prática, o comércio desenvolvido no novo arraial não poderia se submeter aos interesses particulares, devendo servir ao bem e à utilidade pública¹²⁸, à subsistência das pessoas e ao aumento das povoações.

A solicitação da intervenção real baseava-se no exercício do padroado pelo rei e nas determinações contidas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que estipulavam a localização das igrejas em local decente e povoado. No ano de 1747, foi enviada ao governador Gomes Freire, ordem real para a constituição e demarcação do arraial, onde foi ressaltada sua conveniência. A orientação era no sentido da demarcação do “espaço para ele, determinando o sítio das casas e das ruas, com reflexão ao que pode aumentar-se a povoação, que não será justo que depois se hajam de demolir as casas para a *boa regularidade*”¹²⁹.

Entre os anos de 1747 e 1753 ocorreu o processo de negociação entre a administração da capitania, os interesses dos proprietários e os interesses dos futuros moradores do arraial. Passou inicialmente pela imposição da constituição do arraial pela Coroa seguindo pela defesa dos diferentes interesses comerciais: dos proprietários das terras e dos moradores da vizinhança¹³⁰. A oferta das terras para negociação, pelo proprietário, não sensibilizou os moradores da região que mantiveram suas súplicas junto ao governador.

Finalmente foi dada uma decisão através de relatório datado de 15 de maio de 1753, nem um pouco favorável a Estevão dos Reis. A constituição do arraial foi sugerida por sua utilidade “ao serviço de Deus, e aos vassalos de V. Majestade e viandantes do caminho das Minas” e para a comodidade dos “moradores da mesma freguesia, que nos dias de preceito vêm satisfazer a ele com suas mulheres, filhos e mais família, (...), e muitas vezes o não fazem por falta de casas”¹³¹. Como proposta para a ocupação das terras, a avaliação e indenização ao proprietário pelos que erigissem casas do novo arraial. Quanto a este último

¹²⁸ FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d' El Rei*, p. 440-441.

¹²⁹ Interessante como existe na Ordem régia a preocupação com a regularidade da nova povoação e sua posterior expansão, uma indicação para se contestar o caráter de espontaneidade das aglomerações urbanas na colônia portuguesa na América. Ordem régia a Gomes Freire, 9 de maio de 1747 (APM, SC 45, fl. 48), transcrita por FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d' El Rei*, p. 441. Grifo nosso.

¹³⁰ Enquanto os proprietários das terras defendiam o monopólio das atividades produtivas – agricultura e comércio de seus produtos – os fazendeiros da região e futuros moradores do arraial ansiavam pela liberação do comércio e da abertura de lojas para o seu sustento e o aumento da povoação.

¹³¹ FONSECA, Claudia Damasceno. op. cit., 2011, p. 443.

questo, o Conselho Ultramarino tomou decisão diversa revogando a concessão da sesmaria a Estevão Reis com a justificativa de que, ao tempo em que a igreja e casas foram erguidas, não havia sido publicada a concessão da propriedade ao mesmo.

O desenrolar do processo e a argumentação apresentada podem ajudar na leitura das cláusulas apresentadas por Luiz Pereira Dias no termo de doação das terras para a igreja e arraial de Baependi. O termo de doação é construído dentro de uma lógica em que as restrições voltadas à preservação de interesses particulares como o monopólio da produção, venda de gêneros alimentícios pelo doador e o resguardo de seus direitos de propriedade da terra não se sobrepõe à utilidade pública como a construção de casas, a abertura de lojas e o atendimento religioso em lugar mais povoado. Dizem os doadores.

(...) *Doamos* por esmola como com efeito que temos Doado *de hoje para todo o sempre de nossa livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma* (...) e fazendo-se a dita Matriz *Doamos as ditas sortes de campo* não só para Igreja, que o Povo quer erigir; mas *também para Arraial livre, e franco*; (...) por quanto a *nossa intenção é Doarmos o dito campo para fazermos as suas moradas e casas, e Quintais*, (...) porém *poderão pôrem, as suas lojas e venda de Molhados, tendas de ofícios; cujas moradas de casas, que os moradores fabricarem poderão venderem a quem quiserem, e disporem delas na forma, que lhes parecerem* (...)¹³²

Encerra o texto da escritura justificando que as cláusulas impostas serviriam para isentá-los de “dano e prejuízo” e que o documento objetivava “conservar o nosso *Direito ileso* assim *nas mais sortes de terra fora da Doação*”¹³³. Este reforço do direito ileso pode ser um indício de que, aos doadores Luiz Pereira Dias e Maria Nogueira do Prado, teriam chegado notícias da revogação da sesmaria do arraial de Igreja Nova pelo impedimento ao bem e à conveniência dos povos e da Coroa. Importante lembrar que o recém-criado arraial estava a margem da mesma estrada que ligava o Rio de Janeiro à Minas, ou seja, imperioso que houvesse o atendimento às necessidades práticas da comodidade e subsistência dos habitantes e “viandantes”.

A partir das informações coletadas pode ser estabelecida uma relação entre religiosidade, hierarquia eclesiástica, hierarquia urbana e dominação colonial. Esta

¹³² PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 45-48. Grifo nosso.

¹³³ *Ibid*, p. 48

relação possibilita a proposição de que para o controle e domínio naquela localidade, órfã de agentes administrativos coloniais diretos, a religiosidade foi o instrumento de controle utilizado pelas autoridades. Dentro desta perspectiva estariam a edificação da igreja matriz da freguesia colada, a criação do arraial, o estabelecimento do monopólio produtivo e a delimitação espacial desta ocupação. Essa transferência parece estar associada ao movimento de ocupação da região, com a afirmação das atividades agropastoris em detrimento das mineradoras, levando à consideração de que a devoção deveria ir “onde o povo está”.

Com vistas à reflexão acerca do processo de promoção na hierarquia eclesiástica da capitania mineira, Claudia Damasceno Fonseca produziu três tabelas, a partir das informações coletadas nas obras de Waldemar Barbosa e Raimundo Trindade. A análise dos dados da primeira tabela leva a uma conclusão equivocada revelando uma possível decadência demográfica na região, em função de um número comparativamente tímido de ereções de igrejas, para o período da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

Atenta para as especificidades da região, a pesquisadora montou outras duas amostragens onde, nas diferentes temporalidades, o recorte é feito levando em consideração a diversificação do desenvolvimento das atividades econômicas nas comarcas da capitania. Esses dados são reveladores. No caso das áreas com maior concentração de exploração aurífera, apesar de um menor crescimento das edificações religiosas, foi mantida uma média levando à conclusão de que essas áreas, mesmo com a diminuição da extração aurífera, mantinha atrativo demográfico considerável.

Tabela 1 - Cronologia das fundações eclesiásticas			
Período	Número de capelas criadas	Capelas transformadas em paróquias encomendadas (curatos)	Paróquias encomendadas transformadas em freguesias coladas
Fim do século XVII a 1752	123	60	45
De 1753 a 1822	144	29	9
Total	267	89	54

Fonte: FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 106

Tabela 2 - Cronologia das fundações eclesiásticas nas zonas agrícolas			
Período	Número de capelas criadas	Capelas transformadas em paróquias encomendadas (curatos)	Paroquias encomendadas transformadas em freguesias coladas
Fim do século XVII a 1752	44	14	10
De 1753 a 1822	115	19	4
Total	159	33	14

Fonte: FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 109

Tabela 3 - Cronologia das fundações eclesiásticas nas zonas mineradoras			
Período	Número de capelas criadas	Capelas transformadas em paróquias encomendadas (curatos)	Paroquias encomendadas transformadas em freguesias coladas
Fim do século XVII a 1752	67	47	34
De 1753 a 1822	20	7	5
Total	87	54	39

Fonte: FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 108

A partir da observação do tipo de fixação da população nas regiões voltadas para as atividades agropecuárias, onde os habitantes se apresentavam mais dispersos que nas áreas mineradoras, revelou-se o aumento do número de capelas filiais, em relação ao número de curatos ou freguesias coladas para a mesma região.

As novas edificações e as intervenções decorativas, nos templos já existentes, levaram ao aumento das solicitações de artistas e oficiais mecânicos na Comarca do Rio das Mortes, nas primeiras décadas do século XIX. Mesmo que não tenha ocorrido uma intensificação da edificação de igrejas matrizes, foram inúmeras as referências à realização de pinturas, encarnação e policromia de imaginária em capelas de irmandades e igrejas nas localidades do sul de Minas.

Caio Boschi propõe a utilização deste indicativo para a montagem de uma linha temporal das construções dos templos setecentistas, com vistas à análise das solicitações para a produção de peças de arte religiosa na capitania mineira.

(...): às já numerosas 51 paróquias instaladas, somam-se incontáveis capelas, “passos”, oratórios e outros tipos de obra que demonstravam com nitidez a amplitude do mercado consumidor intra-regional e, por extensão, a imensa capacidade deste na absorção dos trabalhos produzidos pelos artistas e artesãos ali em exercício, aliás em número significativo o suficiente para responder à expectativa desse elástico mercado, (...) ¹³⁴

Caio Boschi ressalta, no entanto, que não pode ser contabilizada apenas a disponibilidade de recursos como origem da demanda de produção artística ou artesanal nas Minas Gerais nos setecentos. Identifica como traço específico, para a manutenção da produção de arte religiosa nesta sociedade, “o acentuado gosto pela ostentação e pela pompa, (...) o luxo e a riqueza dos rituais, (...) a magnificência dos templos” ¹³⁵. Tais características possibilitam a identificação, em Minas Gerais, de um interesse em transformar a beleza de suas obras em fator de “prestígio, de autoafirmação e de destaque” ¹³⁶.

Carlos A. Medeiros Lima analisa a entrada de oficiais mecânicos na praça do Rio de Janeiro, no período entre 1790 e 1808, a partir das solicitações de licenças e cartas de exame. Dentre os ofícios arrolados, chamou a atenção do historiador o crescimento da produção de objetos de “vestuário, mobiliário e artigos de luxo” ¹³⁷ na capital da colônia. Para o pesquisador, os resultados permitem vislumbrar um processo de “aristocratização dos usos dos grupos de proprietários de terras” ¹³⁸ que buscavam sua afirmação a partir da “afinidade de hábitos (...) [e] o trânsito (...) da riqueza móvel para a propriedade de bens que distinguíssem” ¹³⁹. Seria lícito refletir sobre as influências desta “aristocratização dos usos” dos proprietários de terras, próximos à Corte, no Sul de Minas em função do intenso fluxo de mercadorias, pessoas e, claro, costumes, entre a região e o Rio de Janeiro.

¹³⁴ BOSCHI, Caio Cesar. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*, p. 37

¹³⁵ Ibid, p. 38

¹³⁶ Ibid, p. 40

¹³⁷ LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 79

¹³⁸ Ibid, p. 75

¹³⁹ LIMA, loc. cit.

Pela centralidade da igreja para as relações sociais no ambiente urbano mineiro, a geografia da produção de arte sacra pode revelar que as encomendas não estavam circunscritas aos principais núcleos citadinos de exploração aurífera. A partir da segunda metade do século XVIII, ocorreu uma multiplicação de capelas filiais “estritamente associada à expansão da fronteira agrícola”¹⁴⁰ com produção localizada na comarca do Rio das Mortes.

2. 3 – A igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi

A partir da década de 1970, foram publicados estudos que buscaram compreender as formas específicas do desenvolvimento produtivo interno colonial. A partir da constatação de uma produção em larga escala, com grande diversificação, voltada para a produção de gêneros de abastecimento e com movimentação comercial intensa, pode ser verificado que esta tendência já era presente desde meados do século XVIII na capitania mineira¹⁴¹.

A Comarca do Rio das Mortes caracterizou-se pela presença de propriedades voltadas para a produção agrícola. A virada do século XVIII para o XIX foi o período em que ocorreu o recrudescimento das relações mercantis com a cidade do Rio de Janeiro, principalmente após a instalação da Corte portuguesa, em 1808. A produção era bastante diversificada atendendo às demandas de produtos agrícolas e pecuaristas.

No sul de Minas, podem ser destacadas fazendas com significativos plantéis de escravos e instalações adequadas às atividades de abastecimento, como as localizadas na freguesia de Baependi. A igreja matriz de Baependi tem sua história vinculada às transformações da ocupação territorial na localidade ao longo dos últimos três séculos. Foi construída no Campo do Formigueiro a partir de 1754, quando ocorreu a transferência da imagem e devoção, para a margem

¹⁴⁰ FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei*, p. 110

¹⁴¹ CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras entre o Setecentos e o Novecentos e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. vol. 1. São Paulo, USP, 2004; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006

esquerda do rio Baependi, onde a produção estava, aparentemente, voltada para os gêneros alimentícios¹⁴².

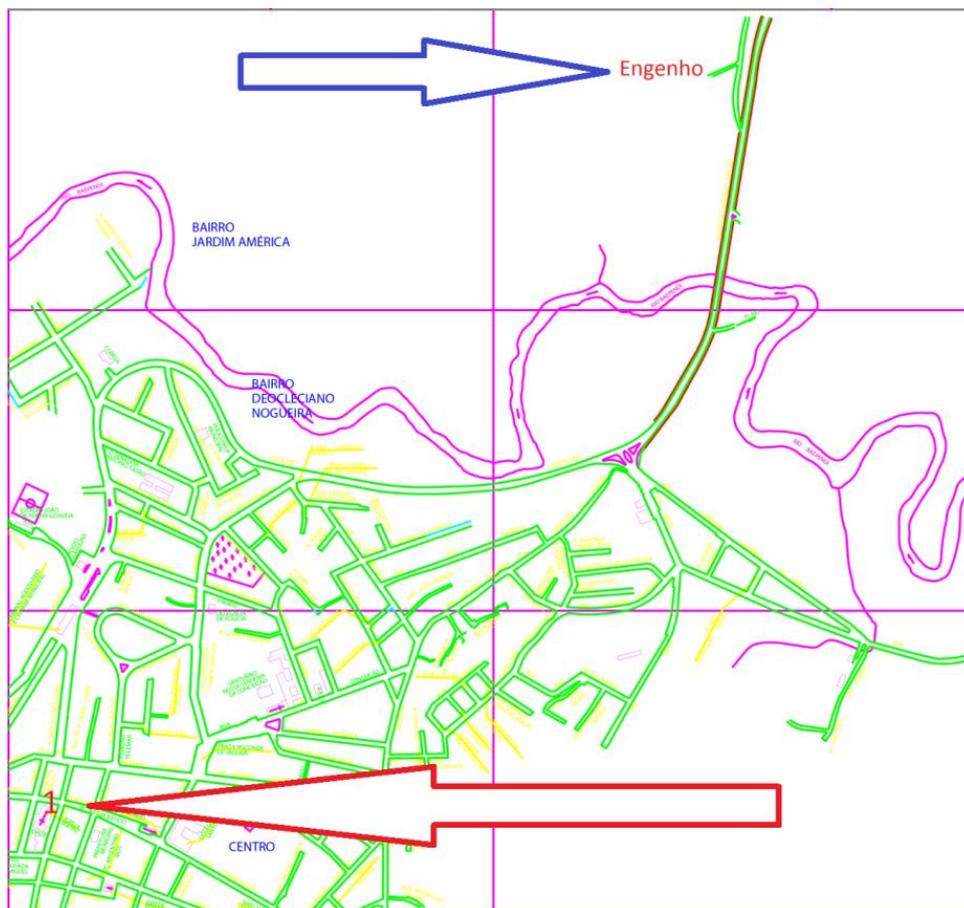


Figura 6 – Planta Municipal de Baependi. Localização das áreas da antiga capela no Engenho (seta azul) e da matriz de Nossa Senhora de Monserrate (seta vermelha).

No detalhe da Planta Municipal a identificação da fazenda do Engenho (seta azul), onde foi construída a capela primitiva, do lado direito da margem do rio Baependi (em rosa). Abaixo, a localização do chamado Campo do Formigueiro, local de ereção da matriz da paróquia de Santa Maria de Baependi (seta vermelha), situado na margem oposta do rio.

Em sítio mais alto, afastado do vale onde corre o rio e com característica plana o terreno, para a edificação da nova igreja dedicada à Nossa Senhora de Montserrat, se adequava sobremaneira aos quesitos regulamentados por D. Sebastião Monteiro Vide nas *Constituições Primeiras da Bahia* que determinava,

¹⁴² PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 45-48

para a área de ereção de templos, “(...) lugar *decente*, livre da umidade, e desviado, de lugares imundos, e sórdidos (...)”¹⁴³.

A igreja deveria contar, também, com uma área ao seu redor – o adro – que fosse suficiente para “andar as Procissões ao redor delas, (...), que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora”¹⁴⁴, configurando um espaço religioso em local onde ocorria maior concentração populacional e com vistas à encenação de procissões e festividades.

O Campo do Formigueiro apresentava tais quesitos, mas permanece o questionamento quanto ao sentido da orientação dada ao novo prédio religioso. Registros aéreos do centro de Baependi podem ajudar na proposição de uma leitura em que, o poder religioso e colonial, estão ambos impressos simbolicamente na configuração do espaço urbano de Baependi, construindo marcas e lugares da hierarquia social, sendo a igreja matriz uma dessas marcas.

Nas imagens que se seguem pode ser identificada a orientação da igreja de Nossa Senhora de Montserrat, em direção diversa das demais capelas que compõem o patrimônio religioso urbano. A igreja, que está localizada no lado esquerdo da imagem (Fig. 7), tem sua face frontal voltada para a região onde se fixou Tomé Rodrigues Nogueira, no lugar chamado Engenho.

À direita, o destaque para as capelas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte (à direita), que têm suas portadas direcionadas para o Oriente, como normatizadas pelo Concílio de Trento.

A inserção do prédio eclesiástico na malha urbana (Fig. 8) e o destaque (Fig. 9) permitem a visualização de sua posição irregular, transversal em relação ao quarteirão em que está inserido¹⁴⁵. A imagem pode vir a reforçar a ideia do direcionamento intencional de sua porta principal. No entanto, não encontrei documento que valide esta intencionalidade.

Pode ser retomada, para a análise destas imagens, a questão da adequação tratada por Bastos em relação à criação dos núcleos de povoamento mineiros. A ereção do edifício religioso esteve, aparentemente, ligada à presença prévia de um número de moradores considerável que obrigou a transferência da imagem devocional para a margem oposta àquela em que se encontrava.

¹⁴³ VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, p. 252

¹⁴⁴ VIDE, loc. cit.

¹⁴⁵ É perceptível que o arruamento e organização dos quarteirões ocorreram em período posterior à edificação da igreja de Nossa Senhora de Monserrate.

Seguia-se, não apenas as normas tridentinas de decência e adequação do edifício religioso ao ofício cristão, mas também as normas de acomodação dos povos, de adequação aos costumes de conveniência tanto para a Coroa quanto para a população. A igreja foi edificada em um ponto de reunião e de controle dos povos¹⁴⁶.

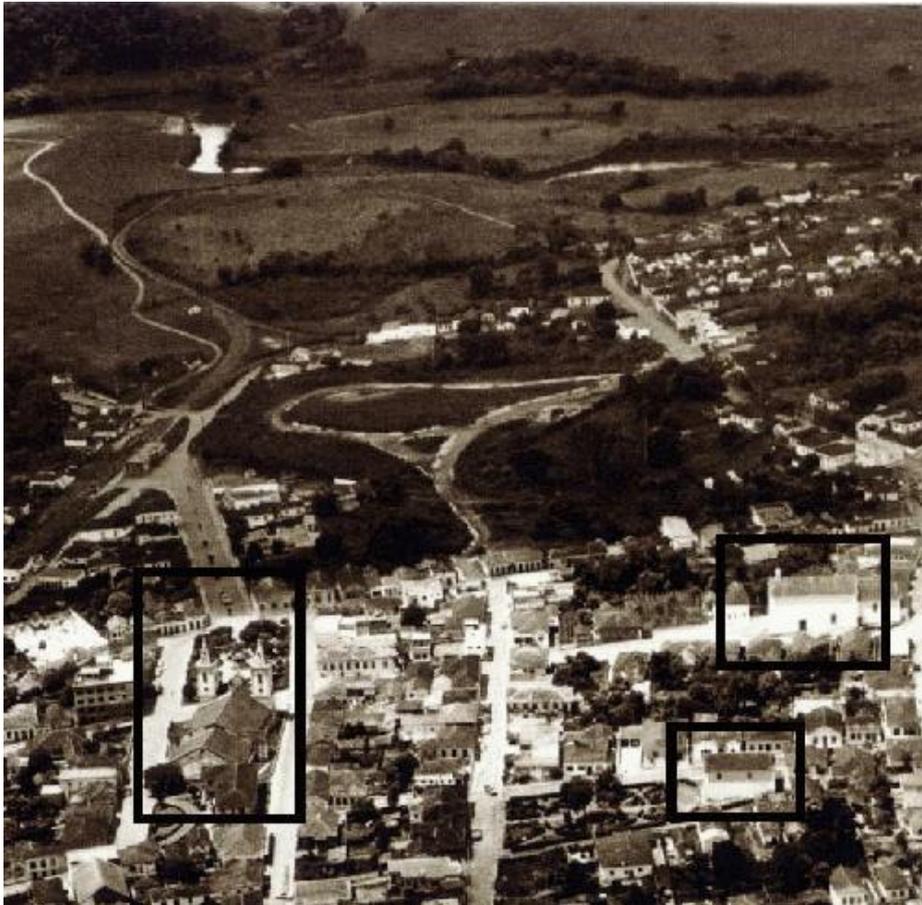


Figura 7 – Vista aérea do conjunto arquitetônico religioso de Baependi. c. 1940. Acervo Prefeitura Municipal de Baependi.

¹⁴⁶ LARA, Silvia H. *Fragmentos Setecentistas*, p. 58



Figura 8 – Vista aérea da igreja de Nossa Senhora de Monserrate, c. 1940. Acervo Prefeitura Municipal de Baependi.



Figura 9 – Destaque para inserção da igreja de Nossa Senhora de Monserrate na malha urbana da cidade, c. 1940. Acervo Prefeitura Municipal de Baependi.

Com o estabelecimento das funções civil e eclesiástica, pela constituição do arraial e a construção de uma nova igreja, a localidade passava a integrar a rede de hierarquia urbana¹⁴⁷ que, segundo Claudia D. Fonseca, foi estabelecida a partir da atribuição, pela Coroa portuguesa, de funções administrativas, civis ou eclesiásticas, aos povoados. Como vigairaria e arraial, ao povoado era exigida a edificação de igreja conveniente, decente e decorosa para a execução do ofício religioso.

A criação de um discurso de origem e de hierarquia social pode estar subjacente à inserção da edificação religiosa na malha urbana, associando a orientação da igreja matriz com o local de uma ocupação primitiva na história da cidade. Gravado na memória da população, essa versão é tida como uma das tradições locais criando uma representação de pioneirismo para aquele que trouxe a imagem da padroeira local.

A partir das pegadas do Capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, foi possível compreender um jogo de construção simbólica no espaço urbano da cidade de Baependi. A orientação dos prédios e a associação com a origem do povoado cria sentidos implícitos aos caminhos que se percorrem na cidade. A vida da população estava sendo delineada junto à ereção de igrejas, à organização dos terrenos para moradia, à determinação dos lugares para as festas e procissões, e à conformação das vias de circulação das pessoas.

A partir da criação de praças e largos, ruas e caminhos a malha urbana foi estabelecendo um afastamento ou aproximação dos grupos representativos da sociedade tendo como referente o *centro* onde está a igreja matriz. O lugar social é também o lugar que se ocupa na cidade. A cidade imprimiu “sua marca sobre os sentidos”¹⁴⁸ da população mantendo, na memória e na história local, “um para sempre” na relação entre poder espiritual e político, a partir da localização do prédio da matriz na malha urbana e do requinte de sua ornamentação.

(...) essa era uma sociedade que se mostrava e precisava ser vista. Num mundo em que a maior parte das pessoas era analfabeta, ver era experiência das mais importantes: o poder e o prestígio deviam saltar aos olhos.¹⁴⁹

¹⁴⁷ FONSECA, Claudia Damasceno. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos”, p. 40

¹⁴⁸ LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas*, p. 62

¹⁴⁹ *Ibid*, p. 86

Durante a segunda metade do século XVIII, a construção da igreja matriz da paróquia de Santa Maria de Baependi, parece ter sido determinada por interesses de grupos sociais locais específicos e voltados à circunscrição da ocupação do arraial e das atividades ali desenvolvidas. Se para o século XVIII, este movimento estaria ligado a constituição dos primeiros arraiais e criação das primeiras vilas, entendo que no século XIX, na Vila de Santa Maria de Baependi, ocorreram ações no sentido de organização e adequação do povoado que incluíram obras de caráter urbanístico e a construção e reforma de capelas e igrejas em sua sede.

Nesse período foram lançados para a arrematação editais para a construção e reforma de pontes, no termo e sede da vila, indicando que a circulação era intensa. O aumento da população foi um dos argumentos apresentados pelo Príncipe Regente, no alvará¹⁵⁰ expedido para a elevação do arraial de Baependi em vila, no ano de 1814. Diz o documento:

(...); o augmento dos povoadores, que tem tido, e vão continuando a ter aquelles Districtos, que por isso mesmo augmentão as dependências do Foro; e outros iguais motivos, que Me forão presentes: Hei por bem determinar o seguinte.

Sou Servido Crear em Villa o Arraial de Baependy com a denominação de = Villa de Santa Maria de Baependy = ficando pertencendo ao seu Termo o território da Freguezia de Baependy, o da Freguezia do Pouso Alto, e o da Freguezia da Aiuruoca, que antecedentemente foi Julgado; em quanto ao dito respeito Eu não Determinar outra cousa: E pelos limites actuaes das Freguezias se ficará regulando a divisão de limites do Termo da dita Villa, por ser mais conveniente por agora serem conformes as divisões¹⁵¹.

Dez anos após ser elevada a condição de vila, Baependi adequava suas vias para o melhor deslocamento dos moradores e passantes. No *Livro de arrematação das rendas e obras públicas* (1814-1838) da Câmara local, foram identificados documentos referentes à arrematações voltadas para o calçamento

¹⁵⁰ São citados como argumentos para a elevação do arraial em vila, além do aumento da população, a grande extensão do termo da Vila de Campanha da Princesa, criada em 1798 e a necessidade de atendimento judicial naquele território. APM. SG-Cx.91 – Doc. 18. Alvará régio determina os limites da vila da Campanha da Princesa, cria a vila de Santa Maria de Baependi, assim como a de São Carlos do Jacuí, etc. (Documento Impresso), Rio de Janeiro, 19/07/1814. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=667> Acesso em 19/03/2014 às 10h 32min.

¹⁵¹ APM. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA. SEÇÃO COLONIAL. Alvará Régio determina os limites da Vila da Campanha da Princesa, cria a Vila de Santa Maria de Baependi, assim como a de São Carlos do Jacuí, etc. (Documento Impresso). SG.Cx.91-Doc.18 19/07/1814, f.1-2

das ruas, com o planeamento dos trechos necessários, e a construção e reforma de pontes no termo e sede da vila. A esta pesquisa interessa os registros referentes à arrematação das obras relativas à fatura das calçadas da vila.

Os Autos de Arrematação¹⁵² contidos no livro seguiram o mesmo padrão ou modelo. Iniciam com o despacho apresentando o arrematante, a obra ou serviço arrematado e o valor alcançado. No corpo do texto, seguem com a indicação de data, local e os integrantes do corpo camarário, responsáveis pela solicitação das obras. São descritos os procedimentos realizados para a divulgação do pregão de venda e arrematação em praça pública, quem se apresentou para a arrematação e, por fim, o *lanço* dado e a aceitação do mesmo pela instituição, seguindo as solenidades previstas na lei.

Nas descrições, mesmo que mais gerais, foram encontrados dados sobre o material a ser utilizado, as condições para a execução das obras e o valor a ser pago. Não é estabelecido prazo de entrega para as obras. Foi possível perceber a predominância de certos profissionais na arrematação dos serviços, mas sem a indicação se estes eram ou não mestres. Os autos terminam com a arrematação onde são indicados uma segunda vez o arrematante e valor do serviço a ser prestado.

No ano de 1824, em período concomitante à criação das irmandades de negros e pardos, e da reforma e ornamentação da igreja matriz, o Alferes Antônio Luiz Cardoso se comprometeu com a realização da “fatura de cada uma braça de calçada *de pedra boa de maneira que se não desmanche*”¹⁵³. Fazer as calçadas na vila de Baependi não era coisa assim tão simples. O Alferes Antônio Luiz Cardoso queixou-se dos prejuízos que teve pelo baixo valor da arrematação e, talvez por isso, neste novo pregão as condições foram mais detalhadas.

(...) para efeito de se [sic] a arrematação da Obra Pública das Calçadas das ruas desta mesma Vila *em razão da grande dificuldade que há nos lugares de ladeira e haver representado o Arrematante, que então era o Alferes Antônio Luiz Cardoso o prejuízo que se lhe seguia e tinha se presentado digo e tinha experimentado em tal obra* pelo preço que havia arrematado e sendo ai pelo dito Juiz Presidente e oficiais da Câmara depois de haverem pedidos os necessários exames, foi determinado ao Posteiro destes Auditórios Romualdo Rafael Arcaño trouxesse em pregão e venda e arrematação a mencionada obra na forma das

¹⁵² Estes documentos foram encontrados em pesquisa no Arquivo Municipal de Baependi onde existem inúmeros registros camarários. O livro possui apenas o registro com a efetivação das arrematações.

¹⁵³ AMB. *Livro de Arrematação das rendas da Câmara e Obras Públicas - 1814 – 1838*, f. 48v.

Condições apresentadas para ser arrematada por quem por menor preço a quisesse fazer¹⁵⁴.

No ano seguinte, foi feito novo lançamento de arrematação, como consta do auto publicado em 04 de setembro de 1825, no *Livro de arrematação*. O novo pregão de venda especificava as exigências para a execução das obras. Além da fatura das calçadas o edital incluía a intervenção nas ruas indicando a existência de uma demanda crescente de livre circulação na vila em função do crescimento demográfico na região, o que exigia o atendimento a uma população maior e em frequente movimento apontando um processo de organização do espaço urbano com a melhoria da circulação na sede da vila, ampliando os espaços de sociabilidade e negócios. Nas condições constam

*aterrar as ruas nos lugares aonde se acharem com buracos feitos pelas águas que correm, e desaterrá-las aonde existirem barrancos e outros inconvenientes que obstam ao livre trânsito dos moradores e mais pessoas, e [não entendi] e aplainá-las de maneira que fique a obra em perfeição*¹⁵⁵

No mesmo período, foram remetidos “recrutados” para as divisões do Rio Doce e Guarnição do Rio de Janeiro num movimento de ampliação das fronteiras e ocupação de terras ainda dominadas por comunidades nativas¹⁵⁶ no território de Minas Gerais. Os ditos “recrutados” eram presos que estavam na cadeia da vila e tal remessa é indicada nos autos de arrematação para a fatura de argolas e correntes ocorridas em tempo simultâneo ao das arrematações acima citadas.

A igreja matriz de Nossa Senhora de Montserrat foi reformada e decorada no mesmo período em que ocorriam as obras urbanísticas que estavam sendo promovidas pela Câmara. A igreja conheceu diversas intervenções ao longo dos séculos XIX e XX, com acréscimo de elementos decorativos alterando sua fachada e torres, levando à convivência de diferentes estilos. A leitura da obra *Templos e crentes: Baependi*¹⁵⁷, que apresenta minuciosa descrição das diversas

¹⁵⁴ AMB. *Livro de Arrematação das rendas da Câmara e Obras Públicas - 1814 – 1838*, f. 51v

¹⁵⁵ *Ibid*, f. 52

¹⁵⁶ Cf. ANGELO, Leonardo Bassoli. “Tensões no Rio Doce: uma análise sob a perspectiva da Direção Geral dos Índios de Minas Gerais (1824-1829)”. In: *Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*. Mariana – MG, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340710511_ARQUIVO_AstesnoRioDoceumaanalisesobaperspectivadaDirecaoGeraldosIndiosdeMinasGerais.pdf

Acesso em 15/03/2014 às 14:02

¹⁵⁷ PELUCIO, José Alberto. *Templos e crentes. Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942.

intervenções arquitetônicas e decorativas realizadas nesta igreja, detalha os artistas que delas participaram. As intervenções contaram com a presença de brasileiros e estrangeiros, predominantemente mineiros e italianos, sendo alguns deles naturais da localidade que aprenderam seus ofícios na própria fatura das obras.

Dentre estes, figura o nome de [Joaquim José da] Natividade, antecedido pelo adjetivo *célebre*, sendo-lhe atribuídas obras de pintura, encarnação e policromia. No processo de pesquisa sobre o artista começou a se descortinar um acervo significativo de obras ambientadas em igrejas e capelas na região, especificamente, na comarca do Rio das Mortes. A existência de inúmeras obras em uma região contígua pode ser um dado significativo.

Vale questionar a relação possível entre a existência de um acervo artístico extenso na região do sul de Minas com os dados levantados por Claudia Damasceno Fonseca acerca do aumento de capelas na mesma área, entre os anos de 1753 e 1822. Segundo a pesquisadora, nas áreas voltadas economicamente para a agropecuária a construção de capelas foi substantiva. Estaria o artista Natividade relacionado a este surto construtivo e de aquisição de obras sacras?

Interessante pensar também nas descrições apresentadas pelo Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, onde foram indicadas as obras em inúmeras igrejas e capelas da mesma área. Dentre outros aspectos são mencionados os conjuntos ornamentais das igrejas e capelas visitadas denotando que estava em curso obras de construção, reforma e ornamentação de inúmeros templos daquela comarca.

As freguesias da Comarca do Rio das Mortes foram visitadas no ano de 1824, ou seja, em período contemporâneo ao movimento de obras urbanísticas ocorrido em Baependi. Para além das exigências de cumprimento dos rituais litúrgicos em sua perfeição, as obras empreendidas estariam ligadas aos movimentos demográfico e econômico, ocorrido desde meados do século XVIII, no território sul mineiro?

As igrejas eram um dos critérios para a determinação da *qualidade* de uma povoação contando pontos, para a ascensão na hierarquia urbana, a localização do sítio, a dimensão, a beleza arquitetônica e o requinte decorativo dos edifícios religiosos. Os dois últimos quesitos distinguiam os povoados, seus habitantes e evidenciavam os artistas e artífices que participaram de sua execução. A

contratação de um mestre renomado seria, então, recomendável, para a satisfação das partes técnica e criativa. O reconhecimento do artista e de seu trabalho traria maior prestígio aos financiadores das obras, entrelaçando as hierarquias urbana, eclesiástica e social.

Importante salientar que a ereção de igrejas matrizes estava ligada ao processo de elevação na hierarquia eclesiástica, quando um curato ou capela filial alçava o posto de freguesia. Esta ascensão vinha muitas das vezes acompanhada da correlata promoção na hierarquia urbana, como foi o caso de Baependi. A localidade se tornou freguesia colada e recebeu a exigência da construção de novo prédio, pela ruína que apresentava a capela existente e para o atendimento de maior número de fiéis. O atendimento à população foi do religioso ao administrativo, sendo efetivada a criação do arraial no terreno do patrimônio da matriz.

Se para o século XVIII, seria plausível a proposta de se refletir sobre as relações entre a ereção de capelas e igrejas e a demanda de arte sacra nas áreas mineradoras, essa mesma associação poderia ser estendida ao século XIX nas áreas de produção e comércio agropecuário? Em que medida as obras de Joaquim José da Natividade, que se concentram na região do sul de Minas, podem ajudar no entendimento do surto de ereção de capelas e igrejas e das obras de ornamentação na Comarca do Rio das Mortes?

3 JOAQUIM JOSÉ DA NATIVIDADE: UM ARTISTA DE PRESTÍGIO NO SUL DE MINAS

Neste capítulo procuro identificar e localizar o acervo produzido pelo artista Joaquim José da Natividade em sua passagem na Comarca do Rio das Mortes com vistas à elaboração de um mapeamento de sua atuação e do estabelecimento de uma temporalidade para sua obra.

A análise de parcela de suas obras de pintura, ornamentação de camarins e encarnação e policromia de imaginária permitiram vislumbrar fragmentos das relações por ele construídas, com seus pares e contratadores, e da inserção de seu trabalho naquela sociedade. A opção pelo recorte geográfico de sua atuação foi decorrente da comprovação da autoria das peças pertencentes ao acervo de igrejas e capelas que estão localizadas em área contígua, realizadas em período concomitante e que viabilizaram a identificação de seus contratantes em potencial.

O apreço conquistado pelo artista no sul de Minas revelou-se nas referências sobre seu trabalho e na extensão do legado por ele deixado. As citações ao pintor, dourador, encarnador e policromador Joaquim José da Natividade vêm, geralmente, precedidas de adjetivos que dizem respeito à sua habilidade, capacidade técnica, talento admirável, liberdade criativa e alto nível artístico. É possível deduzir, a partir dos adjetivos a ele dispensados, que teve reconhecimento pelo seu fazer artístico junto à sociedade na qual estava inserido, ou seja, foi um artista de prestígio.

A questão do prestígio apresentou-se como fator relevante na análise das obras artísticas, tanto em relação ao artista quanto àquele que o contrata. Caio Cesar Boschi, em sua investigação sobre o Barroco Mineiro, entende o *prestígio* no sentido em que o termo se aproxima da representação social. Assim, para o historiador, o *prestígio* apresentava-se como regulador das contratações dos artistas e o valor do trabalho artístico “se aquilatava pela aceitação do mesmo, pelo *prestígio* individual do artista e pelas condições materiais que lhe eram propostas pelos compradores”¹⁵⁸ estabelecendo uma variabilidade conforme a qualidade dos serviços apresentados.

¹⁵⁸ BOSCHI, Caio César. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*, p. 41- 42. Grifo nosso.

Assim, a associação entre o prestígio do artista e a disponibilidade material, ou fortuna, daquele que o contratava constituem os elementos de uma equação válida para pensar a produção artística em Minas colonial, especificamente na região do sul de Minas e Campos das Vertentes. As delimitações espacial e temporal foram determinadas pela atuação de Joaquim José da Natividade que, até o presente momento, teve atribuição de autoria em peças de imaginária e em pinturas para camarim e forro localizadas em arraiais e vilas inseridos no território sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes, entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

A partir da identificação de seu acervo e da determinação do período de sua atuação foi estabelecida a seleção de igrejas que apresentam a possibilidade de leitura na chave do fator *prestígio*, entendido como representativo da relação entre artista e contratante. A análise das obras inseridas no corpo das igrejas selecionadas fornece a possibilidade de compreensão desta relação no que diz respeito à qualidade apresentada na fatura das diferentes peças – com a utilização de técnicas diversas e modelos selecionados para a representação – e no material utilizado, refletindo a disponibilidade de recursos para as obras de ornamentação sacra nas paragens sul mineiras.

Cabe esclarecer o significado coevo dado ao termo *prestígio* para uma melhor compreensão da repercussão da obra do artista. Ao buscar seu significado em dicionários produzidos nos séculos XVIII e XIX, deparei-me com definições que podem aproximar o artista e seus contratantes.

No dicionário organizado pelo jesuíta Raphael Bluteau, o termo é entendido como “ilusão com visões maravilhosas, por encantamento e artes do demônio. § Representações, imaginações, fantasias enganosas”¹⁵⁹. Esta definição permite a aproximação entre o significado do termo com a técnica da pintura ilusionista, ou em perspectiva, refletindo de maneira concreta o fazer artístico do pintor Natividade, como nas pinturas de forro encontradas nas igrejas do sul de Minas¹⁶⁰.

¹⁵⁹ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa.*, p. 240

¹⁶⁰ As pinturas atribuídas ao pintor Joaquim José da Natividade são identificadas pelos historiadores da arte Adalgisa Arantes Campos, Carlos Magno de Araújo, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira e Olinto Rodrigues Santos Filho, como pinturas em perspectiva ou pinturas ilusionistas. A pintura em perspectiva é entendida como “(...) expediente geométrico que produzia a ilusão da realidade, mostrando os objetos no espaço em suas posições e tamanhos corretos. A perspectiva capta os fatos visuais e os estabiliza,

Este sentido perdurou no século XIX, como pode ser atestado pelo verbete que consta no *Dicionário da Língua Brasileira* organizado por Luiz Maria da Silva Pinto e impresso na Vila de Ouro Preto, no ano de 1832, em que é entendido como “ilusão, engano artificial ou diabólico da vista. Representação, imaginação enganosa”¹⁶¹. O verbete, em sua acepção atualizada, teve o acréscimo do sentido social.

sm. 3 – Admiração e respeito de que goza uma pessoa, graças a seu sucesso ou a suas qualidades; 4 – Capacidade de (algo ou alguém) exercer influência, graças ao prestígio (3) de que goza; 5 – Soc. O prestígio (3,4) como valor social, como fator de relações sociais.

Cabe ressaltar que, o termo prestígio não foi encontrado em fontes que façam alusão direta à obra do artista em tela, mas se mostrou eficaz para a compreensão das motivações que levaram à sua escolha para a efetivação das obras de ornamentação daqueles templos.

Joaquim José da Natividade apresentou-se como um pintor com capacidade para a realização da representação pictórica almejada por aquela sociedade, ou pela parcela que o teria contratado, aproximando-se do sentido dado ao termo nos séculos XVIII e XIX. Mostrou-se igualmente como um homem de prestígio social pela aproximação de grupos que se distinguiram política e economicamente e pelo desembaraço na resolução de situações socialmente constrangedoras, que afetaram a ele e a sua família na Vila de São João del-Rei. Neste sentido, cabe perguntar quais os sentidos do termo prestígio que podem estar implícitos nos adjetivos atribuídos ao artista Natividade nos documentos produzidos ao longo do século XIX.

Pesquisadores que se debruçaram sobre sua trajetória são unânimes sobre a qualidade de seu trabalho seja na pintura de forros ilusionistas, na ornamentação de camarins, na encarnação¹⁶² e policromia¹⁶³ de imaginária devocional, ou ainda,

transformando o observador em aquele para o qual o mundo todo converge”. In: Wikipedia. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Perspectiva_\(gr%C3%A1fica\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Perspectiva_(gr%C3%A1fica)). Acesso em 26/06/2014 às 19h 01min. SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro. In: Revista Barroco 20. Ano 2012/2013. Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, p. 250

¹⁶¹ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*, p. 858

¹⁶² Encarnação ou Carnação – pintura cor de carne aplicada na parte desnuda do corpo das imagens. Nesse processo, a pintura era geralmente feita à óleo e polida. In: ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. São Paulo: Cia

na decoração de oratórios. A identificação de um artista com trabalhos realizados em inúmeras igrejas e capelas situadas em áreas não auríferas é por si só, relevante. No período colonial brasileiro, o surto construtivo de igrejas e capelas, matrizes e de irmandades, raramente é citado para localidades onde a atividade produtiva esteve orientada para produção e comércio dos gêneros de abastecimento, corroborando a tendência dos estudos voltados para as vilas de maior relevância política em Minas Gerais¹⁶⁴.

Desde as décadas de 1970 e 1980, esse quadro vem tomando novo feitiço. O aprofundamento das pesquisas¹⁶⁵ em localidades que não se enquadravam como centros econômicos relevantes na economia aurífera vêm permitindo a revelação de artistas ainda pouco estudados, descortinando novos rumos para a arte mineira e colonial. Em artigo publicado no ano de 1983, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira ampliou a análise das obras de pintura ilusionista incluindo os nomes de Manuel Victor de Jesus e Joaquim José da Natividade no rol dos artistas que atuaram na Comarca do Rio das Mortes, na primeira metade do século XIX.

Seguiu-se o texto de Olinto Rodrigues Santos Filho publicado em obra organizada por Emmanuel Araújo, que analisa as obras destes pintores, corroborando as indicações dadas não apenas por Oliveira, mas por Judith Martins e Adalgisa Arantes Campos que fazem citação as suas obras em levantamento sobre a arte colonial mineira.

Melhoramentos/Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho/Companhia Editora Nacional, 1980, p. 135

¹⁶³ Policromia – trabalho de revestimento em pintura ou douramento de talha, imagens, etc. em que aparecem duas ou mais cores. In: ÁVILA, Affonso. et. al. *Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*, p. 167

¹⁶⁴ Foge a essa tendência a obra de Cláudia Damasceno Fonseca que procura entender a relação entre a ereção de capelas, ermidas e igrejas e os processos de fundação e ascensão hierárquica urbana dos povoados mineiros, trazendo interessante contribuição acerca da região da Comarca do Rio das Mortes, região em que a economia esteve predominantemente voltada para a produção agrícola e pecuária. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei*, pp.108-110.

¹⁶⁵ MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, 2.v.; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003; OLIVEIRA, Myriam A. R. de. “A pintura perspectiva em Minas Colonial – ciclo rococó”. In: ÁVILA, Affonso. *Revista Barroco 12*. Ano 1982/83. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Estudos Mineiros, pp. 171-182; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro”. In: ARAÚJO, Emmanuel (org.) *A mão afro-brasileira. Significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Cultura Barroca e manifestações do Rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998.

Na investigação a respeito do artista foi possível o mapeamento de sua trajetória através do acesso à documentação sob a guarda de arquivos locais, eclesiásticos ou cartoriais; em visitas à parcela destas igrejas e capelas e à bibliografia especializada em História da Arte Colonial no Brasil. Algumas linhas devem ser dedicadas à questão da natureza diversificada da documentação e de sua dispersão geográfica.

Este levantamento não efetivou a descoberta de material que estabelecesse relações concretas de contratação, execução de projetos ou de louvações¹⁶⁶ para as obras realizadas pelo pintor Natividade. Seria lícito, então, supor que esta ausência documental possa estar relacionada à própria dinâmica produtiva em que “artistas e artesãos que, circulando com frequência, dificultam a elaboração de suas trajetórias profissionais”¹⁶⁷, como indica Caio Boschi. Para suprir esta dificuldade, a busca por informações diretas e indiretas sobre seu paradeiro na região, sobre a execução ou entrega das obras – com atribuição de autoria confirmada – em fontes cartoriais, paroquiais, relatos eclesiásticos e de viajantes, memórias¹⁶⁸ e relatos locais revelou-se fecunda.

Esta diversidade exigiu redobrada atenção na organização das informações para que, no processo de cruzamento de dados, fosse possível estabelecer parâmetros representativos de sua atuação na capitania mineira, da determinação de uma cronologia aproximada e de inventário, mesmo que provisório, de seu acervo artístico. Simultaneamente, foi alvo dessa pesquisa a busca por dados sobre aqueles que possivelmente tenham sido seus colaboradores e contratadores¹⁶⁹, o que permitiu o levantamento de questões pertinentes à sua estadia na Comarca do Rio das Mortes, nas primeiras décadas do século XIX.

¹⁶⁶ Louvação – avaliação feita por louvados; avaliar, calcular o valor de. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/louva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 07/06/2014 às 12h22min. Louvação – Parecer abalizado; LAUDO. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/nossoaulete/louva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 07/06/2014 às 12h23min.

¹⁶⁷ BOSCHI, Caio. *Barroco Mineiro: arte e trabalho*, p. 40

¹⁶⁸ Entendida aqui como escrito narrativo em que se compilam fatos. Dicionário Priberam. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/mem%C3%B3rias>. Acesso em 07/06/2014 às 12h34min.

¹⁶⁹ Será utilizado o termo contratador nesta pesquisa para identificar os indivíduos ou coletivos que solicitaram os serviços de Joaquim José da Natividade por entender que o significado abrange a natureza da relação entre o artista e aqueles que estiveram envolvidos nas obras das igrejas e capelas em estudo. Para referendar esta escolha apresentamos as definições que se aproximam do sentido dado ao termo nesta pesquisa. Para o dicionário digital Aulete é aquele que contrata e que negocia com mercadorias. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/nossoaulete/contratador>. Acesso em 07/06/2014 às 11h42min. No

O recolhimento de dados fez emergir indicações de uma ampla atuação e permitiu a constatação da existência de um acervo extenso e diversificado, no qual é revelado seu desempenho em múltiplas especialidades, exercendo os ofícios de pintor, policromador, encarnador, dourador e riscador. Caio Boschi aponta que os pintores dificilmente dedicavam-se a áreas diferentes, consagrando-se exclusivamente à produção pictórica¹⁷⁰.

Um panorama diverso encontrou Carlos Alberto Medeiros Lima em seu estudo sobre os artífices na praça do Rio de Janeiro. Sua pesquisa, que tem como foco a abordagem das dinâmicas relativas à entrada e à formação de mestres e oficiais mecânicos, em período contíguo ao abordado nesta pesquisa, pode constatar que a diversificação e a combinação de atividades eram intrínsecas à atividade artesanal, fosse como estratégia para a sobrevivência ou para a acumulação e enriquecimento¹⁷¹.

A simultaneidade da realização das obras em localidades limítrofes pode sugerir que, as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, teriam sido proveitosas para os trabalhadores especializados na arte religiosa na região do sul de Minas. A concomitância das obras levadas a efeito pelo artista Natividade suscitou o questionamento sobre os processos de organização e execução das mesmas. Nesse sentido, é necessário destacar a mobilidade daqueles que se dedicavam à arte decorativa, sendo incomum a abertura de lojas ou tendas fixas para as atividades de pintura e escultura, possivelmente pela operacionalidade característica ao ofício. Diz Caio Boschi:

É fundamental salientar também que esse mercado não tem um polo *catalisador promovendo grande e contínuo deslocamento dos artistas e artesãos*. No geral, *a permanência destes em determinada localidade se dava no estrito limite da necessidade de seus serviços*. (...) *sem contar aqueles que se comprometiam simultaneamente com várias frentes de trabalho*. Daí o reduzido número de ‘lojas’ ou oficinas nos núcleos urbanos coloniais mineiros, (...) [são atividades] nas quais *a itinerância não é comportamento ocupacional inusitado*¹⁷².

dicionário Priberam, em versão digital, é entendido como arrematante de fornecimentos ou serviços. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/contratador>. Acesso em 07/06/2014 as 11h46min.

¹⁷⁰ BOSCHI, Caio. *Barroco Mineiro: arte e trabalho*, p. 16

¹⁷¹ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*, p. 201.

¹⁷² BOSCHI, Caio. op. cit., p 40-41. Grifo nosso.

No sul de Minas, esta mobilidade pode ser associada a um processo de crescente urbanização, que teria elevado a solicitação destes serviços em quantidade significativa. Seria lícito, então, supor que Joaquim José da Natividade não atuou sozinho tendo, junto a si, oficiais especializados para que pudesse atender as muitas encomendas por ele assumidas, como já foi apontado anteriormente. Este aspecto de sua trajetória pode contribuir para as pesquisas sobre a formação de mão-de-obra nas artes mecânicas nesta região da colônia portuguesa na América.

Os estudos realizados por Carlos Magno de Araújo e por Edmilson Barreto Marques¹⁷³ elucidam parcela desta questão ao apontarem as possibilidades associativas de Natividade, no exercício das artes da carnação e policromia, em esculturas de diferentes artífices nas localidades onde realizou obras de maior envergadura. Existe a alusão ao envio de peças por estes artífices¹⁷⁴ para que Natividade produzisse o acabamento pictórico, o que ilustra mencionado prestígio e a qualidade de sua arte.

Os indícios das diversas relações estabelecidas por Natividade pode vir a comprovar as hipóteses que dizem respeito à existência de uma escola regional, com a atuação de um número significativo de artistas e artífices no sul de Minas e Campos das Vertentes, o que é corroborado pela extensão do legado deixado pelo artista. Nesse sentido, também pode vir a responder às questões relativas à realização de tantas empreitadas concomitantes. A presença de tantos mestres poderia suprir de maneira concreta a demanda daquela sociedade por objetos decorativos religiosos, nos âmbito privado ou público.

Também é lícito supor que a presença de quantidade significativa de artistas e artífices teria levado à organização de oficinas para a realização das obras na região, locais de provável formação de futuros artistas e oficiais mecânicos. A aprendizagem nas Minas Gerais setecentistas ocorreu de maneira

¹⁷³ ARAÚJO, Carlos Magno. “Nossa Senhora da Conceição. Um caso de remoção de repintura contribuindo para atribuição de autoria”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), nº 2, 2003, pp. 121-130; MARQUES, Edmilson Barreto. “O santeiro de Garambéu”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), n. 3, 2007, pp. 131-140

¹⁷⁴ ARAÚJO, Carlos Magno. “A policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região dos Campos das Vertentes e Sul de Minas”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), n. 1, 2001, p. 148.

informal, muitas vezes “transmitida de pai para filho”¹⁷⁵ afirma Adriana Romeiro ao tomar como exemplo Antônio Francisco Lisboa.

Esteve predominantemente ligada ao labor cotidiano, sem a regulação ou mediação de associação corporativa especializada para cada um dos ofícios. Os mestres encarregavam os auxiliares – aprendizes ou oficiais sem especialização – para “os trabalhos preliminares ou preparatórios para a consecução da obra”¹⁷⁶. Isso justificaria a diversidade da qualidade encontrada por Araújo na confecção das peças escultóricas e a observação da qualidade da volumetria na talha das diferentes igrejas onde Natividade realizou suas obras. Estas diferenças possibilitam problematizações sobre a produção das obras e sobre aqueles que solicitaram estes serviços.

Esta pesquisa permitiu o debruçar sobre um personagem instigante que através de sua trajetória revelou fragmentos da sociedade sul mineira neste período. Seu percurso incluiu desde localidades de reconhecida tradição na religiosidade mineira como também arraiais, vilas e fazendas onde as igrejas e capelas por ele decoradas atendiam a um público diminuto em comparação aos centros de maior concentração de peregrinos. Esta variação de público apresenta algumas das peculiaridades encontradas no exercício do ofício deste artista. Ao longo deste capítulo, procuro apresentá-las como um caminho de resposta às questões que parecem pertinentes ao objeto deste estudo.

Quem foi o artista que conseguiu reunir tantos termos de apreço a sua obra? O que teria levado o artista para aquela região e quem seriam os seus contratadores? Quais as motivações para a sua escolha em detrimento dos demais artistas presentes no sul de Minas? Quais seriam os seus colaboradores para a efetivação de inúmeras obras em período concomitante? Existiria uma oficina sob seu comando ou manteria um sistema associativo junto a outros artífices e oficiais mecânicos atuantes nas paragens sul mineiras? Seria Joaquim José da Natividade um arrematador das obras ou teria sido contratado por outrem para a execução dos projetos?

¹⁷⁵ ROMEIRO Adriana. "Artista, artífice e artesão". In: ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 40

¹⁷⁶ Ibid, p. 41

3.1 Seguindo os passos de Joaquim José da Natividade: em busca de uma trajetória possível no tempo e no espaço.

Joaquim José da Natividade nasceu na segunda metade do século XVIII, aproximadamente entre os anos de 1769 e 1771. Estas datas decorrem de dois registros. Para a data de nascimento mais antiga a referência é o registro de óbito, do ano de 1841, quando contaria 72 anos. No Auto de Querela existente em São João del-Rei, efetuado no ano de 1820, apresentou-se como “homem (...), de idade que deve ser de quarenta e nove anos (...)”¹⁷⁷. Existem referências que apontam sua origem para a Vila de São João del-Rei, provavelmente, por ter fixado residência na localidade¹⁷⁸. Em informação registrada neste mesmo Auto de Querela teria confirmado ser “natural da Comarca de Sabará”¹⁷⁹, hipótese anteriormente levantada por Olinto Rodrigues dos Santos Filho em texto eletrônico¹⁸⁰.

Os primeiros registros¹⁸¹ de pagamentos feitos ao artista remontam aos anos de 1785 e 1790, quando recebeu por serviços realizados em Congonhas do

¹⁷⁷ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”. In: *Revista Barroco* 20. Ano 2012/2013. Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, p. 245. Apud ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE SÃO JOÃO DEL REI; IPHAN/MG. Auto de Querella de Casemiro José da Silva Flores contra sua mulher Jesuína Onória de Jesus. 1819. In: Livro de Autos de Querelas nº 4, 1811-23, f.17.

¹⁷⁸ Estas referências estão indicadas nos textos de Carlos Magno de Araújo, José Alberto Pelúcio e Bernardo Saturnino da Veiga. ARAÚJO, Carlos Magno. “Policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região dos Campos das Vertentes e Sul de Minas”. *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), nº 2, 2001, pp. 147-149; ARQUIVO DA CURIA DIOCESANA DA CAMPANHA. Livro Tombo nº 1. Paróquia de Santa Maria de Baependi; PELÚCIO, José Alberto. *Templos e crentes: Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942; VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.) *Almanaque Sul-Mineiro*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 420-1 e 1884, p. 536.

¹⁷⁹ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, 2012/2013, p. 245. Apud AETS DR; IPHAN/MG. Auto de Querella de Casemiro José da Silva Flores contra sua mulher Jesuína Onória de Jesus. 1819. In: Livro de Autos de Querelas nº 4, 1811-23, f.17.

¹⁸⁰ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Cf. *Enciclopédia Itaú Cultural – Artes Visuais*. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2241&cd_item=3&cd_idioma=28555. Acesso em 05/02/2013, 12h50min. Do mesmo autor “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”. In: *Revista Barroco* 20. Ano 2012/2013. Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, pp. 243-256. Publicado a pedido do autor do texto no site do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes – IHGT. Disponível em: http://ihgt.blogspot.com.br/2014_01_01_archive.html. Acesso em 07/06/2014, às 14h34min.

¹⁸¹ Até o momento, desconhecemos publicação de artigo em que seja referenciada data anterior ao ano de 1785 para Joaquim José da Natividade.

Campo, como consta no *1º Livro de Contas do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos para os anos de 1757-1825*¹⁸². Com citação feita pela pesquisadora Judith Martins em seu *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*¹⁸³, refere-se à execução de pinturas e encarnação, pelos quais recebeu valores diminutos. Em 1785, ao artista foi pago 3 oitavas de ouro pelo serviço de pintar uma caixinha¹⁸⁴ e, no ano de 1790, realizou outros dois trabalhos: para encarnar a imagem de S. Francisco teria recebido 8 ½ oitavas e pela pintura da Casa 15 ½ oitavas¹⁸⁵.

Tendo como ponto de referência os documentos que estabelecem a data aproximada de seu nascimento, é razoável indicar que estes trabalhos foram realizados em idade compatível ao estatuto de aprendiz, já que contaria com 14/16 anos, para o primeiro pagamento recebido e, entre 19 e 21 anos, para os serviços realizados em 1790. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira indica a probabilidade de sua formação¹⁸⁶ ter ocorrido junto ao pintor João Nepomuceno Correia e Castro, que deixou pinturas no Santuário de Congonhas e teve pagamento registrado no mesmo *Livro de Contas*, entre os anos de 1779 e 1790¹⁸⁷, atestando a convivência dos artistas.

Informação valiosa tem o artigo de Camila F. G. Santiago acerca da proximidade entre os dois artistas. Tendo como fonte primária os testamentos deixados pelos artistas atuantes nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, indica que para o artista João Nepomuceno dentre aqueles citados como aprendizes do artista aparece “Joaquim da Natividade, a quem morreu devendo 30 e tantas

¹⁸² Na capa do manuscrito consta a data de 1779 para o início do registro. Olinto Rodrigues faz a citação com data anterior, de 1757. Cf. FILHO, Olinto Rodrigues dos Santos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, p. 243, nota 2.

¹⁸³ MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974

¹⁸⁴ ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA, *1º Livro de Contas do Santuário de Bom Senhor Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, 1757 a 1825*, prateleira H, nº 26, p. 17

¹⁸⁵ AEAM, *1º Livro de Contas do Santuário de Bom Senhor Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo*, prateleira H, nº 26, p. 22.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*, 2003, p. 329, nota 26; _____. “A pintura perspectiva em Minas Colonial – ciclo rococó”, 1982/83, p. 176; FILHO, Olinto Rodrigues dos Santos. “Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro”, 1988, p. 103.

¹⁸⁷ São encontrados registros de pagamentos especificamente para os anos de 1779, 1782, 1783, 1785, 1789 e 1790. AEAM, *1º Livro de Contas do Santuário de Bom Senhor Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo*, prateleira H, nº 26

oitavas”¹⁸⁸. Esta informação consta no documento datado de 1794, levando a possibilidade de afirmar que até a morte do pintor, em 2 de janeiro de 1795, Joaquim [José] da Natividade estaria trabalhando com ele.

Jose Newton Coelho Meneses e Adriana Romeiro concordam que, nas Minas do século XVIII, a aprendizagem era diversa da encontrada na metrópole. Sendo “regulada pelo costume e tradição, não possuindo instrumento legal que a norteasse em princípios a serem obedecidos pelas oficinas e pelos mestres.”¹⁸⁹ a aprendizagem encontrava-se solta das amarras corporativas cuja presença na capitania mineira foi tênue. Como característica portuguesa, a transferência para o território colonial do controle das Câmaras sobre a formação, a qualificação, o exercício do ofício e a fiscalização local. Apesar da ausência de regimentos que regulassem a aprendizagem, Meneses indica ser possível “percebê-la como um instrumento de educação não escolar que orientava o homem para o trabalho e a ordem”¹⁹⁰ no meio social, aos moldes da formação portuguesa.

Os regimentos nas Minas setecentistas eram mais simplificados limitando-se a estipular as atividades que cabiam aos diferentes ofícios e os valores para os serviços e produtos. Nem sempre havia o cumprimento dos procedimentos legais descritos ou pela insuficiência da fiscalização camarária ou ainda porque "faltava a algumas localidades os juízes e os escrivães de ofícios, mestres designados para o processo de exame dos candidatos"¹⁹¹ é provável que os mestres portugueses tenham sido aqueles que instruíram os naturais da colônia nos diferentes ofícios.

Ao contrário do costume luso, não houve nas Minas uma relação de subordinação entre mestres e aprendizes em função dessa informalidade na aprendizagem. Sendo assim, uma maior liberdade no exercício do ofício, sem o controle interno às corporações, teria interferido diretamente na inserção dos profissionais no mercado. As negociações das encomendas foram mais frequentemente marcadas pela iniciativa individual que pelas imposições

¹⁸⁸ O artigo da pesquisadora versa sobre a presença de cativos junto aos aprendizes dos artistas mineiros e de como esta condição teria favorecido a emancipação destes indivíduos. SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. “Cativos da arte, artífices da Liberdade: a participação de escravos especializados no barroco mineiro”. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (org.). *Escravidão, mestiçagens e histórias comparadas*. Rio de Janeiro: Annablume, 2008, pp. 77-88, p. 87

¹⁸⁹ MENESES, José Newton Coelho. "Ofícios mecânicos". In: ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p 214-215

¹⁹⁰ MENESES, loc. cit.

¹⁹¹ *Ibid*, p 215

regimentais. Acreditando que este era o procedimento usual e, que Joaquim José da Natividade estava ciente destas práticas, seria possível compreender sua movimentação pelas vilas e arraiais da Comarca do Rio das Mortes.

Segundo os documentos existentes para a trajetória de Natividade até 1805, aproximadamente, teria servido como Tenente da Sexta Companhia do Regimento na Comarca do Serro do Frio. Esta informação é citada por Olinto Rodrigues dos Santos Filho ao localizar correspondência entre o governador de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, e o príncipe regente D. João. Datada de 14 de janeiro de 1805 a comunicação de sua ausência por “seu antigo comandante, o sargento-mor Simão da Silva”¹⁹² e, neste ano, contaria com idade entre os 34 ou 36 anos de idade, o que pode sugerir que já vivia de sua arte. Uma hipótese seria ter se ausentado do cargo de Tenente para executar as obras encontradas em locais limítrofes à Vila de São João del-Rei, onde foi localizado alguns anos depois.

Apesar da comunicação de sua baixa da patente de Tenente continuou carregando o título como se pode atestar pelos documentos cartoriais, datados de 1815 e 1820, que confirmam sua presença na Vila de São João del-Rei. Os documentos encontram-se sob a guarda do Escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ali sediado. O mais antigo refere-se a uma Escritura de Doação de bens feita à sua filha Jesuína Onória de Jesus, documento de “aparato normativo legal”¹⁹³, com redação feita pelo segundo Tabelião Francisco de Paula Siqueira.

Segundo José Homem Correa Telles que, nos anos 1830, publicou o *Manual do Tabelião*, uma Escritura pública é “prova provada, e somente precisa de ser corroborada com os juramentos das testemunhas”¹⁹⁴. Comumente encontravam-se dois modelos de escritura: de compra e venda e de doação. Interessa aqui o modelo relativo à doação, por ser forma de uso para a transmissão de bens entre familiares “onde uma parte doa um bem à outra sem que seja feita

¹⁹² Carta de Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, governador de Minas Gerais, ao príncipe regente D. João, informando ter dado baixa do posto de tenente da 6ª Companhia do 1º Regimento do Serro do Frio, que pertencia a Joaquim José da Natividade. A. H. U. Com. Ultra – Brasil MG – Cx. 174 Doc: 45. In: BOSCHI, Caio C. (Coord.) *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*; Lisboa. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998. v. 2, p. 316. (Mineiriana)

¹⁹³ BATISTA, Leticia S.; et. al.. “Reflexões sobre a linguagem, escrita e paleografia”, pp. 12-18

¹⁹⁴ *Ibid*, p. 19

uma transação financeira”¹⁹⁵, como o fez Natividade para a filha. O documento traz interessantes dados sobre a vida pessoal do artista e favorece problematizações pertinentes sobre sua vida profissional.

Na escritura foram seguidas as “solenidades”¹⁹⁶ determinadas para o registro deste tipo de documento. A presença do doador, o registro no Livro de Notas e a leitura do documento na presença de duas testemunhas, que o assinam junto ao doador e ao tabelião. Iniciando com a explicitação da natureza do documento jurídico, segue indicando data e local do registro. Joaquim José da Natividade reconhecia Jesuína Onória de Jesus como sua filha natural ao lhe legar os bens arrolados na Escritura¹⁹⁷.

O artista residia em São João del-Rei como indica o registro. Compareceu “em oCartório demin Tabeliam o adeante nomeado (...) Tenente Joaquim José da Natividade *morador* nesta Villa” e foi reconhecido “pello próprio do que tracto e dou minha fé”¹⁹⁸. Estas informações, obrigatórias para o estabelecimento de uma escritura, validaram o documento e sugerem que o artista era pessoa de conhecimento e trato na localidade.

Joaquim José da Natividade cercou-se de todas as prerrogativas legais para a normatização da doação dos bens feita à sua filha. Pelo teor das cláusulas apresentadas no documento, o artista quis se resguardar de toda e qualquer inconveniência, procurando meio legal para estruturar a notação da escritura de doação dentro dos seus anseios. Estes exemplos reforçam a ideia do uso do registro cartorial como recurso legal de proteção e resguardo, como no caso da

¹⁹⁵ BATISTA, Leticia S.; et. al. “Reflexões sobre a linguagem, escrita e paleografia”, p. 14

¹⁹⁶ Eram oito os dados obrigatórios do documento a ser registrado: data e local; reconhecimento das partes pelo escrivão, tabelião ou testemunhas; cópia de procuração se o acordo for entre partes representadas; declaração da leitura do texto perante as partes e duas testemunhas; ressalvas existentes; assinaturas que devem incluir as partes e duas testemunhas pelo menos e, por fim, seu registro em Livro das Notas. TELLES, José Homem Correa. *Manual do Tabellião* ou ensaio de jurisprudência eumatica contendo a colleção de minutas dos contractos, e instrumentos maus usuaes, e das cautelas mais precisas nos contractos, e testamentos. Lisboa: Impressão Régia, 1830, p. 19-20

¹⁹⁷ Em 1820, ao se apresentar para o registro de Auto de Querela, afirmava ser **solteiro**. Cf. SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, p. 245. Apud AETSJDR; IPHAN/MG. Auto de Querella de Casemiro José da Silva Flores contra sua mulher Jesuína Onória de Jesus. 1819. In: Livro de Autos de Querelas nº 4, 1811-23, f.17.

¹⁹⁸ AETSJDR; IPHAN/MG. CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO. Escritura de doação que fez o outorgante o Tenente Joaquim José da Natividade a outorgada Dona Jesuína Onória de Jesus como abaixo se declara; 1815. In: Livro de notas nº 1, f. 102. Grifo nosso.

escritura de doação das terras para a constituição do patrimônio da Igreja de Nossa Senhora de Montserrat, apresentada no capítulo anterior.

Eles recorrem ao poder formal somente para evitar que o acordo firmado entre eles seja questionado no futuro por outras partes. Ou seja, há uma certa ordem estrita às partes, onde a justiça exerce o papel legitimador na tentativa de evitar o seu questionamento por outrem¹⁹⁹.

Natividade declarou fazer a doação dos bens “de sua livre vontade”²⁰⁰ perante as testemunhas ali presentes. É feita menção ao estado civil de Jesuína que, em 1815, já possuía idade para estar casada com Casemiro José Gomes da Silva Flores, Alferes de Ordenanças²⁰¹ na Vila de São João del-Rei. O texto segue com a descrição dos bens a serem doados e as cláusulas que determinavam inúmeras restrições ao uso destes pelo genro, o que leva a deduzir que não havia uma relação amistosa entre Natividade e o Alferes Casemiro. Na Escritura de Doação, ao marido de Jesuína foi vedado:

*dispor vender ou alienar ou dar em penhor o Aderesso de ouro Lavado sem consentimento d'elle oltorgante (...): que o Doador o seu marido não podera vender Dispor alienar e breganhar o Referido Cavalo sem consentimento d'elle Deante porque do contrario ficará esta doação sem vigor (...): que a Doação que elle o oltorgante faz a ditta Doadora sua filha da mencionada escrava he tam somente dos Servissos e uso della sem que possa por si seo marido testamenteiros e sucessores vender alienar a mesma Escrava nem lhe ser tirada*²⁰².

A descrição dos bens insinua que o artista obteve ganhos com o exercício de sua arte. Dentre os bens doados o adereço de ouro, a escrava com sua cria e o cavalo²⁰³ apresentam-se como itens de valor pelas peças em si e pelas condições

¹⁹⁹ BATISTA, Leticia et al. “Reflexões sobre a linguagem, escrita e paleografia”, p. 15

²⁰⁰ AETSJDR; IPHAN/MG. CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO. Escritura de doação que fez o outorgante o Tenente Joaquim José da Natividade a outorgada Dona Jesuína Onória de Jesus como abaixo se declara; 1815. In: Livro de notas nº 1, f. 102

²⁰¹ No ano de 1809, Casemiro teria sido designado para o posto de Alferes das Ordenanças de São João del Rei. CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. 1, p. 264

²⁰² AETSJDR; IPHAN/MG. CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO. Escritura de doação que fez o outorgante o Tenente Joaquim José da Natividade a outorgada Dona Jesuína Onória de Jesus como abaixo se declara; 1815. In: Livro de notas nº 1, f. 102v. Grifo nosso.

²⁰³ Segundo listagem apresentada pelo Sargento-mor José Feliciano Pinto Coelho de compra de cavalos solicitada pelo Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais D. Manuel de Portugal e Castro (1814-1821) os preços de compra na região da Alagoa e Pouso Alto, integrantes do Termo da Vila de Santa Maria de Baependi, para os animais entre os 5 e 7 anos, variavam de 35:000 à 18:000 réis. Poderia ser calculado o preço deste cavalo alazão em torno de 6:000 e 10:000. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SG – documentos

impostas de maneira incisiva. Estas condições incluíam a retomada dos bens pelo doador caso as restrições não fossem acatadas. No texto da doação feita por Natividade, consta que

(...) logo que *elles oltorgados Doados faltarem aqualquer das Condições acima expressadas ficará de nenhum efeito a mesma Doação* podendo chamar a si o mesmo oltorgantes todos os bens Doados sem dependência alguma de Justiça afora da presente Escriptura²⁰⁴

Detalhou as condições para cada um dos itens. Para o colar de ouro “poderá ele [Doador] Deante há ver a si o ditto aderesso de ouro Lavado” e, para o cavalo, poderia “o chamar a si [manchado] poder dequalquer pessoa em que se achar o referido cavalo”²⁰⁵. A escrava e sua cria também retornariam ao doador se, por acaso, sua filha não tivesse herdeiros. Para este caso específico o documento abre a alternativa da existência – ou possibilidade de constituição – de outras relações afetivas pelo artista, ao citar que a “*no caso que [Jesuína] não tenha [filhos] passarão a elle oltorgante ou a seos herdeiros*”²⁰⁶. Pela mobilidade característica da atividade dos pintores, sem a abertura de lojas nas vilas ou arraiais, é admissível a existência de brechas para a formação de relações informais, como aparenta ser a relação entre Natividade e Joaquina Cândida de Jesus, mãe de Jesuína²⁰⁷.

Dentre os bens, chama igualmente a atenção as peças incrustadas de pedras de crisólitas²⁰⁸ como os “dous Pentes de pedras de prender cabellos (...) hum maior

não encadernados. Cx.125 doc. 018; APM. SG – documentos não encadernados. Cx. 1255 doc. 021, s.d.

²⁰⁴ AETSJDR; IPHAN/MG. CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO. Escritura de doação que fez o outorgante o Tenente Joaquim José da Natividade a outorgada Dona Jesuína Onória de Jesus como abaixo se declara; 1815. In: Livro de notas nº 1, f. 102v

²⁰⁵ Ibid, f. 102v

²⁰⁶ AETSJDR, loc. cit. Grifo nosso. Até o presente momento não é possível afirmar que o artista possuísse outros vínculos familiares, fica em aberto o trecho para futuras comprovações.

²⁰⁷ Esta questão será retomada na análise do registro de óbito de Natividade, em que aparece o estado civil solteiro, ponto que já foi abordado por Olinto Rodrigues dos Santos Filho em artigo publicado na *Revista Barroco* 20. Joaquina Cândida de Jesus igualmente se apresenta como mulher solteira no Auto de Querela em que denunciou Casemiro José Gomes da Silva Flores por furto.

²⁰⁸ Dois são os tipos de crisólitas: As braças vindas da Rússia e as de tons amarelados, trazidas da África. (...) As crisólitas são pedras que muito se assemelham, quando brancas, aos diamantes, mas que apesar de montadas em prata, vão receber pequenas guarnições de pérolas de ouro enfileiradas e de pequeno tamanho. (...)As jóias de crisólitas apresentam uma particularidade muito curiosa: para maior brilho de suas pedras ao serem gravadas, recebiam antes da gravação uma forração de papel prateado que lhe servira como se fôra um espelho, dando-lhe um brilho intenso, semelhante ao diamante. Site: <http://www.arelíquia.com.br/site/index.php>. Acesso em 05/04/2014, as 19:49

e outro menor hum par de brincos grandes damesma pedra”²⁰⁹. No dicionário de Raphael Bluteau, crisólita é “pedra fina cor de oiro, que toca de verde”²¹⁰. Em site de leilões, um texto explicativo sobre estas pedras informa que eram tradicionalmente usadas para a confecção de joias em Portugal, pois se assemelham aos diamantes, restritos ao uso dos integrantes da Casa Real²¹¹.

No Brasil, o uso destas pedras se deu na fatura de adereços femininos e de joias “que guarneceram e que ainda guarnecem imagens religiosas de grande tamanho”²¹². O uso das crisólitas na ornamentação de imaginária devocional justificaria o artista ter em seu poder peças com estas pedras, reforçando sua aproximação com a arte sacra. Por outro lado, as joias revelam o conhecimento dos códigos de representação social por parte de Joaquina Cândida e seu genro no anseio pela posse de objetos de distinção.

A existência de um cavalo “de cor [a]Lazão prateado de idade de dez anos”²¹³ entre os bens doados traz a possibilidade de associação do artista e seus contratadores. Acreditando que integrantes da família Junqueira²¹⁴ foram os financiadores da ereção de duas das capelas localizadas no sul de Minas – São Tomé das Letras e capela particular em São Vicente de Minas, seria plausível que o cavalo doado por Natividade à filha tenha sido recebido como parte de pagamento por obra realizada em arraial, vila ou fazenda da região.

As escrituras de doação se apresentam como documentos relevantes para a investigação das “redes sociais, de parentesco e compadrio”²¹⁵, como no caso de Natividade. Por ter sido registrada formalmente, em Livro de Notas,

²⁰⁹ AETSJDR; IPHAN/MG. CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO. Escritura de doação que fez o outorgante o Tenente Joaquim José da Natividade a outorgada Dona Jesuína Onória de Jesus como abaixo se declara; 1815. In: Livro de notas nº 1, f. 102-102v.

²¹⁰ BLUTEAU, D. Rafael. *Diccionario da Lingua Portuguesa* ..., p. 349

²¹¹ Pela Pragmática promulgada por d. João V, rei de Portugal, em 24 de maio de 1749, foi proibido o luxo no trajar, nos móveis, nas carruagens e no modo de vestir dos criados e escravos e na ornamentação das casas, bem como a importação de artigos estrangeiros que se prestem ao dito luxo. Cf. LARA, Silvia H. *Fragmentos Setecentistas*.

²¹² Site: <http://www.arelíquia.com.br/site/index.php>. Acesso em 05/04/2014, às 19h49min

²¹³ AETSJDR; IPHAN/MG. CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO. Escritura de doação, 1815. In: Livro de notas nº 1, f. 102v. A cor alazão é próxima ao vermelho ou cobre. Agradeço essa informação ao Carlos Alberto Motta Lara.

²¹⁴ Tipicamente brasileira, a raça Mangalarga Marchador é o resultado do cruzamento de cavalos da raça Alter – trazidos da Coudelaria Real de Alter do Chão, em Portugal – com outros cavalos selecionados pelos criadores daquela região mineira, especificamente na Fazenda Campo Alegre, por Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas. Cf. Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador. Disponível em: http://www.abccmm.org.br/institucional/historia_da_criacao.php. Acessado em 03/08/2013, às 18h41min.

²¹⁵ BATISTA, Leticia et al. “Reflexões sobre a linguagem, escrita e paleografia”, p. 14

estabelecendo como testemunha pessoa que conhecia os trâmites de escrituração legal, pode reforçar a importância das relações estabelecidas por Joaquim José da Natividade na Vila de São João del-Rei. As testemunhas signatárias da Escritura de Doação eram o Quartel-Mestre e Primeiro Tabelião Antônio Francisco de Almeida da Gama e o Cadete José Diocleciano de Almeida, pessoas que poderiam ser do convívio do artista pela condição de militares, já que Natividade havia servido como Tenente.

Antônio Francisco Almeida da Gama, entre os anos de 1812 e 1815, recorreu ao governador, em representação contra o sogro, para reaver bens doados a sua mulher e seguiu os trâmites legais recolhendo os registros e cópias de documentos que lhe dessem suporte à requisição²¹⁶. Sua presença como testemunha pode reforçar a hipótese do auxílio dado ao artista na empreitada da escritura.

Outras pistas sobre Natividade podem ser encontradas em documentos de natureza jurídica e cartorial que dizem respeito a acusações mútuas entre seus familiares. Envolvendo denúncias de furto e flagrante de adultério, além de registro de Escritura Pública de Perdão, apresentam eventos sequenciais que demonstram fragmentos da vida pessoal, das condições econômicas e das relações sociais estabelecidas pelos envolvidos. As ocorrências tiveram início em 1819, com a acusação de furto por Joaquina Cândida de Jesus contra seu genro Casemiro José Gomes da Silva Flores que teria

(...) furtado um rosário de ouro, um *par de brincos de crisólitas em prata*, um par de bixas²¹⁷ de ouro, uma memória²¹⁸ de ouro com pedras escuras, sete fios aljôfares²¹⁹ pérola, um lenço de seda furta-cores de amarelo e encarnado, xale inglês encarnado e matizado, tudo no valor de 44 mil e 990 réis²²⁰.

²¹⁶ Um conjunto de três documentos onde Antônio Francisco de Almeida Gama registra representação solicitando a devolução dos bens sequestrados pelo sogro, que se encontrava foragido para a Corte. O Quartel-Mestre e primeiro Tabelião na Vila de São João del-Rei, anexou cópia da escritura de doação feita à sua mulher e recorreu junto ao governador-geral da capitania D. Manuel Francisco de Portugal e Castro. APM. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA. SG-Cx.95-Doc.47, 1815. 4fs.

²¹⁷ Segundo o dicionário de Rafael Bluteau bichas podem ser “Arrecada, ou pendente d'orelha feita a modo de bicha, que fechava na boca. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...*, p 181.

²¹⁸ Na descrição do verbete MEMORIA no dicionário de Rafael Bluteau, além dos significados relativos à faculdade de se lembrar de algo e aos escritos relativos aos fatos e pessoas, pode significar também “§ Monumento; anel, para conservar-se a memoria de alguma pessoa, facto, &c.”. Ibid, p. 72.

²¹⁹ ALJOFAR, f. m. a pérola menos fina, menos graúda, e igual. § f. Gotas d'agua aperoladas. significar também “§ Monumento; anel, para conservar-se a memoria de alguma pessoa,

Acreditando na veracidade dos relatos, pode-se presumir que Joaquina Cândida de Jesus possuía bens que despertaram a ambição do genro. Como na Escritura de Doação registrada anos antes, estão presentes jóias compostas por ouro, prata e pedras de crisólitas, além de tecidos finos. No registro do Auto de Querela Joaquina Cândida de Jesus está identificada como solteira indicando que, provavelmente, vivia em regime de concubinato com o pintor Natividade. Se Joaquina recebeu do artista os itens listados no roubo, pode ser levantada a hipótese de que havia intensa atividade artística na região e Natividade encontrava-se em pleno exercício “de sua arte”, podendo adquirir adornos para a mãe de sua filha.

Quanto a Casemiro, este teve seu nome colocado no rol dos culpados pelo juiz, em 7 de janeiro de 1819²²¹. Alguns dias depois o Alferes teria sido informado em “segundo aviso já bem perto da noite do dia quatorze de janeiro (...) as sete horas”²²² sobre envolvimento de sua esposa em situação de adultério com José Dias de Oliveira. Com o intuito de conferir a acusação convocou testemunhas e foi para o local, onde teria flagrado o casal no portão da casa dos pais de Jesuína. Os sogros estariam “prestando auxílios para cometerem semelhante delicto, (...) dando hum não só pecaminoso como culpável exemplo (...)”²²³.

O registro do crime de adultério foi feito no Livro 4, à página 42, seguinte ao registro de furto feito pela sogra. Em três de fevereiro compareceu “em cazas de Residencia do Doutor Joaquim José de Almeida, Juiz de Fora, e Orfaons desta mesma Villa”²²⁴ denunciando textualmente o adultério da esposa com José Dias de Oliveira. As testemunhas arroladas por Casemiro eram constituídas por três homens sendo dois deles pardos, solteiros e oficiais de sapateiro e, o terceiro, “Antônio Simplício de Siqueira, homem branco casado, morador nesta Villa

facto, &c.”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...*, p. 60.

²²⁰ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, p. 245. Apud AETSJDR; IPHAN/MG. Livro de Autos de Querela nº 4, 1811-23. Auto de Querella que dá Joaquina Cândida de Jesus moradora nesta Vila de Casemiro José Gomes da Silva Flores, homem branco, casado, morador nesta Villa cujo sumário está no livro deles a folha 37, em 7 de janeiro de 1819.

²²¹ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. op. cit., p. 245

²²² AETSJDR; IPHAN/MG. Auto de Querella de Casemiro José da Silva Flores contra sua mulher Jesuína Onória de Jesus. 1819. In: Livro de Autos de Querelas nº 4, 1811-23. f. 42v

²²³ AETSJDR; IPHAN/MG. Auto de Querella de Casemiro José da Silva Flores contra sua mulher Jesuína Onória de Jesus. 1819. In: Livro de Autos de Querelas nº 4, 1811-23, f. 42-42v.

²²⁴ Ibid., f. 42.

oficial da Intendência”. Contava ainda como testemunha Leonor “de tal, mulher branca solteira, moradora nesta Villa”²²⁵.

Mesmo tendo denunciado publicamente a esposa por adultério, Casemiro não foi poupado da prisão pelo furto na casa de D. Joaquina. A sequência dos fatos reforça a ideia de uma relação nada amigável entre os sogros e o genro. É igualmente dedutível que as redes sociais do Alferes Casemiro Flores eram menos influentes que as dos seus sogros. Este só teria conseguido sair da cadeia ao contratar advogado e registrar uma Escritura Pública de Perdão para sua mulher²²⁶. Nesta escritura, segundo Santos Filho, teria assumido que foi “mal aconselhado por pessoas inimigas da paz e da honra das famílias”²²⁷.

A ocorrência do furto das jóias de Joaquina foi considerada mais significativa que o adultério denunciado por Casemiro, sugerindo que o Alferes não teria amizade ou influência que intercedessem a seu favor. Ao contrário de Casemiro, Joaquim José da Natividade aparentemente teve redes de amizade e influência podendo se conjecturar, inclusive, que este conhecimento e proximidade sociais teriam facilitado o resguardo da filha tanto no que diz respeito às intenções do marido, em se apoderar dos bens por ele doados, quanto no caso do adultério, isentando-a de ranhura social.

As redes de poder tecidas no âmbito local da colônia portuguesa podem ter inserido Natividade no circuito de contratação de serviços na região já que a influência destes “homens bons” se espalhavam e, provavelmente, o artista se beneficiou desta proximidade. O pagamento pelo risco de um chafariz pela Câmara da Vila de São João del-Rei pode ser indício desta aproximação. No ano de 1824, teria recebido “oito mil réis do risco que fez para o chafariz desta Vila”²²⁸, registro indicado por Sebastião de Oliveira Cintra em seu livro *Efemérides de São João del-Rei*.

O chafariz não existe mais ou não foi construído e o recibo de pagamento não foi encontrado até o momento. A informação contribui para refletir sobre suas relações na Vila de São João del-Rei e também no que diz respeito às atividades

²²⁵ AETSJDR; IPHAN/MG. Auto de Querrela de Casemiro José da Silva Flores contra sua mulher Jesuína Onória de Jesus. 1819. In: Livro de Autos de Querelas nº 4, 1811-23, f. 42v

²²⁶ A citação tem como data 2 de outubro de 1819. CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*, v. 1, p. 264

²²⁷ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, p. 245. O pesquisador afirma em nota que este documento não se encontra no escritório do IPHAN de São João del-Rei.

²²⁸ CINTRA, Sebastião de Oliveira. op. cit., v. 2, p. 540

realizadas pelo artista que, aparentemente, não se restringiram à pintura e encarnação de imaginária. Segundo Carlos Magno de Araújo, as igrejas onde foram identificadas obras do artista possuem similaridades no desenho das talhas e em sua volumetria, indicando a possibilidade de um riscador comum para estas peças. Este aspecto será tratado à frente na análise de peças de sua autoria.

Os documentos cartoriais existentes no IPHAN supriram a localização do artista até o início da década de 1820. Santos Filho ampliou este arco de tempo para a segunda metade da década de 1830 ao encontrar o nome de Joaquim José da Natividade no registro do Imposto das Décimas Urbanas da Vila de São João del-Rei. Consta como sua residência uma casa situada na “rua São Francisco para o Bonfim, (...)”²²⁹, até o ano de 1829. Entre 1830 e 1836, a casa teria sido alugada por “14 mil e 400 réis, quando apareceu o último lançamento de imposto”²³⁰.

Este conjunto documental informa a trajetória de Joaquim José da Natividade entre os anos de c. 1770 e 1836, movimentando-se entre as Comarcas do Rio das Velhas (onde nasceu), de Vila Rica, onde teria iniciado seu no exercício dos ofícios de pintor, encarnador e riscador e do Serro do Frio, onde integrou a Sexta Companhia do Regimento. Apresentava-se com a patente de Tenente, mas abandonou o cargo, vindo a residir na Vila de São João del-Rei, na Comarca do Rio das Mortes, onde efetivamente atuou no exercício de sua arte em uma dezena de igrejas. A inserção do artista nos quadros militares pode levantar a suposição do aprendizado das técnicas da pintura em perspectiva e o seu exercício em período posterior nas igrejas onde realizou pinturas de forro.

A confirmação de sua residência não favoreceu o acompanhamento da dinâmica relacionada a sua atuação profissional. Não foi localizado, além do pagamento pelo risco do chafariz, nenhum documento que faça menção às obras identificadas como de sua autoria na Comarca do Rio das Mortes. Os procedimentos para a arrematação, execução e entrega das obras devem ter requerido uma movimentação intensa do artista por aquelas paragens. Desde o último lançamento do imposto da Décima Urbana em São João del-Rei, em 1836,

²²⁹ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, p. 244.

²³⁰ SANTOS FILHO, loc. cit. O pesquisador baseou sua pesquisa nos livros sob guarda do IPHAN. Seguem as referências indicadas na nota 4, p. 244. AETSJDR; IPHAN/MG. Livros de lançamentos do imposto da décima urbana nº 1, 1826, f. 31; nº 2, 1827; s/nº; nº 3, 1828. F. 32; nº 4, 1830-31. f. 32; Livro nº 6 f. 25; nº 5, 1835. f. 36; nº 8, 1836. f. 36.

até seu falecimento, no ano de 1841, na Vila de Santa Maria de Baependi²³¹, não foram encontrados registros que possam informar sobre sua vida, fosse pessoal ou de suas atividades artísticas.

A carência de recibos, contratos ou documentos que comprovem sua atividade tornou imprescindível o cotejamento de diferentes dados na tentativa de situar Joaquim José da Natividade no tempo e no espaço. Desta ausência de informação veio a necessidade de se recorrer a documentação diversificada e, para isso, foi empreendido um esforço de associação entre estudos formais em História da Arte, desenvolvidos para a atribuição de autoria de conjuntos decorativos, com relatos existentes no âmbito religioso ou leigo.

Este cruzamento de dados permitiu a organização de um mapeamento da atuação artística de Natividade, que será apresentado em dois movimentos. No primeiro, os estudos em História da Arte e as informações coletadas em diversas publicações e documentos paroquiais e eclesiásticos, viabilizaram a identificação de um acervo bastante amplo, com a confirmação da autoria de inúmeras obras para o pincel do artista. A trajetória de Joaquim José da Natividade vem sendo construída através de pesquisas que tiveram início na década de 1970, por esse motivo, acreditamos na manutenção da provisoriedade deste mapeamento, já que seu acervo tem se mostrado amplo e sem indícios de ter sido totalmente catalogado.

A elaboração de uma cronologia verificou-se tarefa mais complexa. A dificuldade de determinação destes limites temporais, no entanto, não impediu a identificação de uma intensa atividade de ereção, reforma e ampliação de templos em período concomitante a sua atuação. O que será apresentado é uma proposta de temporalidade para o exercício do ofício de Natividade nas artes decorativas, mas que também não se pretende conclusiva ou definitiva.

Para o estabelecimento da espacialidade da atuação de Natividade coletamos dados que informam sobre a atribuição de autoria. As primeiras indicações remontam ao final do século XIX. No *Almanaque Sul-Mineiro* de

²³¹ Joaquim José da Natividade faleceu aos 72 anos de idade, como consta no assento assinado pelo coadjutor Julião Carlos Rangel da Silva. ACDC. *Livro de Óbitos nº 8 (1836-1841)*. BAE LO – 05, f. 76.

Bernardo Saturnino da Veiga²³², no ano de 1874, foi publicada uma citação com atribuição de autoria para as pinturas da igreja de São Tomé das Letras²³³ ao “pincel do *inteligente* artista Joaquim José da Natividade, (...) as *pinturas do tecto e paredes da igreja*”²³⁴. Dez anos mais tarde, em 1884, Saturnino da Veiga reafirmou esta autoria e o valor do trabalho executado pelo artista dizendo:

A matriz, dedicada ao padroeiro S. Thomé, é um *templo elegante* e inteiramente construído de pedra; conta quatro altares, tem duas torres bonitas, e foi iniciado em 1785, data que está gravada no alto da porta principal. Tem esta igreja *interessantes pinturas em seu teto e paredes*, devidas ao pincel do *habilíssimo* artista Joaquim José da Natividade, natural de S. João D’El-Rei: - é um *trabalho de merecimento* e que *chama a atenção*²³⁵.

A publicação de Saturnino da Veiga permitiu à pesquisadora e historiadora da arte Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira²³⁶ identificar, a partir da comparação estilística, outras obras de pintura de forro de Joaquim José da Natividade ampliando a atuação do artista na região de São João del-Rei. Para isso, foram selecionados elementos que se repetem nas obras das diferentes igrejas, fixando sua análise na identificação de uma unidade compositiva, no uso de uma paleta de cores semelhante para os elementos da pintura e pela repetição de ícones da religiosidade católica, em um padrão que se refere à produção técnica e à criação artística.

A partir deste estudo foram incluídas as pinturas existentes nos forros da nave e capela das igrejas de São Miguel Arcângelo (Cajuru)²³⁷ e a pintura do forro

²³² Nascido numa família de intelectuais e jornalistas foi um entusiasta da causa separatista do sul de Minas, com intuito de formar uma nova província. Em 1 de janeiro de 1872, na cidade da Campanha, fundou, com seus irmãos, o periódico "*Monitor Sul Mineiro*", de orientação conservadora e monarquista, órgão que funcionou até o ano de 1896, e que tinha, dentre outras propostas de sua linha editorial, o objetivo de propagar o movimento separatista no sul de Minas. A epígrafe do "*Monitor Sul Mineiro*" era: "*Lemos no presente, soletramos no futuro*".

²³³ O povoado de São Tomé das Letras está localizado no alto da serra de mesmo nome e, em diferentes épocas, teve seu território submetido ora à jurisdição de Lavras do Funil, ora à de Baependi. Interessante que o artista tenha participado de obras em igrejas das três localidades.

²³⁴ VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.) *Almanaque Sul-Mineiro*, p. 420, 421 grifos nosso

²³⁵ VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.) *Almanack Sul Mineiro para 1884*, p. 536. Grifo nosso.

²³⁶ “Essa referência é preciosa, uma vez que desapareceram dos arquivos locais os registros e demais livros paroquiais anteriores ao ano de 1883”. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*, p. 288-289

²³⁷ Capela curada da freguesia de Nossa Senhora do Pilar da vila de São João del-Rei, com 240 almas em 1824, foi local da realização do casamento de João Francisco Junqueira e Helena Maria do Espírito Santo, casal que deu origem à extensa descendência, legou grande riqueza em propriedades de terra e escravos e, em sua fazenda Campo Alegre, foi criada a

da capela da igreja matriz de Conceição da Barra (Cassiterita)²³⁸. Adalgisa Arantes Campos corrobora a atribuição deste primeiro conjunto de obras ao citar a identificação das pinturas das três igrejas para Joaquim José da Natividade como pintor de “Pintura rococó ou em perspectiva aérea [para o período de] 1760-1840 (...) *mulato*, [com] atuação 1785-1824”²³⁹. Fica a questão de sua origem mulata, com a qual parecia concordar Santos Filho, em texto publicado em 1988²⁴⁰.

A pesquisa que vem sendo desenvolvida por Carlos Magno Araújo levou à incorporação de novas obras ao acervo de Natividade. Em artigos publicados na revista *Imaginária Brasileira*, do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira de Belo Horizonte, Araújo elencou obras pertencentes ao acervo de templos localizados em Lavras, Prados, Liberdade, Carrancas, São Vicente de Minas e Baependi²⁴¹. Dois anos mais tarde, incluiu Andrelândia²⁴² neste rol. As peças identificadas integram pinturas de forro, policromia de imaginária, ornamentação e entalhe de retábulos onde estão presentes os elementos que o pesquisador identificou como padrão para a composição de policromia, e que são igualmente encontrados nos conjuntos decorativos das igrejas onde o artista deixou seu talento.

Seguindo os mesmos procedimentos, Edmilson Barreto Marques publicou estudo em que, a partir da padronização proposta por Araújo, realizou a identificação da autoria da policromia para Natividade, em quatro conjuntos escultóricos. Três deles pertencentes às igrejas dos municípios de Sant’Ana do Garambéu, de Madre de Deus de Minas e de Nossa Senhora da Conceição de Prados. De caráter particular, um conjunto de sete imagens que integravam um oratório pertencente à família de um importante comerciante da Vila de São João

raça Mangalarga Marchador pelo filho caçula Gabriel Francisco Junqueira, agraciado com o título de Barão de Alfenas em 1848 por D. Pedro II. Cf. TRINDADE, José Santíssima da, Dom Frei. *Visitas Pastorais.....*, 1998; BARBOSA, W. *Dicionário Histórico- Geográfico de Minas Gerais*; ANDRADE, Marcos F. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro*.

²³⁸ Capela curada da freguesia de Nossa Senhora do Pilar da vila de São João del-Rei, “preconizada para nova freguesia” em outubro de 1824, com 1.856 almas e 221 fogos. Cf. TRINDADE, José Santíssima da, Dom Frei. *Visitas Pastorais.....*, p. 232

²³⁹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Cultura Barroca e manifestações do Rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998, p. 35

²⁴⁰ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro”. In: ARAÚJO, Emmanuel (org). *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988

²⁴¹ ARAUJO, Carlos Magno. “A policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região do Campos das Vertentes e sul de Minas”, p. 147.

²⁴² ARAUJO, Carlos Magno. “Nossa Senhora da Conceição. Um caso de remoção de repintura contribuindo para atribuição de autoria”, p. 121.

del-Rei, no século XIX, são exemplo do requinte e da minúcia do trabalho do artista, onde o “esmero” da obra é ressaltado e indicado como fator relevante para a análise da trajetória do artista.

A identificação e confirmação da autoria destes conjuntos ratificam a presença do artista na região da comarca do Rio das Mortes configurando uma localização espacial, mesmo que provisória, de sua atuação no circuito do sul de Minas e Campos das Vertentes. Para poder visualizar esta espacialidade recorri ao mapa (Fig. 10) produzido no ano de 1810, que informa sobre as igrejas e capelas da capitania, indicando a existência das freguesias e algumas de suas filiais.

O mapa, que pertence ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, apresenta a Capitania de Minas Gerais trazendo as indicações para as freguesias de Aiuruoca, de Baependi, Lavras do Funil, Prados e São João del-Rei. São indicadas também as capelas de Bom Sucesso e Conceição (da Barra), filiadas à matriz de São João del-Rei, e de Santana do Garambéu, filial da freguesia de Nossa Senhora de Ibitipoca, todas situadas no território sob jurisdição da Comarca do Rio das Mortes (Fig. 11). Neste documento é possível localizar a freguesia de Congonhas, pertencente à Comarca de Vila Rica, onde Joaquim José da Natividade teria iniciado seu ofício nas artes. Interessante notar que esta freguesia se encontra no limite entre as duas comarcas.



Figura 10 – Indicação dos locais onde Joaquim José da Natividade esteve presente nas comarcas de Sabará (acima), Vila Rica (meio) e Rio das Mortes (abaixo). Mapa da Capitania de Minas Gerais. [S.l.:s.n.], 1810²⁴³, desenho a nanquim, col., 95 x 82. Coleção Carvalho. Biblioteca Nacional Digital (Brasil).

²⁴³ BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. MAPPA da Capitania de Minas Gerais. [S.l.: s.n.], 1810. 1 mapa ms., desenho a nanquim, col., 95 x 82. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.htm. Acesso em: 13 jan 2014.



Figura 11 – Detalhe da Comarca do Rio das Mortes, vendo-se as freguesias e capelas filiais onde são encontradas obras com atribuição de autoria para Joaquim José da Natividade. Partindo da indicação acima Congonhas do Campo. Seguindo pela direita Prados São João del-Rei, Garambéu. No ponto mais abaixo Baependi. Seguindo em frente Carrancas. Na lateral esquerda Lavras do Funil, Bom Sucesso e Conceição da Barra. Mapa da Capitania de Minas Gerais. [S.l.:s.n.], 1810²⁴⁴, desenho a nanquim, col., 95 x 82. Coleção Carvalho. Biblioteca Nacional Digital (Brasil)

A correspondência entre estas freguesias não se limita à existência de obras identificadas para o pincel de Natividade. Dos povoados onde foram localizadas obras do artista, as capelas mais antigas são as de Baependi, Carrancas e Prados, datando as três do início do século XVIII, entre 1716 e 1723. As duas primeiras localidades faziam parte de um “atalho (...) [que] partindo do *MBaependy* e atravessando o sertão das Carrancas”²⁴⁵ alcançava São João del-Rei. Prados era freguesia limítrofe à cabeça da comarca.

²⁴⁴ BN. MAPPA da Capitania de Minas Gerais. [S.l.: s.n.], 1810. 1 mapa ms., desenho a nanquim, col., 95 x 82. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.htm. Acesso em: 13 jan 2014.

²⁴⁵ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, v. 2, p. 223

Faz sentido serem estas capelas as mais antigas, já que se inserem no contexto de ocupação da capitania. Em meados do século XVIII alcançaram, na hierarquia eclesiástica, a condição de freguesias coladas, com publicação das provisões no ano de 1752²⁴⁶, por D. Frei Manuel da Cruz. A década de 1750 foi também o período do registro das doações dos patrimônios das igrejas de Baependi e Lavras do Funil.

Em um primeiro momento da ocupação, estes arraiais conheceram um período de exploração aurífera. A partir da segunda metade do século XVIII, ocorreu o aumento crescente da presença de propriedades voltadas para as “terras de cultura e de criar”. O processo de ereção de capelas e igrejas parece estar associado ao movimento de ocupação da região, com a afirmação das atividades agropastoris em detrimento das mineradoras.

Faço nova referência às tabelas produzidas por Claudia Damasceno Fonseca que indicam a concentração da promoção na hierarquia eclesiástica na capitania mineira, em relação ao período e aos tipos de atividade econômica. A análise dos dados da tabela referente às atividades agrícolas possibilita corroborar esta indicação. A região da Comarca do Rio das Mortes, voltada para as atividades agropecuárias, teve sua ocupação mais dispersa que nas áreas mineradoras, o que se revela no aumento do número de capelas filiais.

Tabela 2 - Cronologia das fundações eclesiásticas nas zonas agrícolas			
Período	Número de capelas criadas	Capelas transformadas em paróquias encomendadas (curatos)	Paróquias encomendadas transformadas em freguesias coladas
Fim do século XVII a 1752	44	14	10
De 1753 a 1822	115	19	4
Total	159	33	14

Fonte: Fonte: FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 106, 108 e 109. Grifo nosso.

A região foi, possivelmente, palco do aumento de contratações de artistas o que se nota na atividade apresentada por Natividade, a partir da primeira metade

²⁴⁶ Em provisão datada de 16 de janeiro de 1752 as freguesias de Carrancas e Prados. Em agosto do mesmo ano foi a vez de Santa Maria de Baependi. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, pp. 55-56; 11; 384-385.

do século XIX. Apesar de um número diminuto de edificação de igrejas matrizes, a região – dotada de crescente acumulação de fortunas – foi palco do aumento das solicitações de mão-de-obra de artistas e oficiais mecânicos notada na atividade apresentada pelo artista Natividade, a partir das primeiras décadas do século XIX,

Com a identificação de sua espacialidade, ainda que precária em decorrência de não figurar no mapa todas as igrejas e capelas onde o artista atuou, sigo na busca da localização das datas aproximadas de realização e entrega das obras a ele atribuídas. A publicação do relato das viagens empreendidas por Dom Frei José da Santíssima Trindade em sua Visita Pastoral, entre os anos de 1821 e 1825, permitiu o levantamento de informações para o estabelecimento desta cronologia, especificamente na Comarca do Rio das Mortes.

O relato da passagem do Bispo pelas igrejas e capelas onde Natividade atuou ajudou a vislumbrar uma temporalidade possível para o artista. Dentre outros dados, o manuscrito oferece a descrição – algumas mais detalhadas que outras – das igrejas visitadas, permitindo o conhecimento das condições físicas dos templos e, nos provimentos expedidos, a mobilização ou não dos párocos e paroquianos nos cuidados de manutenção, reforma e ornamentação destes. Na ausência de detalhes sobre os artistas que ali atuaram, as datas apresentadas para as visitas e o andamento das obras decorativas das igrejas podem sugerir pistas para o período de deslocamento de Natividade na região.

O relato de Dom Frei José da Santíssima Trindade não é apresentado como um diário, mas traz as indicações das datas das visitas às igrejas matrizes, sedes das freguesias, e da redação dos provimentos. Estes nem sempre foram produzidos nos próprios locais da visita. Fator igualmente relevante é que o Bispo não compareceu pessoalmente a todas as capelas sob sua jurisdição, enviando visitantes a lugares onde estavam capelas ou ermidas²⁴⁷, que tiveram seus relatos incorporados ao manuscrito final.

A Visita Pastoral percorreu um arco de tempo de 5 anos, para a cobertura de toda a extensão do Bispado. Sua publicação ocorreu em 1826, o que faz deduzir que levou um ano para a compilação dos dados e sua redação final. Com certeza ocorreram mudanças nos arraiais e povoados durante esse período de

²⁴⁷ Apesar de não me ater a questão da presença ou ausência do Bispo nas visitas aos templos da comarca, é uma pergunta interessante para ser respondida. Quais teriam sido os critérios de seleção para as igrejas visitadas por Dom Frei José da Santíssima Trindade?

escrita, mas essas informações não estavam disponíveis no manuscrito sob a guarda do Arquivo da Cúria da Arquidiocese de Mariana²⁴⁸.

Das cinco visitas diocesanas a quarta, ocorrida na Comarca do Rio das Mortes em 1824, durou 162 dias, percorreu 19 freguesias e totalizou 167 léguas (1.102 km), sendo a mais extensa em dias e distância²⁴⁹. Iniciada em 1º de junho, o primeiro provimento foi lançado na freguesia de Itaverava, três dias depois da saída da sede do Bispado. O último provimento foi redigido em 8 de novembro daquele mesmo ano, na freguesia de Itatiaia, extremo sul da comarca.

Seguindo a visita de D. Frei José da Santíssima Trindade, e atenta aos silêncios do texto, apresento o que neste relato pode servir para referenciar a atuação de Natividade. Fiz acréscimo de dados acerca da ereção das edificações e informações sobre as localidades e seus moradores – quando possível – elaborando históricos sucintos das igrejas e capelas em que foram atribuídas peças ao pincel de Joaquim José da Natividade. Este cruzamento de dados possibilitou uma contextualização para esse conjunto arquitetônico religioso, com vistas à compreensão das relações entre as localidades, sua sociedade e o exercício da arte sacra pelo artista.

A capela de Santana de Garambéu localizada “sobre um morro com boa vista a 4 léguas da matriz, (...), com patrimônio”²⁵⁰ é citada por Edmilson B. Marques pela identificação de um conjunto de imagens policromadas pelo artista. A localidade era um destacamento militar e recebeu a provisão para ereção da capela, dedicada a São José e Santana, em 7 de junho de 1754. Filiada à matriz da freguesia de Nossa Senhora do Ibitipoca tinha, em 1824, sua edificação “toda de pedra e cal, (...), com 3 *altares de talha bem pintados, dourados e ornados*”²⁵¹.

²⁴⁸ No estudo histórico realizado por Ronald Polito para a publicação das Visitas Pastorais é indicada a existência de cadernos de anotações que, acredito, contêm as atualizações das diversas freguesias sob o comando do Bispo de Mariana. Este livro, recentemente restaurado, chama-se “Notas de visitas pastorais” e foi datado para o período de 1821 a 1825, ou seja, o mesmo da ocorrência da Visita Pastoral. Um segundo livro, refere-se ao período de 1820 a 1827, nomeado “Notas e cartas de D. Frei José da Santíssima Trindade”. Esta informação eu devo à gentileza de Virginia Buarque, professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

²⁴⁹ Estes dados foram compilados e elaborados por Ronald Polito no Estudo Crítico para esta publicação. As tabelas produzidas para todas as visitas podem ser conferidas em TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade*, p. 45.

²⁵⁰ Ibid, p.200.

²⁵¹ TRINDADE, loc. cit. Grifo nosso.

Não muito distante dali ficava a capela de Nossa Senhora do Porto do Turvo, filiada à freguesia de Aiuruoca, atual Andrelândia, seria uma das igrejas onde Carlos Magno de Araújo identificou obras de Natividade. A freguesia é datada de 1718, mas a capela obteve provisão de D. Frei Manoel da Cruz para sua ereção em 1752. A constituição do patrimônio foi feita por “doação de terreno [de] André da Silveira, sua mulher Maria do Livramento e Manoel Caetano da Costa”²⁵². Em 1824, o Bispo registrou:

(...) distante da de Santana do Garambéu da freguesia de Ibitipoca 5 léguas e meia, com 3.000 almas aplicadas (...). Esta capela é toda de pedra, com bom adro fechado. (...) É a capela muito capaz para uma nova freguesia. Tem 5 *altares com seus retábulos pintados e dourados*, acha-se toda forrada por cima e *pintada na capela-mor*, (...) ²⁵³

Se as obras atribuídas a Natividade nesta igreja são de pintura e douramento, pode-se deduzir que ali o artista já teria exercitado seu talento. Elevada a freguesia em 14 de julho de 1832, sua economia era voltada para exportação de “queijos e toucinho e pela sua produção de maçã, ameixa branca e preta, pera, damasco, figo, uva, saputi, castanha, etc.”²⁵⁴. A família Arantes é associada à fundação da localidade pelas contribuições dadas para a construção da Casa da Câmara e Cadeia, na segunda metade do século XIX. Era da mesma família o capelão das Almas no Turvo, igreja que contava com outros dois sacerdotes.

Da mesma freguesia era a ermida, atual Santuário, do Bom Senhor Jesus do Livramento que obteve, em 1775, provisão para sua ereção. A capela “grande e de adobe, [contava] com 3 *altares*”²⁵⁵ em 1824. O forro da capela-mor foi construído em falsa gamela “decorado com nove quadros pintados na madeira e apresentando algumas cenas da paixão de Cristo”²⁵⁶. Neste caso não houve qualquer menção à execução de trabalhos em retábulos ou pintura em forro, o que pode levar à conclusão que o artista ainda não teria realizado a ornamentação daquele templo.

²⁵² BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 35

²⁵³ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais*, p.203-204. Grifo nosso.

²⁵⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. op. cit., p. 35

²⁵⁵ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. op. cit., p.204.

²⁵⁶ Esta informação consta no site “Liberdade, Sul das Gerais”, sem indicação de autor ou data. Disponível em: <http://liberdade-sul-das-gerais.webnode.com/products/obras-de-joaquim-jose-da-natividade-enfeitam-o-teto-do-santuario/>. Acesso em 22/01/2013 às 20h 40min.

Da freguesia de Aiuruoca seguiu o Bispo Santíssima Trindade para a freguesia de Santa Maria de Baependi. A ocupação da localidade remonta aos primeiros anos do século XVIII e, em 1723, foi escrita uma solicitação para provimento de padre para missas, assinada pelo Capitão-mor de Ordenanças do Caminho Velho Tomé Roiz Nogueira²⁵⁷. É provável que a solicitação tenha sido feita para a realização de cultos na capela que o capitão-mor erigiu ao lado de sua casa, em homenagem a Nossa Senhora do Montserrat, na localidade do Engenho.

Em 2 de agosto de 1752, a freguesia de Baependi foi confirmada como freguesia colativa e, dois anos mais tarde, em 1754, Maria Nogueira do Prado (filha do capitão-mor) e seu marido Luiz Pereira Dias fizeram a doação do patrimônio para a ereção da matriz, exigindo a mesma invocação. A igreja encontrava-se em reforma quando recebeu a visita pastoral de D. Frei José da Santíssima Trindade e sua descrição foi bastante sucinta.

A matriz de Santa Maria é fabricada de taipa com 5 altares; *o altar e retábulo do altar-mor é todo de talha com pintura branca e está próxima a dourar-se*. Tem na sacristia 3 cálices decentes e *o quarto ricamente fabricado e todo dourado*. Tem boa custódia, âmbula, turíbulo, naveta e caldeira de prata, vasos dos santos óleos da mesma e boa pia de pedra batismal. Está provida de ornamentos para o comum e festivos, mas a pia batismal não tem resguardo e não tem adro cercado. Acha-se toda campada²⁵⁸.

Não foram indicados nessa descrição os altares da nave que ganharam ornamentação realizada por Natividade e, tampouco, as imagens do Senhor dos Passos e do Nosso Senhor do Bonfim, encarnadas pelo mesmo artista. Existe um conflito de informação entre a descrição apresentada pelo Bispo de Mariana e o *Livro Tombo* nº 1, da paróquia de Santa Maria de Baependi.

Apesar de louvar o “zelo e cuidado do reverendo pároco (...), assim como o dos seus *paroquianos com que têm remediado os desconsertos do templo*” e esperar rápida e completa “execução de toda esta nossa ordenação” que incluíam o “*douramento do altar-mor, a fatura do cerco do batistério e cemitério e um campanário decente*”²⁵⁹, o Bispo silenciou sobre a fatura do retábulo e da imagem.

²⁵⁷ Carta Patente expedida em 30 de abril de 1723 e assinada pelo Governador D. Lourenço de Almeida.

²⁵⁸ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais*, p.206.

²⁵⁹ O douramento do Altar-mor ocorreu anos mais tarde, especificamente em 1862, a partir de doação, feita por Francisca Paula de Jesus, de uma parcela da herança recebida de seu falecido irmão. Conhecida na localidade como Nhá Chica existe, atualmente, processo de sua beatificação junto ao Vaticano. *Ibid*, p.209.

No ano de 1899, Monsenhor Marcos Pereira Gomes Nogueira, vigário da paróquia, procedeu à transcrição dos registros anteriores aquela data, existentes no Livro da Pastoral, para o novo *Livro Tombo*. Dentre os registros pretéritos por ele transcritos, é feita a indicação de concessão de graças para “essa imagem [do Nosso Senhor do Bonfim] em seu altar”²⁶⁰ por documento da Nunciatura, assinado por Monsenhor Lourenço, Arcebispo de Nisibi. Monsenhor Lourenço teria chegado ao Brasil junto com a família real e aqui faleceu, no ano de 1817²⁶¹. Esta informação confirma a impossibilidade de data posterior para o documento expedido pela Nunciatura para altar e imagem.

Continuando o registro, Monsenhor Marcos indica a concessão de indulgência “com privilégio para 4 anos pelo Ordinário”²⁶² para o dia 6 de agosto de 1824, ou seja, três dias depois da visita do Bispo de Mariana àquela matriz. Pelas informações, o altar e a imagem já existiam em 1808 e, em 1824 receberam indulgência àqueles que ali fizessem suas orações. A imagem do Nosso Senhor do Bonfim foi doação feita pelo capitão-mor Manuel Pereira Pinto²⁶³, como graça alcançada pela cura de um de seus filhos.

O Capitão-mor Manoel Pereira Pinto era constante contribuinte para as obras de reforma da matriz de Baependi²⁶⁴ como afirma o mesmo *Livro Tombo* nº 1. Segundo o mesmo registro para Joaquim José da Natividade foi dada a incumbência de aperfeiçoar e encarnar a imagem tomando como “tippo a um dos filhos do Capitaio mor de nome Domingos”²⁶⁵.

Em setembro chegou o Bispo em Santana de Lavras do Funil. A ereção da igreja dedicada a Sant’Ana teve provisão e licença com data de 18 de setembro de 1751. Dois anos depois, foi concedida a provisão da pia batismal e feita a doação

²⁶⁰ ACDC. *Livro Tombo nº 1*. Paróquia de Santa Maria de Baependi, f. 4

²⁶¹ Núncio Apostólico de Lisboa, Monsenhor Lourenço, Conde Caleppi, e Arcebispo de Nisibi foi nomeado cardeal em 8 de março de 1815. Recebeu o barrete cardinalício, trazido pelo Marques D. Francisco Nunes Sanches Peres Vergueiro, guarda nobre do papa Pio VII, no dia 23 de junho do mesmo ano, das mãos de D. João VI. Veio a falecer de “um ataque apoplético em 10 de Janeiro de 1817” e foi enterrado no convento de Santo Antônio, na cidade do Rio de Janeiro. AZEVEDO, Moreira, Dr. “Os túmulos de um claustro”. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Parte Segunda, Tomo XXIX, pp. 263-308. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1866, p. 266.

²⁶² ACDC. *Livro Tombo nº 1*. Paróquia de Santa Maria de Baependi, f. 4.

²⁶³ O Capitão-Mor Manuel Pereira Pinto é referenciado em documento da Câmara da Vila de Santa Maria de Baependi como aquele que teria se incumbido de “requerer a criação dessa Villa”. AMB. Vila de Santa Maria de Baependi. Despesas de criação da Vila. 15/12/1820. Documento sem notação catalográfica.

²⁶⁴ ACDC. *Livro Tombo nº 1*. Paróquia de Santa Maria de Baependi, f. 4.

²⁶⁵ *Ibid.*, f. 4.

do patrimônio por Luis Gomes Salgado de “umas capoeiras nas vizinhanças da dita nova Capella”²⁶⁶. O registro da sentença do patrimônio da igreja foi confirmado em 21 de abril de 1753 e vem assinado por Amaro Gomes de Oliveira.

Filiada à freguesia de Carrancas até 1760, a reforma da igreja foi concomitante à transferência da sede da freguesia do arraial de Carrancas para o arraial de Lavras do Funil, disputa que perdurou até o ano de 1814, quando Carrancas conseguiu o desmembramento de Lavras, tornando-se sede de freguesia própria. O Bispo de Mariana não encontrou um cenário muito satisfatório.

Vimos a igreja matriz com bastante ruína nas campas e altares colaterais e a indecência do cemitério, e estranhamos muito gravemente a falta de zelo do pároco e paroquianos, que a tantos anos têm como desprezado a reparação do templo e a sua pequena capacidade para compreender em si tão extensa população. (...) Esperamos que com a maior brevidade se remedeiem estes desmazelos, (...), não valendo mais o pretexto da falta de rendimentos da fábrica, (...)”²⁶⁷.

A capela de Nossa Senhora do Rosário não se encontrava em melhor situação. Dois de seus altares estavam “expostos à irreverência do povo” e a capela “pequena e com alguma decência (...) têm *retábulos de talha pintada e dourada em bastante uso* (...) porém está muito arruinada”²⁶⁸. Tanto neste caso, como no da ermida do Livramento, não foi mencionada a pintura do forro da capela-mor, levando a conclusão de que esta ainda não teria sido realizada quando da visita pastoral.

Seguindo para a freguesia de Carrancas, encontrou o Bispo uma situação mais agradável e próxima aos seus anseios. A origem do povoado e a existência da capela primitiva são concomitantes. Em 1721 foi registrado um batizado na igreja de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande²⁶⁹ se aproximando da data de 1723, esculpida em peculiar chafariz situado na sacristia da igreja.

Por provisão de D. Frei Manoel da Cruz, a freguesia de Nossa Senhora de Carrancas foi criada no ano de 1749, e, três anos depois, foi elevada a colativa.

²⁶⁶ COSTA, Firmino. “História de Lavras. Apontamentos”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/vol. 16, vol/nº/fasc. 1, jan-jun, 1911, p. 132

²⁶⁷ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais*, p.229.

²⁶⁸ TRINDADE, loc. cit.

²⁶⁹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 116. Apud *X Anuário Eclesiástico da Diocese da Campanha*, 1948, p. 12.

Em 1760 a sede foi transferida para o arraial de Lavras do Funil. Apesar dos inúmeros apelos de seus moradores, somente em 1814 retomou a condição de freguesia²⁷⁰, com o desmembramento da freguesia de Lavras. Em seu relato D. Frei José da Santíssima Trindade indica que a igreja “toda de pedra com duas torres (...). É pequena, com 3 altares, e acabados os retábulos pintados e dourados”²⁷¹.

O provimento do Bispo de Mariana solicitava aos paroquianos que dessem continuidade as obras da igreja matriz mantendo “o seu fervor para continuarem nas mesmas diligências (o que mostraram sobejamente), a fim de se concluir a obra do santuário até a última perfeição e ser provido de todos os ornamentos”²⁷². A igreja conta com três retábulos e com pintura no forro da capela-mor, o que leva à suposição de que a decoração do forro da capela não havia sido realizada. É deste mesmo ano a criação da Irmandade do Santíssimo para a qual foram convocados “os fazendeiros [que] pediram a aprovação de Sua Majestade Imperial”²⁷³.

A capela de São Tomé das Letras fazia parte da mesma freguesia de Carrancas. A pedido do Pe. Francisco Alves Torres, a provisão para sua ereção data de 23 de março de 1770. Na portada principal a data de 1785 indica o início da sua construção. O patrimônio da capela foi confirmado pelo relato da visita sendo constituído por “terras de cultura”²⁷⁴, provavelmente doadas por João Francisco Junqueira, que seria o responsável pela origem do povoado. A sesmaria Campo Alegre, da qual fazia parte o patrimônio da capela de São Tomé, foi confirmada no ano anterior à provisão para a ereção da capela. As estórias em torno de seu surgimento possuem diferentes versões que incluem a fuga de um escravo da fazenda Campo Alegre até a presença de um ermitão que teria deixado na gruta (das Letras) a imagem do Santo Tomé.

Um dos filhos de João Francisco, o Pe. Francisco Antônio Junqueira foi listado como sacerdote no templo quando ocorreu a visita de representantes do Bispo. Atuava igualmente como coadjutor na matriz de Baependi, o que pode ser

²⁷⁰ Por Alvará Régio expedido por D. João em 13 de outubro de 1814 foi restaurada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 116

²⁷¹ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais*, p.231.

²⁷² *Ibid*, p.232-233.

²⁷³ *Ibid*, p.231.

²⁷⁴ TRINDADE, loc. cit.

confirmado pela identificação de registros de batismo por ele assinados. Comentou o Bispo, em seu relato, que a capela atendia a maior número de fregueses de Baependi do que de Carrancas, freguesia a qual estava filiada. Esta alusão poderia justificar a atuação do Pe. Junqueira na matriz da Vila de Santa Maria.

A visita traz descrição das dimensões da capela e do estado de seu interior. Não são citadas as pinturas existentes nos forros da nave e capela-mor, pois segundo o relato “as paredes por dentro estão em branco”²⁷⁵. No entanto, foi ressaltado o entalhe do altar-mor “de urna, banqueta e trono de *talha dourada moderna e do melhor gosto*”. Continua o relato dizendo que o sacrário era “fornado por dentro de *tissu de ouro e galão*”²⁷⁶, e *dois altares colaterais* de urna, *banqueta e retábulo de talha pintados e dourados*”²⁷⁷. Os trabalhos de entalhe e douramento já haviam sido executados faltando os de pintura dos forros.

Seguindo para a Vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, são indicadas 13 capelas curadas para esta freguesia. Interessam as descrições feitas para Conceição da Barra, Madre de Deus, São Miguel do Cajuru e Bom Sucesso. Por provisão de 28 de setembro de 1765 foi permitida a ereção da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, no distrito da Barra. A criação da freguesia, no entanto, é bem anterior datada de 29 de agosto de 1724, segundo Barbosa²⁷⁸. Em 1825 recebeu o Alvará Imperial e teve como primeiro vigário Pe. João de Castro Guimarães. Ocorreram diversas alterações da sede da freguesia em longa disputa com o arraial de Nazaré²⁷⁹.

Entre os anos de 1841 e 1870, ocorreu um litígio entre as localidades de Conceição da Barra, Ibituruna e Nazareno pelo privilégio de sediar a freguesia²⁸⁰.

²⁷⁵ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais*, p.232.

²⁷⁶ Tecido obtido por tecelagem de fibras naturais, provavelmente, às fibras naturais, foram acrescidos fios de ouro. **Galão**¹ (**ga.lão**) - sm. **1.** Fita de tecido bordado com fios de ouro, prata, seda, ou que imitam sinteticamente esses materiais, de largo emprego em uniformes, estofos, cortinas. **2.** Tira dourada ou prateada us. como distintivo de postos ou patentes militares em mangas e ombreiras do fardamento. Aulete Dicionário Digital. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/gal%C3%A3o>. Acesso em 30/06/2014 às 14h 26min. **Tissu** (**tis.su.lar**) - a2g. **1.** Ref. a tecido orgânico. [F.: do fr. *tissulaire*.]. Aulete Dicionário Digital. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/tissu>. Acesso em 30/06/2014 às 14h 28min.

²⁷⁷ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. op. cit., p.232.

²⁷⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 118.

²⁷⁹ Criada em primeiro de abril de 1841, pela Lei Provincial nº 202, foi protagonista do litígio pela sede da freguesia com o distrito da Barra e de Ibituruna. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida, op. cit., p. 118-119.

²⁸⁰ Dois anos depois da transferência da sede de Conceição da Barra para Nazaré a Lei nº 247, de 20 de julho de 1843 anulou a transferência. No ano seguinte, retornou a paróquia pela Lei

Em 12 de março de 1846, a sede da freguesia retornaria para Conceição da Barra, através da Lei Provincial nº 288. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa “as transferências frequentes da sede da paróquia seriam decorrentes de interesses políticos do momento” já que Nazareno estava situada “à beira da estrada que ia para a Corte, [e] era lugar próspero e com bastante comércio”²⁸¹.

No relato de D. Frei José da Santíssima Trindade pode-se encontrar informações sobre a população e os rendimentos da freguesia de Conceição da Barra e, o mais importante, traz uma descrição da edificação da igreja.

[A] capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, (...), preconizada para nova freguesia, (...). [tem] capela fabricada de taipa, com frontispício e duas torres de pedra; não é grande mas está acabada, com duas sacristias. A *capela-mor é toda pintada por cima*, o corpo está forrado sem pintura, e por baixo bem campada. Tem 3 altares com banquetas e *retábulos de talha decentemente dourada*, tem sacrário e foi-lhe concedido terem nele o Santíssimo Sacramento, para o que obrigaram-se alguns *fazendeiros* a contribuir com o necessário²⁸².

A igreja estava acabada em termos de edificação e decoração. A pintura da capela-mor já havia sido realizada e seus altares e retábulos dourados. Esta informação aponta que Natividade teria concluído seus serviços na localidade. É notável a presença de fazendeiros na região revelada na associação para a criação de uma irmandade e como contribuintes para o financiamento dos paramentos para o ritual litúrgico.

As capelas de Madre de Deus e São Miguel do Cajuru não mereceram nenhuma atenção do Bispo ou qualquer dos seus visitantes. Constam no relato referências sobre as distâncias entre as capelas e sua matriz, o número de almas em atendimento e os valores das cômputas pagas, silenciando sobre as edificações ou artes decorativas que possuísem em seus templos. O povoado de Madre de Deus teve sua origem no início do século XVIII, ao redor da capela primitiva, filial da paróquia de São João del-Rei. Esta teve seu patrimônio constituído em 1753 e foi elevada a freguesia em 6 de julho de 1859, pela Lei provincial nº 1032.

nº 271, de 15 de abril de 1844. Em março de 1846, pela Lei nº 288 foi novamente anulada a transferência. Mais quatro anos e a retoma a sede pela Lei nº 471, de 1º de junho de 1850. Quinze anos depois, foi alvo de nova transferência, agora para o arraial da Ibituruna, pela Lei nº 1247, de 17 de novembro de 1865. Finalmente no ano de 1870, em 16 de setembro, voltou a ser paróquia pela Lei nº 1663.

²⁸¹ Esta seria a mesma estrada que ligava São João del-Rei a Baependi. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 118

²⁸² TRINDADE, José da Santíssima, D. Frei. *Visitas Pastorais*, p. 232

Arcângelo ou São Miguel do Cajuru era distrito de São João del-Rei e tem sua origem na segunda metade do século XVIII “em razão da mineração do ouro em seus arredores”²⁸³ e seria do mesmo período a ereção da igreja dedicada a São Miguel Arcanjo. A freguesia, criada em 7 de agosto de 1833, foi alvo de inúmeras anulações e transferências – como ocorreu com as freguesias de Nazaré e Conceição da Barra – por disputa com a freguesia de São Francisco do Onça²⁸⁴, no século XIX.

As primeiras referências feitas à localidade remontariam ao ano de 1824, a partir do relato de Dom Frei José da Santíssima Trindade em sua Visita Pastoral, mas este nada informa acerca da situação física ou decorativa da capela. No ano de 1849, o relatório do Vigário José Bonifácio dos Santos para o governador da Província de Minas Gerais, descreve a igreja confirmando que esta já estaria “ornada e asiada por dentro, sem precisão de reparos por ter sido a pouco retocada a custa e devoção dos aplicados da mesma”²⁸⁵.

A capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso teve maior apelo e, aparentemente, a reforma do edifício sensibilizou o representante eclesiástico. Localizada na serra do “Ivuturuna” as primeiras notícias dizem respeito à provisão para o preenchimento do cargo de tabelião de testamentos para a localidade, no ano de 1754²⁸⁶.

A capela, iniciada em 1810, foi apontada por Dom Frei José da Santíssima Trindade como “um bom templo depois de acabado, mas por ora só tem um altar com *pequeno retábulo pintado de branco*”²⁸⁷. Foi elevada a paróquia pelo Alvará Imperial de 29 de agosto de 1825, no ano seguinte a visita pastoral. Segundo o relatório do vigário Pe. José Lopes Cançado, publicado em 1849, a “capela-mor e o corpo da igreja com alicerces e paredes de taipa se [achavam] levantados, já

²⁸³ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. *Circuito do Ouro – Campos das Vertentes: atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1981. v. 2, p. 261

²⁸⁴ Transferência da sede para São Francisco do Onça pela Lei Provincial nº 1.999 de 9 de agosto de 1864. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 49.

²⁸⁵ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. *Circuito do Ouro – Campos das Vertentes: atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1981. v. 2, nota 126, p. 261-262. Apud APM. Relatório do Vigário José Bonifácio dos Santos, em resposta à circular do presidente da província Jose Idelfonso de Sousa Ramos.

²⁸⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. op. cit., p. 79

²⁸⁷ TRINDADE, José Santíssima da, D. Frei. *Visitas Pastorais*, p. 238

[estava] coberta a igreja, sem emboque; o frontispício e as torres de pedras estão até a altura das janelas do coro”²⁸⁸.

Dentre as igrejas descritas no relato do Bispo de Mariana e que possuem obras de Natividade, a freguesia de Prados foi a última na sequência do percurso. O arraial dos Prados teve sua origem ligada à exploração aurífera e foram seus primeiros moradores, paulistas da família que emprestou o nome à localidade. Teria surgido em princípios do século XVIII, como atestam os primeiros registros datados de 1716, com referência a “casamentos e outros atos litúrgicos na capela dos Prados”²⁸⁹.

Em 1752, foi elevada a freguesia colativa e, cinquenta anos mais tarde, os moradores da localidade enviaram “carta endereçada ao governador da comarca, Pedro Maria Xavier de Ataíde, solicitando ajuda para a ereção da Capela-mor”²⁹⁰. A ajuda foi justificada pela escassez de recursos para a empreitada. A descrição feita pelo Bispo chama a atenção pelo contraste entre o tamanho da edificação e os ornamentos e alfaias que a igreja possuía. Parece ter sido contornada a falta de recursos, afirmada anos antes, para a ereção da capela-mor.

A igreja matriz é fabricada de taipa, com duas torres e adro, o qual não é fechado, não é grande e assim mesmo tem 9 altares com retábulos novos dourados e 3 deles com banquetas de prata. Está forrada e pintada e apainelada e o pavimento campado. Tem boa pia batismal de pedra (...) e vasos dos santos óleos de prata. Tem sacrário com o Santíssimo Sacramento em boa âmbula (...), e tem na mesma sacristia todas as mais alfaias de prata e ornamentos ordinários e ricos para as festividades²⁹¹.

A descrição indica que o artista já teria passado pela freguesia. Em 2009, foi realizada a restauração da pintura da capela-mor por equipe chefiada por Carlos Magno de Araújo. O restaurador, em entrevista ao site *São João del-Rei Transparente*, afirmou a importância da igreja para Minas Gerais e indicou a existência de obras do “escultor Manoel João Pereira e dos pintores Joaquim José

²⁸⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 79-80. Apud APM. Igrejas de Minas, Relatórios dos Vigários, 1849, s.n.

²⁸⁹ Ibid, p. 384.

²⁹⁰ Ibid, p. 384-385

²⁹¹ TRINDADE, José Santíssima da, D. Frei. *Visitas pastorais*, p. 248.

da Natividade e Manuel Victor de Jesus”²⁹² em seu interior. Sobre o forro restaurado indicou a autoria para o pincel de Bernardo Pires.

O relato das Visitas Pastorais possibilitou a proposição de uma cronologia da atuação de Joaquim José da Natividade na Comarca do Rio das Mortes. Das 12 igrejas onde foram identificadas obras com autoria confirmada para Joaquim José da Natividade, 3 delas apresentavam, em 1824, pinturas em suas capelas: a do Turvo, a de Prados e a existente na capela de Conceição da Barra. As demais pinturas identificadas nas últimas décadas não puderam ser confirmadas para esse período a partir do relato do Bispo.

Entendendo que as obras de decoração eram feitas em partes, e que necessitavam de preparação prévia para sua execução, é possível aprofundar ainda mais as informações disponibilizadas. Do total das igrejas e capelas, todas estavam compostas por altares e retábulos, e 7 delas apresentavam seus retábulos pintados e dourados. As igrejas de Nossa Senhora do Bom Sucesso e de Nossa Senhora de Montserrat já possuíam retábulos, porém sem douramento, apenas pintados de branco. Para a ermida do Bom Senhor Jesus do Livramento são mencionados apenas os altares, sem qualquer tratamento. As capelas de Madre de Deus e São Miguel do Cajuru, não possuem qualquer menção aos processos decorativos em curso.

A partir da tabela pode ser entendido, mesmo que parcialmente, o processo de andamento das obras de ornamentação promovidas por Natividade e sua oficina. Em primeiro lugar vinham os entalhes e a ornamentação dos retábulos, com o douramento e pintura dos mesmos. Esse procedimento era feito, então, pelo entalhador que os preparava e, em seguida, viriam pintor e dourador para o acabamento das peças. Assim, o que se tem notícia sobre a atuação de Natividade é o exercício predominante dos ofícios de pintor e dourador, pelos altares e retábulos já prontos.

²⁹² Site São João del Rei Transparente. “Melhores práticas – Ação”. Disponível em: <http://saojoaodelreitransparente.com.br/projects/view/1038>. Acesso em 26/06/2014 às 2h 10 min.

Tabela 4 – Quarta visita Pastoral – Comarca do Rio das Mortes			
Data	Obra	Localidade	Andamento das obras
1824	Pintura	Turvo, Prados, Conceição da Barra	Prontas
	Altars e retábulos	Turvo, Prados, Conceição da Barra, São Tomé, Lavras, Liberdade e Carrancas	Pintados e dourados
	Altars e retábulos	Baependi e Bom Sucesso	Pintados de branco
	Altars	Liberdade	Sem tratamento

Fonte: TRINDADE, José da Santíssima Trindade, Dom Frei. Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade; estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998, pp. 189-255.

Deduz-se que a pintura era a última etapa executada, pois apenas três das igrejas citadas na tabela possuíam esta obra já finalizada. Nesse sentido, entende-se que a presença do pintor era exigida para a execução do risco e pintura dos forros projetados. Para as peças de imaginária me reporto ao silenciamento do relato eclesiástico e as controvérsias relativas às datas da existência do retábulo e imagem do Senhor Morto, indicadas no *Livro Tombo* da paróquia de Baependi. Fica o indicativo, para o exercício dos ofícios de encarnador e policromador em obras de imaginária, um processo executado pelo mesmo profissional em função da invariabilidade qualitativa das peças analisadas. Indica que integravam o projeto decorativo pelo uso de padrões recorrentes

Estes dados trazem, igualmente, o indício de seu movimento nas diferentes freguesias e uma proposição de seu direcionamento. Geograficamente Turvo, Conceição da Barra e Prados são relativamente próximas à Vila de São João del-Rei o que permite conjecturar que sua fixação na cabeça da comarca estaria relacionada à possibilidade de movimentação mais rápida para esses povoados, facilitando a execução das obras de douramento, ornamentação e pintura nestas igrejas.

A mudança para a Vila de Santa Maria de Baependi, provavelmente após 1836 (quando não foram mais encontrados registros do Imposto da Décima Urbana em seu nome), estaria relacionada à realização das obras em localidades limítrofes, justificando a ausência das mesmas, no relato de D. Frei José da Santíssima Trindade. A partir do panorama apresentado, propomos a seguinte

temporalidade para a atuação de Joaquim José da Natividade na Comarca do Rio das Mortes.

Entre os anos de 1805, quando “deixou” a Companhia do Sexto Regimento do Serro do Frio, e 1836, teria realizado as obras nas freguesias de São João del-Rei, e capelas curadas; Aiuruoca e Prados, justificando sua residência na cabeça da comarca. O término desses contratos, com a entrega das respectivas obras de pintura, ornamentação e douramento, teria permitido a sua movimentação para o sul de Minas onde, possivelmente já teria iniciado ou orientado o início das obras de decoração nas inúmeras igrejas dessa área. Assim, teria atuado entre os anos de 1836 e 1841, nas freguesias de Aiuruoca (termo da Vila de Santa Maria de Baependi), Lavras, Carrancas e Baependi.

Seu falecimento na Vila de Santa Maria de Baependi poderia justificar, também, a inexistência de pintura para o forro da capela-mor e nave da igreja de Nossa Senhora de Montserrat, que possui a abóbada de berço para o forro da capela e falsa gamela para o forro da nave. Este modelo de edificação estaria dentro dos padrões de pintura realizados pelo artista. Infelizmente, não são conhecidos os projetos idealizados para estas igrejas e capelas, inviabilizando confirmar a execução destes em sua íntegra.

Seu direcionamento estava voltado para o sul de Minas ou para a Corte. Esse parecia o caminho onde se encontrava oferta de trabalho e recursos financeiros. É relevante a quantidade de obras realizadas em tempo simultâneo pelo artista, reafirmando a existência de pessoas junto a ele para a execução de tantas demandas. O próximo passo é conhecer uma parcela das obras realizadas por Joaquim José da Natividade.

3.2 Dos passos aos traços do artista: a expressão do prestígio no pincel de Natividade

As pinturas de forro e a ornamentação de camarins e retábulos não são comuns a todas as igrejas, já que alguns templos não efetuaram a ornamentação integral de seu interior. As razões para essa incompletude são inúmeras e dentre elas podemos citar o fim dos recursos para pagamento de artistas e compra de material e, como pode ter acontecido na igreja matriz de Baependi, o falecimento

do artista. É frequente, também, a perda das obras decorativas por indevida conservação das mesmas ou pelo procedimento de reformas sem o respeito à ornamentação original, ocasionando a alteração dos conjuntos algumas das vezes de maneira irreversível.

Não será apresentada a descrição de todas as igrejas anteriormente mencionadas, pois não é esse o intuito desta pesquisa. Foram selecionadas para esta apresentação obras contidas em templos inseridos em área contígua, permitindo a reflexão acerca dos interesses que levaram os integrantes daqueles povoados à contratação do mesmo artista para a realização das obras decorativas em suas igrejas e capelas. A partir da análise de aspectos de sua produção formal e estilística²⁹³ visa-se a “[reintegração da] obra de arte no seu momento histórico, reencontrando os processos que a geraram e as estruturas que a condicionaram”²⁹⁴.

Joaquim José da Natividade não deixou muitas pistas de sua trajetória artística. As referências existentes são rarefeitas e não contemplam a totalidade do acervo por ele produzido. Esta ausência não impediu, no entanto, o apontamento de indícios de suas atividades profissionais no que diz respeito à qualidade e extensão de seu legado. Objetivando a compreensão de sua atuação e trajetória, lancei mão de estratégia analítica que buscou cotejar os aspectos formais das peças selecionadas para esta pesquisa abordando os modelos utilizados pelo artista e suas possibilidades interpretativas.

Os padrões e conjuntos florais viabilizaram a reflexão sobre a concepção de projetos decorativos em sua integridade incluindo pinturas de camarim, forro e

²⁹³ Os estudos de história de arte são realizados a partir de metodologias sendo as fundamentais: formalista, sociológica, iconológica, semiológica ou estruturalista. A primeira, formalista, parte da *pura-visualidade* em que as formas um “conteúdo significativo próprio, (...) [em que a] representação [possui] valor universal ou ideal (...)”²⁹³. Já no método sociológico o historiador preocupa-se em apreender as relações entre a produção artística e o contexto histórico e social em que foi produzida a obra buscando a “relação entre a atividade artística e o mundo da produção e do trabalho; a sua organização no quadro de atividades sociais; a fruição artística a diversos níveis sociais e os seus meios”²⁹³. Para o método iconológico importa atingir os “impulsos mais profundos, ao nível do inconsciente individual e coletivo”²⁹³ da produção artística revelando os “processos da memória e da imaginação” que efetuam a “transmissão [e a] transmutação das imagens”²⁹³. O método semiológico ou estruturalista busca a descodificação das mensagens existentes nas obras, entendendo que se “os sinais são significantes, o problema da arte está incluído no da comunicação”²⁹³.

Fica a questão quanto à informação estética dos objetos. ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. 2ª ed. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 35-40

²⁹⁴ Ibid, p. 102

de imaginária. As cores utilizadas nas pinturas e a presença de folhas de ouro na ornamentação dos camarins, entalhes e peças de imaginária são detalhes relevantes das composições e dos recursos materiais mobilizados para as peças. A qualidade das obras confirmou ou negou a sua execução pelo mestre indicando, por outro lado, a participação de integrantes de sua oficina.

Estes aspectos podem ser indícios da qualidade do projeto apresentado, do requinte solicitado pelos contratantes e da mobilização de recursos fosse para a compra de material ou para o pagamento dos profissionais envolvidos na execução das obras como um todo. Com esse intuito serão analisadas as peças integrantes dos acervos das igrejas de Nossa Senhora do Rosário, em Lavras do Funil; de Nossa Senhora da Conceição, de Carrancas; de São Tomé, na serra das Letras e de Nossa Senhora de Montserrat, localizada na Vila de Santa Maria de Baependi, todas elas igrejas matrizes. Será feita menção ao conjunto de pintura recentemente restaurado da capela do Divino Espírito Santo, originalmente localizada em fazenda no município de São Vicente de Minas.

Estas igrejas possuem características comuns em seus aspectos construtivo e decorativo, como afirma Carlos Magno de Araújo que identificou “uma grande semelhança nos partidos dos templos bem como nos riscos dos retábulos, cuja talha se apresentava com a mesma volumetria e repetição de elementos”²⁹⁵. As igrejas de Lavras, Carrancas, São Tomé e Baependi possuem naves retangulares e seus retábulos colaterais foram colocados tangencialmente a parede, sendo possível perceber o vão formado entre estes.

Excepcionalmente, a da igreja de Baependi tem parede falsa acompanhando a estrutura do retábulo até quase atingir o entablamento do teto. Em todos os casos, esse posicionamento favorece a movimentação interna da nave, levando o olhar do fiel para a capela e altar-mor. Os forros das naves das igrejas de Nossa Senhora do Rosário (Fig. 12) e de Nossa Senhora de Montserrat²⁹⁶ (Fig. 15) possuem estrutura em falsa gamela, sem pinturas decorativas. Já os forros das naves nas igrejas de São Tomé e Carrancas,

²⁹⁵ ARAUJO, Carlos Magno. “A policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região dos Campos das Vertentes e sul de Minas”, p. 147

²⁹⁶ A igreja de Baependi sofreu diversas intervenções ao longo dos séculos XIX e XX, o arco-cruzeiro, transepto e abóboda são, provavelmente, de período posterior ao da atuação de Natividade, apesar da repetição de elementos do entalhe dos retábulos nas pilastras e arcos dos corredores do transepto.

estruturados em abóboda de berço, ganharam entablamentos diferenciados para o arco-cruzeiro (Figs. 13 e 14).



Figura 12 – Nave, retábulos e capela-mor. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. Foto: Rennan Pimentel, 2011.



Figuras 13 e 14 – Nave, retábulos e capela-mor. À esquerda, Igreja de São Tomé das Letras. À direita, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Carrancas. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.



Figura 15 – Nave, retábulos e capela-mor. Igreja de Nossa Senhora de Montserrat, Baependi.
Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014

Nas matrizes de Lavras e Baependi, as naves são compostas por 4 retábulos, ao contrário das igrejas de São Tomé e Carrancas, que contam apenas com os colaterais. Os retábulos possuem estrutura e composição decorativa semelhante. Com mesa em formato de urna, marmorizado nas paredes externas, douramento nos entalhes de retábulo e mesa, camarins ornamentados com arranjos florais e, em geral, imagens que acompanham o vocabulário da ornamentação. Os detalhes dos retábulos de cada uma das igrejas nos apontam singularidades na obra do artista.

Na igreja de Nossa Senhora do Rosário o conjunto como um todo havia sofrido grande interferência, impedindo uma análise mais acurada²⁹⁷. Os retábulos laterais têm sua estrutura aparente no corredor lateral da nave, sendo possível vislumbrar seu mecanismo de montagem e encaixe na parede do templo (Fig. 16). Com o marmorizado, douramento e decoração dos camarins indiscutivelmente alterados, chamou a atenção nos retábulos colaterais a descoberta de pinturas

²⁹⁷ Em texto recente Olinto Rodrigues Santos Filho indicou a restauração do conjunto decorativo da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, infelizmente não pudemos registrar esta alteração. Cf. SANTOS FILHO, Olinto R. dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, 2012/2013.

decorativas com rocalhas, em composição muito próxima ao vocabulário de Natividade (Figs. 17 e 18).



Figuras 16 e 17 – À esquerda, estrutura do retábulo lateral, lado Epístola. À direita, detalhe da pintura do entalhe e ornamentação interna do camarim, com repintura grosseira. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. Foto: Rennan Pimentel, 2011.



Figura 18 – Rocalhas existentes nas tábuas das mesas dos retábulos colaterais. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. Foto: Rennan Pimentel, 2011.

Para o estabelecimento deste vocabulário contribuíram as pesquisas de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, que estabeleceu o padrão compositivo para as obras de pintura do artista, e, coube ao pesquisador Carlos Magno Araújo a definição de características originais para o pincel do artista no ofício de policromador²⁹⁸. Dentre estas destaco: os “elementos fitomorfos em forma de ‘cata-ventos’ (...)”²⁹⁹ presentes na padronagem das túnicas e mantos; os arranjos “florais em pintura à pincel, onde predominam uma rosa, uma dália e outra flor estilizada [de pétalas brancas], (...)”³⁰⁰; o “pastilho raso com estrias ao fundo” e os blocos de nuvens com “esgrafiado em forma de lantejoulas”³⁰¹. Estes elementos são recorrentes nas diferentes peças produzidas pelo artista, como nas composições das pinturas de forro e na ornamentação dos camarins.

Os motivos florais foram aplicados na decoração dos camarins dos retábulos das naves e capelas-mor destas igrejas. A comparação dos modelos aplicados nos camarins dos retábulos das naves das igrejas matrizes de Baependi e de São Tomé das Letras com a composição do camarim do retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas permitiu encontrar características peculiares para cada uma delas.

A ornamentação dos camarins apresenta composição variada em cada uma das igrejas. Apesar de um modelo básico comum, onde os elementos florais são repetidos, a organização destes e a presença de motivos diferentes alerta para a singularidade dos trabalhos. Na igreja matriz de Baependi o arranjo principal é encontrado com a aplicação do trio de rosa, dália e flor azul acompanhado por um trio de pequenas flores petaladas, nas cores ocre³⁰² e branca, envoltas por fina

²⁹⁸ Carlos Magno de Araújo participou do processo de reintegração de policromia da imagem de Nossa Senhora da Conceição pertencente ao conjunto da igreja de São Miguel Arcanjo (Cajuru), no ano de 2002. A identidade da policromia original da imagem de Nossa Senhora da Conceição com o restante do conjunto de bens integrados da igreja viabilizou a confirmação da autoria para Joaquim José da Natividade.

²⁹⁹ Id., “Nossa Senhora da Conceição. Caso de remoção de repintura contribuindo para atribuição de autoria”, p. 129

³⁰⁰ Id., *Nossa Senhora da Conceição: um caso de remoção de pintura contribuindo para atribuição de autoria*. Orientadora Maria Regina Emery Quites. Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 34-35

³⁰¹ Id., “Nossa Senhora da Conceição...”, p. 129.

³⁰² Utilizarei o termo ocre para as cores em tons puxados para o amarelo, por ser cor presente em diferentes construções locais. Segundo o Dicionário Digital Aulete, ocre significa: s. f. || terra argilosa ou argila cuja coloração é devida à presença do óxido de ferro. || Ocre amarela 1. argila amarelada em que além do óxido de ferro se encontra óxido de manganês. || Ocre vermelha 1. argila que só difere da ocre amarela em esta ser hidratada e aquela anidra. [A

folhagem (Fig. 19). Este conjunto, encontrado na decoração dos camarins das igrejas de São Tomé e Carrancas, tem a diferenciação nas cores das pétalas e miolo.

Para os camarins da igreja na serra das Letras o arranjo é simplificado, com a montagem de linhas perpendiculares com a repetição do trio de pequenas flores em tons de ocre, branco e azul. No cruzamento das linhas são encontrados buquês formados por uma rosa vermelha ladeada por dois botões ainda fechados (Fig. 20). As composições apresentam diferenças nos buquês, mas recorrem à mesma tipologia de flores para a estruturação da trama dos losangos.



Figuras 19 e 20 – Motivos florais na decoração dos camarins dos retábulos da nave. À esquerda o retábulo lateral de Nossa Senhora da Piedade da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate, Baependi. À direita, o retábulo colateral dedicado a Nossa Senhora das Dores da Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Na matriz de Carrancas, o camarim do retábulo-mor ganhou maior rebuscamento em sua decoração. Foi montada uma padronagem, em linhas que se cortam perpendicularmente, com a mesma tipologia das pequenas flores petaladas,

ocra tem bastantes aplicações; serve para destemperar as tintas; para preservar as madeiras dos efeitos das chuvas; para o fabrico dos papéis pintados; para fazer lápis vermelho, etc.] F. gr. Okhra (terra amarela). Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/ocra>. Acesso em 05/07/2014

com pétalas na cor vermelha e miolo branco. Em seu cruzamento estão presentes buquês compostos por trio de rosas, que alternam entre a predominância do vermelho ou a conjugação entre o vermelho e o azul (Fig.21).

Semelhantes à padronagem da matriz de São Tomé das Letras, as linhas perpendiculares formam losangos nos quais, em seu centro, foram aplicados dois tipos de arranjos ressaltando ainda mais a riqueza da ornamentação. Um dos arranjos é composto pelo trio de pequenas flores petaladas, com nova variação para a coloração, que apresenta as pétalas em tom verde escuro e o miolo em amarelo, possivelmente com a aplicação de folha de ouro. O segundo arranjo traz em primeiro plano uma folha de acanto na cor dourada, reforçando a probabilidade do uso da folha de ouro, com dois ramos em tom de verde escuro, cruzados e posicionados atrás da folha de acanto.



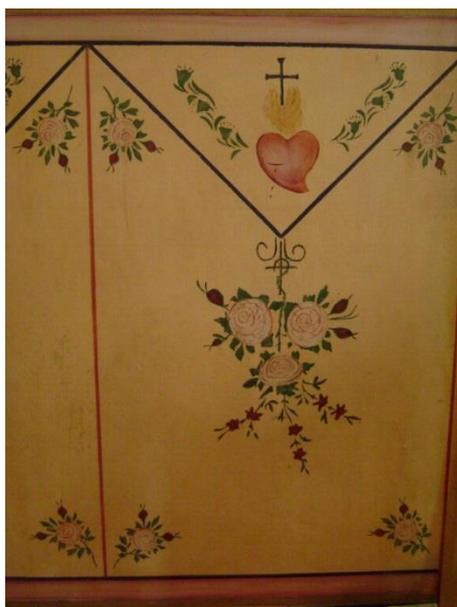
Figura 21 – Motivos florais na decoração do camarim do retábulo-mor na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Carrancas. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2011.

Houve, aparentemente, a intenção da diferenciação das estampas o que pode levar a duas interpretações. A primeira estaria ligada a uma motivação do próprio artista que, pela alteração de um padrão anteriormente estabelecido, promoveu estampa original em sua obra e uma “assinatura” através da apresentação das composições. Uma segunda motivação pode estar relacionada ao interesse dos encomendantes, já que a qualidade das obras pode ser indicativo do “prestígio” daqueles que a encomendaram.

Edmilson Barreto Marques releva este aspecto dizendo que esta nuance nas encomendas de obras sacras indica que o “esmero (...) [reflete o] prestígio e a importância do encomendante, (...)”³⁰³. Este mesmo rebuscamento foi encontrado pelo pesquisador na confecção de um oratório particular na vila de São João del-Rei que teve a policromia da decoração do oratório, pertencente a “um importante e abastado comerciante local”³⁰⁴, bem como do conjunto de sete imagens que o integravam, atribuídos ao pincel de Natividade.

Os motivos florais são igualmente encontrados nos muros-parapeito das pinturas de forro e em pinturas parietais, estas últimas menos frequentes nos templos onde Natividade deixou sua marca. Um exemplo destas pode ser visto na capela-mor da matriz de Carrancas, onde foi aplicado um primeiro arranjo nas paredes laterais da capela-mor. A composição apresenta o Sagrado Coração e um buquê pendido com três rosas matizadas envoltas por pequenos botões (Fig. 22), que se repete até encontrar o retábulo-mor.

Para o retábulo-mor, entre o camarim e as colunas, ocorreu a aplicação de um conjunto de rocalhas (Fig. 23), que se aproximam dos modelos de Augsburg produzidas por Franz Xavier Habermann (Fig. 24), com os arranjos florais também pendidos em diferentes pontos da composição. Acredito que estas aplicações podem ser analisadas no mesmo parâmetro de exigência na qualidade da obra.



³⁰³ MARQUES, Edmilson Barreto. “O santeiro de Garambéu”, p. 138

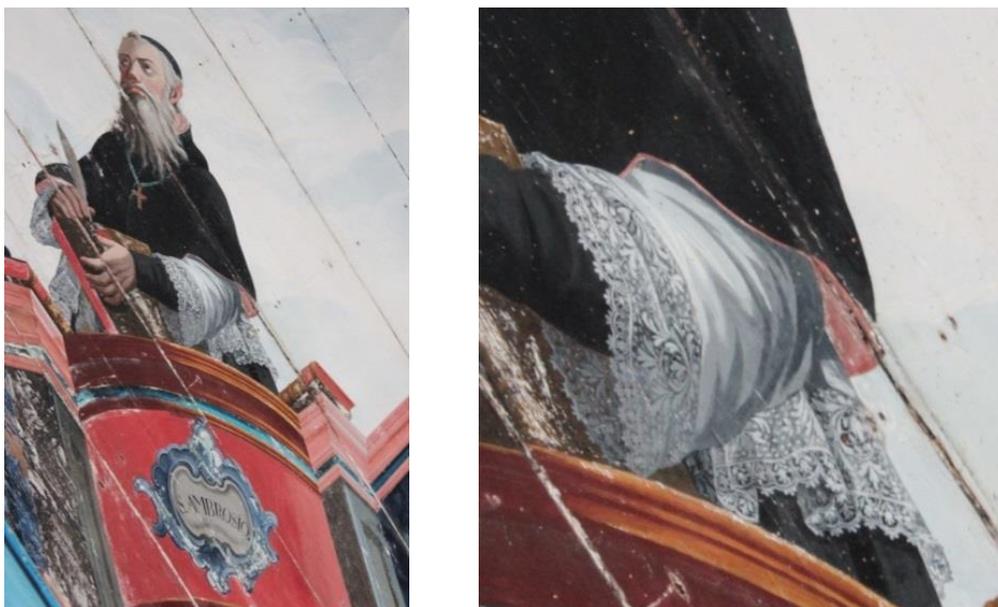
³⁰⁴ MARQUES, loc. cit.

Figuras 22 e 23 – Arranjos florais presentes em pinturas parietais. À esquerda aplicação na capela-mor e, à direita, composição de rocalhas na lateral do retábulo-mor. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Carrancas. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo e Rennan Pimentel, 2011.



Figura 24 - Franz Xaver Habermann, 1 of 4 plates of designs for rococo furniture, suite no. 57. Augsburg, mid-eighteenth century. Etching. Height: 24.3 cm, Width: 41.5 cm. Berlin Staatliche Museen, Katalog der Ornamentstich-Sammlung der Staatlichen Kunstbibliothek Berlin, Berlin and Leipzig, 1936-39, 135.

O pastilho com estrias pode ser encontrado nas transparências e rendas das vestimentas dos Doutores da Igreja, confirmando o padrão estabelecido na análise de Araújo.



Figuras 25 e 26 – A representação de Santo Ambrósio e detalhamento das rendas e transparências. Igreja de São Tomé das Letras. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

A técnica da transparência em vestimentas escuras é ressaltada por Myriam A. R. de Oliveira para a pintura do forro da matriz de São Tomé. De grande delicadeza e apuro, esta característica do artista pode ser admirada para a representação de Santo Ambrósio (Figs. 25 e 26), remetendo ao *talento e alto nível* do artista, sendo padrão recorrente em sua policromia de imaginária. Este elemento será apresentado mais à frente em imagem devocional.

O padrão em forma de lantejoulas, característico dos blocos de nuvens na policromia produzida por Natividade, pode ser encontrado nas mesas de retábulos e altar-mor, quartelões e portas de sacrários. Na matriz de Baependi este padrão encontra-se apenas nas mesas³⁰⁵ dos retábulos da nave, já no templo de Carrancas, acompanham esse padrão decorativo as mesas da capela-mor (Fig. 27) e retábulos da nave, os quartelões do retábulo-mor (Fig. 28) e a porta do sacrário (Fig. 29), proporcionando um efeito expressionista às peças.

³⁰⁵ As pinturas dessas peças encontram-se pouco nítidas, apresentando dificuldade para a reprodução da imagem no corpo do texto. Dessa maneira foi escolhida a imagem da mesa da matriz de Carrancas, que apresenta melhor definição para o entendimento do padrão artístico empregado.



Figura 27 – Detalhe da aplicação das lantejoulas na decoração da mesa da capela-mor. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Carrancas. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2011.



Figuras 28 e 29 – À esquerda, detalhe do quartelão do retábulo-mor apresentando o formato de lantejoulas para sua composição. À direita, a porta do sacrário em padrão diversificado de cores. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Carrancas. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2011.

No sacrário da igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário, em Lavras, pode ser percebido o esgrafiado em forma de lantejoulas nas asas dos anjos. A

reprodução fotográfica infelizmente não permite a devida apreciação da técnica (Fig. 30).



Figura 30 – Detalhe da porta do sacrário. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. Foto: Rennan Pimentel, 2011.

Esta mesma técnica foi por mim identificada em imagem dedicada à devoção de Nossa Senhora do Rosário. Parte integrante do acervo da capela da mesma Irmandade³⁰⁶ existente em Baependi, seu bloco de nuvens na base da imagem apresenta pequenos círculos na cor preta. Antes da ereção da capela, que ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX, a imagem “era homenageada, (...), na igreja matriz, (...), em um altar”³⁰⁷ situado na nave. Pela padronagem da policromia, que pode ser atribuída ao artista Joaquim José da Natividade de forma incontestável, estava incluída no conjunto das obras de reforma e ornamentação do templo, empreendidas pelo vigário Domingos Rodrigues Afonso³⁰⁸.

³⁰⁶ A Irmandade teve seu Compromisso organizado e “lançado em livro, capeado de veludo, escrito em excelentes caracteres, (...) no consistório da Matriz, em 6 de janeiro de 1820, sendo vigário Domingos Rodrigues Afonso”. PELÚCIO, José Alberto. *Templos e crentes. Baependi*, p. 115

³⁰⁷ *Ibid*, p. 116

³⁰⁸ Domingos Rodrigues Afonso ficou à frente da freguesia de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi entre os anos de 1795 à 1837, quando foi substituído por Julião Carlos Rangel da Silva, que registrou o óbito de Natividade naquela paróquia. *Ibid*, p. 44

A imagem de Nossa Senhora do Rosário³⁰⁹ encontra-se em lamentável situação de conservação (Fig. 31). Apesar das rachaduras em seu corpo e base, extremidades danificadas com ausência de partes, sujidade e deterioração da policromia foi possível a observação e confirmação dos elementos elencados como padrão para a lavra de Natividade. A carnação suave e porcelanizada e a pintura dos fios de cabelos, finos e delicados caindo na testa, podem ser vistos na Virgem (Fig. 32), querubins (Fig. 33) e Menino Jesus (Fig. 34).



Figura 31 – Detalhes da perda das extremidades na imagem da Virgem. Nossa Senhora do Rosário, Baependi. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

³⁰⁹ A imagem tem dimensões de 0,72 cm de altura, por 0,28 cm de largura, 0,24 x 0,20 na base e coroa de 11 cm. PMB. INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS. Acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 2001, s.n.



Figuras 32 e 33 – À esquerda detalhe da face e cabelos de Nossa Senhora do Rosário. À direita face e cabelos de um dos querubins que compõe a imagem. Nossa Senhora do Rosário, Baependi. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.



Figuras 34 – Detalhe da face e cabelos do menino Jesus que se apresentam em tom de amarelo para o Menino Jesus. Nossa Senhora do Rosário, Baependi. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

As túnicas e mantos da Virgem do Rosário seguem a mesma padronagem identificada por Araújo com “elementos fitomorfos em forma de ‘cata-ventos’ (...)” (Fig. 35), os arranjos “florais em pintura à pincel, onde predominam uma rosa, uma dália e outra flor estilizada [de pétalas brancas], (...), reproduzindo um efeito de tecido padronizado” (Fig. 36) e na barra do manto e túnica, “pastilho raso com estrias ao fundo”³¹⁰ (Fig. 35 e 36).



Figuras 35 e 36 – Detalhe do manto (à esquerda) com elementos fitomorfos e pastilho. Detalhe da túnica (à direita) apresentando motivos florais e pastilho na barra. Nossa Senhora do Rosário, Baependi. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

O bloco de nuvens que abriga os querubins apresenta como dito anteriormente, o mesmo padrão de lantejoulas encontrado nas mesas e sacrários. Nesta obra não foi feito, aparentemente, o esgrafiado com a aplicação de finos círculos na pintura em tons claros tendendo ao azulado (Fig. 37). Parece conter uma camada de poeira pelo tom amarelado encontrado em sua área.

³¹⁰ ARAUJO, Carlos Magno. *Nossa Senhora da Conceição: um caso de remoção de pintura contribuindo para atribuição de autoria*, p. 34-35; _____. “Nossa Senhora da Conceição....”, p. 129



Figura 37 – Detalhe do bloco de nuvens que compõe a base da imagem de Nossa Senhora do Rosário, Baependi. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Muito interessante é o trabalho exibido na coroa. Na cor prateada, podem ser identificadas rocalhas nos desenhos que a compõe (Fig. 38). Estas rocalhas se aproximam aos existentes nos retábulos da nave da matriz de Baependi, permitindo pensar em sua inserção no projeto decorativo como um todo.



Figura 38 – Coroa, Nossa Senhora do Rosário, Baependi. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Outras duas imagens, a do Senhor dos Passos e a do Nosso Senhor do Bonfim, integram o acervo da igreja de Nossa Senhora de Montserrat e também foram encarnadas por Joaquim José da Natividade, como informa o *Livro Tombo* da paróquia de Santa Maria de Baependi, datado de 1899. A transcrição de “factos omittidos de que tiver noticia certa, embora anteriores aos que forao registrados no Livro de pastoraes” por Monsenhor Marcos Pereira Gomes Nogueira atesta a autoria para o artista.

A de NS. dos Passos, de vulto inteiriça, é das mais antigas: (...): é certo que no parochiato do Monsenhor Domingos Rodrigues Affonso foi Ella retocada e *com primor encarnada pelo celebre pintor e encarnador Natividade*, natural de S. João d’El Rei; e *que tantas obras deixou nestas paragens*³¹¹.

A citação remete à celebridade do artista e ao seu talento de encarnador aludindo, ainda, à existência de inúmeras obras deixadas por ele “nestas paragens”. A imagem de Nosso Senhor do Bonfim³¹² (Fig. 39) seria uma delas. A imagem foi ofertada pelo capitão-mor Manuel Pereira Pinto, originariamente como ex-voto, por graça alcançada na cura de um de seus filhos³¹³. Esculpida em uma peça inteiriça a imagem teve o cedro para o seu entalhe abatido no “velho Carmo, hoje Silvestre Ferraz, fazenda dos Criminosos”³¹⁴.

Em tamanho natural possui membros articulados, cabeleira natural e foi adornada com pequenos rubis, nas áreas da cabeça e joelhos, que reproduzem gotas de sangue. Aperfeiçoada e encarnada por [Joaquim José da] Natividade “que tomava como tippo a um dos filhos do Capitaio mor de nome Domingos”³¹⁵ teve na execução da escultura o auxílio de Francisco Viotti, italiano radicado em Baependi. Encontra-se, atualmente, em esquife vitrificado na capela de Nosso Senhor dos Passos, na igreja matriz de Baependi.

³¹¹ ACDC. *Livro Tombo nº 1*, paróquia de Santa Maria de Baependi, 1899, f. 3. Grifo nosso.

³¹² Esta imagem ficava anteriormente no altar a ele dedicado e que, atualmente, abriga a devoção à Nossa Senhora da Piedade. O conjunto atesta a intenção cenográfica do processo decorativo empreendido pelo vigário Domingos Afonso Rodrigues e reafirma a inserção de Joaquim José da Natividade no rol dos artistas representantes do barroco mineiro.

³¹³ PELÚCIO, José Alberto. *Templos e Crenças. Baependi*, p. 20

³¹⁴ PELUCIO, loc. cit.

³¹⁵ ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DA CAMPANHA. *Livro Tombo nº 1*, paróquia de Santa Maria de Baependi, 1899, f. 3.



Figura 39 – Detalhe da face da imagem de Nosso Senhor do Bonfim. Igreja de Nossa Senhora de Montserrat, Baependi. Foto Rennan Pimentel, 2011.

Preparada para “um altar entalhado na parede da nave da matriz da parte do Evangelho” recebeu graça da Nunciatura em 1808, como consta em registro no *Livro Tombo*.

Attendendo Nós as supplicas que nos forão presentes por parte de alguns devotos moradores na freguezia de Baependy, Bispado de Marianna, que desejão de aumentar com o meio de Graças Espirituais o fervor dos fieis na meditação das Cinco Chagas de Nosso Senhor e Redentor Jesus Christo, collocando para esse effeito uma devota Imagem de vulto do dito Senhor debaixo do Titulo do Bomfim em um altar da dita freguezia (...). Dado em Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1808. Lourenço Arcebispo de Nisibi, Nuncio Apostolico

No ano de 1824, este mesmo altar “foi indulgenciado com privilegio para 4 annos pelo Ordinário”³¹⁶. Época em que “dois homens *habilíssimos* moravão aqui [Baependi] então: *Natividade, encarnador, dourador e pintor*, de S. João d’El Rei, e *Macedo, entalhador*, de Suassuhy”³¹⁷. Consta que teria sido contemporânea a execução do altar-mor, o que leva a questão levantada por Carlos Magno de Araújo sobre a identidade das obras decorativas nos templos onde Natividade teria atuado.

Nesse sentido, a existência deste conjunto escultórico com policromia atribuída a Natividade é relevante e essa identificação pode vir a reafirmar a hipótese de Araújo que indica que nos templos em que houve a identificação de

³¹⁶ ACDC. *Livro Tombo nº 1*, paróquia de Santa Maria de Baependi, 1899, f. 4

³¹⁷ ACDC. *Livro Tombo nº 1*, loc. cit.

obras com atribuição para o artista, estas não se limitam a uma técnica apenas. Como citado anteriormente, Araújo ressaltou a “semelhança (...) *no risco dos retábulos*, cuja talha se apresentava com a mesma volumetria e *repetição de elementos*”³¹⁸. A partir da identificação de um elemento recorrente na composição das talhas das igrejas – como uma letra ‘e’ em seu formato cursivo – que pode ser visto entalhado em cor dourada no arco-cruzeiro na igreja de São Tomé das Letras e, logo acima, na composição da pintura do forro (Fig. 40). Esta informação permitiu a reflexão sobre a concepção dos projetos decorativos em sua íntegra pelo risco do artista.

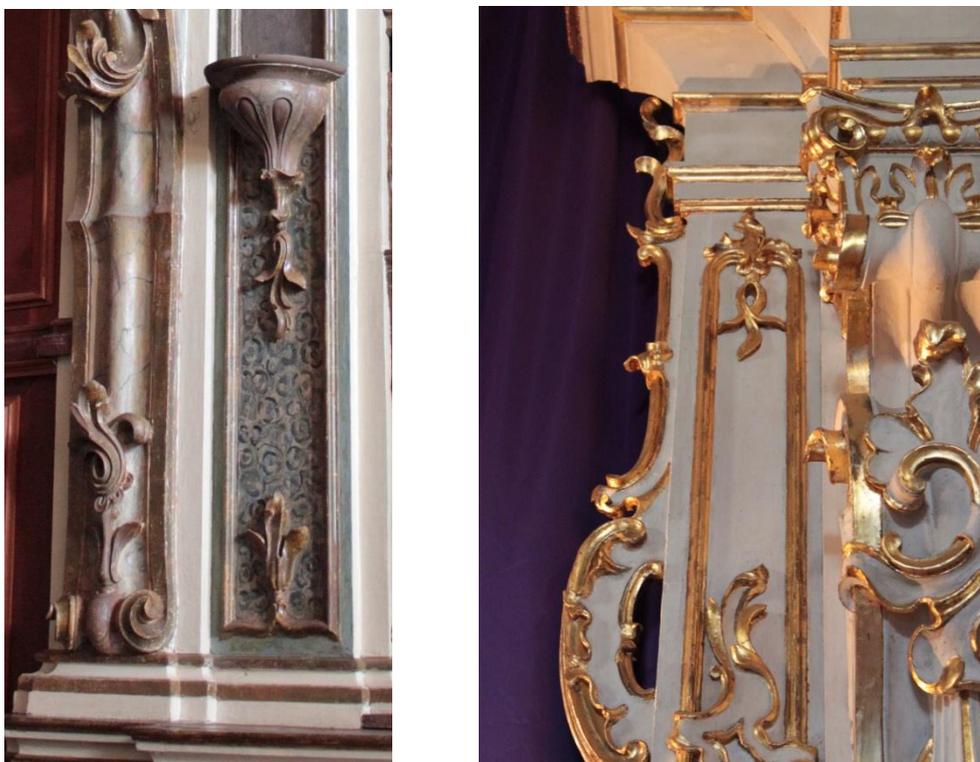


Figura 40 – Detalhe mostrando elemento compositivo do arco-cruzeiro (parte inferior da foto) e que se repete na pintura do forro da nave no arremate da guirlanda (parte superior da foto). Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Este mesmo elemento foi aplicado nos entalhes dos retábulos das igrejas de Baependi, Carrancas e Lavras sem, no entanto, haver um padrão de localização para o mesmo nas peças onde foi encontrado. A observação deste elemento indica um fator igualmente relevante e que vem a corroborar a proposição de uma oficina junto ao artista: a lavra dos entalhes não é a mesma.

³¹⁸ ARAUJO, Carlos Magno. “A policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região dos Campos das Vertentes e Sul de Minas”, p. 147.

A volumetria apresentada em cada uma das peças é nitidamente diversa o que leva a indicação do trabalho de diferentes entalhadores para a execução dos altares e retábulos. A apresentação das imagens a seguir exemplifica esta observação. Em um primeiro momento da pesquisa, pude identificar este elemento da composição da talha nos retábulos da nave (Fig. 41) e capela-mor (Fig. 42) da igreja de Nossa Senhora de Montserrat, em Baependi, onde acompanhou Natividade o “(...) Macedo, *entalhador*, de Suassuhy”³¹⁹. Sua reprodução foi generosa no espaço construído sendo encontrado nas portas da nave (Fig. 43), nas pilastras de sustentação da abóbada (Fig. 44) e no arco-cruzeiro (Fig. 45).



Figuras 41 e 42 – À esquerda, entalhe do retábulo lateral, lado Epístola, dedicado a Santa Rita. À direita, entalhe do retábulo-mor. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Nestes retábulos, de Santa Rita e do altar-mor, pode ser visto em uma versão leve, mais alongada e com certa movimentação na composição. Com fatura muito próxima podem ser atribuídos ao mesmo entalhador. Se o altar-mor e retábulos estavam prontos em 1824, é possível creditar ao citado Macedo, estas

³¹⁹ ACDC. *Livro Tombo nº 1*, paróquia de Santa Maria de Baependi, 1899, f. 4.

obras, já que acompanhou Natividade na empreitada. Quanto a sua aplicação nas portas, arco-cruzeiro e pilastras a análise exige a ponderação de alguns fatos.

A igreja conheceu inúmeras reformas e intervenções ao longo dos séculos XIX e XX, com aumento do corpo da nave, elevação das torres e construção de sacristia. Como as obras de reforma e decoração da matriz de Baependi foram efetuadas num arco de tempo alargado, o que não seria inédito para a construção e decoração de igrejas, fica em aberto a questão sobre a concepção do projeto de ornamentação deste templo. Duas hipóteses podem ser levantadas: a primeira de que teria sido concebido um projeto único que foi levado a efeito ao longo do tempo e, a segunda, de que nas obras posteriores ocorreu a apropriação e incorporação de elementos decorativos pré-existentes.



Figuras 43 e 44 – À esquerda, entalhe na porta que leva ao corredor lateral e parede. À direita, o entalhe é visível no arco-cruzeiro e pilastras de sustentação da abóbada. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.



Figura 45 – Detalhe do arco-cruzeiro com o elemento decorativo ladeando emblemas do ofício dos carpinteiros. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

A segunda hipótese seria a mais plausível, já que a partir da observação feita, foi constatada uma variação grande para a fatura deste elemento decorativo, levando a se considerar que muitos foram os entalhadores que participaram da realização destes ornamentos. Além de Macedo, que teria trabalhado no templo em período concomitante a presença de Natividade, José Alberto Pelúcio elencou inúmeros artesãos que atuaram nas obras empreendidas por Monsenhor Marcos Pereira Gomes Nogueira, entre o final do século XIX e início do XX³²⁰. Dentre estes, são mencionados “Manuel Ribeiro de Matos, seu filho José Ribeiro de Matos, Antônio Vicente Filho, Joaquim Alves Martins, baependianos, entalhadores; (...)”³²¹.

O procedimento, de análise das peças em sua produção formal e estilística, avançou no reconhecimento dos profissionais que atuaram na região mineradora e na dinâmica ali desenvolvida. As obras encontradas apresentaram em sua composição aspectos que se aproximam da estética do rococó indicando o predomínio da arte decorativa³²² linguagem que conheceu predomínio nas primeiras décadas do século XIX, nas terras mineiras.

O acervo de Natividade afirma que esta tendência não se limitou geograficamente, alcançando áreas com economia diversa da extração aurífera. A

³²⁰ No *Almanak Sul-Mineiro para 1884*, de Bernardo Saturnino da Veiga, consta que as igrejas de Nossa Senhora de Montserrat e de Nossa Senhora do Rosário encontravam-se em reconstrução. Já as capelas dedicadas à Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora da Conceição, estavam sendo construídas naquele período. VEIGA, Bernardo S. da. *Almanak Sul-Mineiro para 1884*, p. 524.

³²¹ PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*, p. 40

³²² ARAUJO, Carlos Magno. *Nossa Senhora da Conceição: um caso de remoção de pintura contribuindo para atribuição de autoria*, p. 30. Grifo nosso.

quantidade das obras identificadas, em um período que a população encontrava-se em movimento crescente na direção da região ao sul da capitania, permitiu o reconhecimento da continuidade de encomenda e produção de objetos de arte sacra na Comarca do Rio das Mortes. A visualização da territorialidade de sua atuação permitiu a circunscrição de suas obras em região voltada para a produção agropecuária.

A região pode ser entendida como área em conformação urbana, no entanto os ambientes urbano e rural eram separados por uma linha tênue, com a presença maciça de propriedades rurais. A maioria da população estava concentrada nas “terras de cultura e de criar” e as mais abastadas possuíam suas casas da cidade, que eram ocupadas principalmente para as cerimônias do calendário litúrgico. Nesse sentido, os povoados se apresentam como espaços propícios para a representação da hierarquia social, sendo possível a aproximação com as questões abordadas por Claudia Damasceno Fonseca que defende a associação entre a hierarquia urbana e a representação social no processo de conformação dos núcleos urbanos mineiros.

Segundo a autora, os prédios construídos eram tomados como critérios para a ascensão dos povoados na hierarquia urbana. Assim sendo, as igrejas e seus ornamentos arquitetônicos ou decorativos internos, eram vistos como critérios para o enobrecimento do espaço e, conseqüentemente, de seus integrantes. A ereção de prédios religiosos e o processo de ornamentação interna devem ser aproximados desta perspectiva, pois como alerta Caio Cesar Boschi a sociedade mineira colonial era afeita ao luxo e à ostentação³²³. A transformação das igrejas em representação simbólica de prestígio social ocorreu através da contratação de artistas e artífices que, na realização da ornamentação interna e externa dos prédios, revelou a importância da arte sacra para aquela sociedade na conformação de espaços de sociabilidade.

É de se considerar que a realização de tantas obras decorativas tornava imprescindível a participação de inúmeros trabalhadores especializados ou em processo de formação revelando, assim, a associação entre Joaquim José da Natividade e diversos artífices para o atendimento das inúmeras obras em andamento nas localidades do sul de Minas. Entrariam nesse processo, além de

³²³ BOSCHI, Caio Cesar. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*, p.38.

inúmeros entalhadores, pintores, escultores e douradores, uma quantidade significativa de pedreiros, carpinteiros e carapinas.

Como visto, os processos de finalização da ornamentação ocorriam simultaneamente à preparação e decoração dos entalhes dos altares e retábulos em diferentes igrejas. Provavelmente, a execução das pinturas de forro era a última etapa da obra, requisitando a presença do artista para o risco e para sua realização que impunha conhecimento técnico, primor e esmero. A execução de uma peça com requinte e qualidade exigia que a fatura da mesma fosse empreendida pelo mestre. Exigia ainda disponibilidade de recursos para o pagamento de seu serviço e dos materiais que seriam utilizados, distinguindo as peças entre si. Assim, a variedade de elementos e de cores permitiu a reflexão sobre a relação de contratação e de qualidade da criação artística de maneira proveitosa.

Os recursos empregados nas obras decorativas analisadas não foram, provavelmente, insignificantes e esse aspecto pode estar refletido na complexidade dos elementos artísticos identificados. No que diz respeito à qualidade das obras realizadas nas igrejas descritas, é possível afirmar que os devotos eram detentores de recursos suficientes para a contratação de mão-de-obra especializada e aquisição de material para a execução dos serviços requisitados: construção, ampliação e reforma dos templos nos arraiais, vilas e fazendas com maestria e requinte.

Estes fatores viabilizam a reflexão acerca da relação entre artista e contratante a partir das chaves de leitura – *prestígio* e *fortuna* – tornando-os aplicáveis para se pensar as pinturas realizadas por Joaquim José da Natividade. O esmero das obras pode ser relacionado ao apuro técnico do artista e aos recursos disponibilizados pelo contratante, constituindo o *prestígio* do artista e a *fortuna* daquele(s) que(s) encomendava(m) a obra elementos da uma equação válida para a reflexão acerca da produção artística religiosa nas localidades do sul de Minas.

As obras de pintura ilusionista serão analisadas a partir destes fatores, pois o prestígio de Natividade foi confirmado na qualidade de seu legado e, os seus contratadores podem ser elencados entre grandes proprietários de terra e escravos, fazendeiros e integrantes da administração pública, sendo reconhecidamente pessoas que dispunham de fortuna. Entre eles o já citado Barão de Alfenas, ou Gabriel Francisco Junqueira, que seria o maior benfeitor da igreja de São Tomé das Letras.

4

**ARTE SACRA E DISTINÇÃO SOCIAL NO SUL DE MINAS:
JOAQUIM JOSÉ DA NATIVIDADE E A FAMÍLIA JUNQUEIRA**

Neste capítulo pretende-se desvendar aqueles que solicitaram e efetivamente contribuíram para a execução das obras decorativas encontradas no sul de Minas e que escolheram o pincel do prestigiado artista Joaquim José da Natividade para a sua fatura. Será recorrente a retomada dos documentos anteriormente citados para respaldar as análises, pela ausência de documentação sobre a execução e entrega das obras atribuídas ao artista.

Joaquim José da Natividade apresentou-se como um pintor com capacidade para a realização da representação pictórica almejada por aquela sociedade, ou pela parcela que o teria contratado. Natividade mostrou-se igualmente como um homem de prestígio social, reconhecido pela maestria em seu ofício. Realizou obras decorativas em dezenas de igrejas e capelas em região que conheceu o enriquecimento e a afirmação política e social de grupos sociais envolvidos com a produção e o comércio de gêneros de abastecimento.

A solicitação crescente de objetos de arte sacra deve ser compreendida no contexto de desenvolvimento produtivo interno à capitania mineira. Os estudos publicados, principalmente a partir da década de 1970³²⁴, buscaram desmistificar o entendimento da produção colonial submetida única e exclusivamente ao mercado internacional³²⁵. Estes estudos constataram uma produção em larga

³²⁴ ZEMELLA, Mafalda, *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP, 1951; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cedeplar/UFMG, 1980

³²⁵ Ver FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18a ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982 (primeira edição de 1959). O debate historiográfico sobre a revisão de Minas no século XIX pode ser visto em LIBBY, Douglas C. “O apelo de Maria Yedda e a história econômica das Minas setecentistas” in SILVA, Francisco Carlos T. da; MATTOS, Hebe M.; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p. 445-459. Uma das primeiras a duvidar dessa simplificação do passado mineiro foi LINHARES, Maria Yedda. “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência” in MINAS GERAIS. *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 147-171. As obras que marcaram essa mudança historiográfica foram as de LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX” in *Cadernos IFCH/Unicamp*, n. 17, jun. 1983. GRAÇA

escala, com grande diversificação, voltada para a produção de gêneros de abastecimento e com movimentação comercial intensa. Esta tendência econômica já era presente desde meados do século XVIII, com concentração na Comarca do Rio das Mortes, na capitania mineira³²⁶.

A Comarca do Rio das Mortes encontrava-se geograficamente situada no caminho entre os centros mineradores e a cidade do Rio de Janeiro³²⁷. As propriedades existentes no sul de Minas mantinham comércio significativo com a cidade, desde meados do século XVIII e, os arraiais e vilas onde Natividade deixou seu legado, estavam situados ao largo destes caminhos ou muito próximos a eles. Esta informação é relevante, já que seus moradores seriam potenciais produtores e comerciantes que estariam em movimento ou em contato com a movimentação comercial, de pessoas, ideias e costumes.

As igrejas em que são encontradas obras de Natividade tiveram suas fundações em período coevo, principalmente a partir de 1752, e suas freguesias estão inseridas em áreas onde ocorreu o predomínio da agricultura, proporcionando o enriquecimento dos grupos sociais relacionados a esta atividade. São exemplos os casos de Baependi, Carrancas, São Tomé das Letras e Lavras onde indivíduos e famílias com propriedades de “terras de cultura e campos de criar” ganharam relevo social e político em período concomitante aos processos de construção e ornamentação desses templos.

O crescimento demográfico ocorrido na mesma região e período pode respaldar a necessidade destas obras, fosse pela ampliação física das igrejas ou pela busca de novos padrões de sociabilidade. Assim, nas primeiras décadas do século XIX ocorreu um movimento de reformas e obras decorativas nos templos

FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

³²⁶ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras entre o Setecentos e o Novecentos e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. vol. 1. São Paulo, USP, 2004; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006

³²⁷ A cidade do Rio de Janeiro, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, foi alçada a capital da colônia, sede da Corte portuguesa e capital do Império do Brasil. Esta transformação ocorreu em período simultâneo à atuação de Joaquim José da Natividade.

localizados no sul de Minas, indicando a existência de uma demanda significativa de objetos de arte sacra, contínua desde o Setecentos³²⁸.

As descrições apresentadas para a capela da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, da ermida de São Tomé das Letras e da igreja matriz de Carrancas trazem referência aos modelos aplicados nas talhas e arte decorativa indicando sua aproximação àqueles recorrentes para o período³²⁹. A citação aos fazendeiros como contribuintes em potencial dos paramentos litúrgicos, e para a criação de irmandades do Sacramento, reforçaria esta leitura³³⁰. Através da qualidade das obras realizadas nestes templos é possível entender estes movimentos de ornamentação dos templos como a possibilidade de expressão de distinção social por indivíduos e grupos que se afirmavam socialmente.

Como identificar aqueles que efetivamente contribuíram para as obras decorativas destas igrejas? Para São Tomé das Letras isso foi possível graças à publicação de Saturnino da Veiga que nos dois volumes de seu Almanaque Sul-Mineiro, aponta o Barão de Alfenas como o provedor da capela. Foi este o ponto de partida para a análise deste capítulo.

4.1 O encontro de João com Tomé: a origem da capela na serra das Letras, sua edificação e inserção na hierarquia eclesiástica.

A capela dedicada a São Tomé, erguida na serra das Letras, teve sua provisão emitida em 23 de março de 1770, por solicitação do Pe. Francisco Alves Torres. A provisão para sua construção ocorreu um ano após João Francisco

³²⁸ Cf. ANDRADE, Marcos F. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 131; BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora SATERB, 1971; FONSECA, Claudia D. *Arraiais e vilas d'El Rey. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 238-259; MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 300-302; TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade*. Versão eletrônica disponível no endereço: <http://pt.scribd.com/doc/46897470/Visitas-Pastorais-de-Dom-Frei-Jose-Da-Santissima-Trindade-1821-1825>.

³²⁹ TRINDADE, José Santíssima da, D. Frei. *Visitas pastorais*, p. 227

³³⁰ *Ibid*, p. 231

Junqueira³³¹ ter confirmado a sesmaria Campo Alegre, na qual estava inserida a dita serra.

Luiz Roberto Krauss, que desenvolveu estudo minucioso sobre a igreja em seus aspectos arquitetônico e decorativo, apresentou em sua monografia as versões encontradas para a origem da igreja de São Tomé que teriam desde “lendas populares e algumas teorias envolvidas por muito mistério, mitos, (...) até situações que envolvem interesses políticos”³³². O pesquisador, que ressaltou a inexistência de comprovação documental e científica para tais versões, conseguiu realizar uma bela abordagem para a fundação da capela a partir das estórias existentes tanto na localidade quanto em publicações sobre o tema³³³.

Datar precisamente tais fatos parece inconcebível pela falta de documentação e outras fontes concretas comprobatórias, mas conta-se que por volta de meados ou início da segunda metade do séc. XVIII, um escravo, de nome João Antão, fugiu da Fazenda Campo Alegre, pertencente à família Junqueira, e se refugiou em uma gruta³³⁴.

As versões aproximam da construção e ornamentação da capela setores sociais ligados à produção agropecuária. Dentre os relatos que abordam a origem e construção da capela tem maior fôlego aqueles que estabelecem o envolvimento da família Junqueira, mais especificamente ao proprietário das terras João Francisco Junqueira e seu filho, Gabriel Francisco Junqueira, a partir do entrelaçamento de diferentes fatos: a fuga de um escravo, a descoberta de uma imagem do santo Tomé e motivações de ordem política.

Estabelecer a fuga de um escravo como mito fundador de um povoado seria muito inconveniente para os proprietários de terra sul-mineiros e para a administração colonial. Aumentaria esta inconveniência se a gruta³³⁵, onde se

³³¹ Natural de São Simão Junqueira, Portugal, chegou ao Brasil em meados do século XVIII e dele só se tem notícia a partir de seu casamento com Helena Maria do Espírito Santo³³¹, em dezesseis de janeiro de 1758, na capela do Cajuru, capela curada da paróquia de Nossa Senhora do Pilar da vila de São João del Rei.

³³² KRAUSS, Luiz Roberto. *A igreja matriz de São Thomé no contexto da História da Arte colonial luso-brasileira*. Monografia de Especialização. Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, 2012, p. 39

³³³ Cf. KRAUSS, Luiz Roberto. *A igreja matriz de São Thomé ...*, Cap. 1. O autor aborda no primeiro capítulo as motivações para a construção da capela primitiva e sua igreja matriz e os financiadores para tais empreitadas.

³³⁴ *Ibid.*, p. 42

³³⁵ A gruta mencionada localiza-se ao lado do local onde foi erguida a igreja e possui registros pictóricos em forma de “letras” que não conhecem tradução ou identificação daqueles que os teriam produzido. Tais “letras” suscitam tantas estórias quanto a ereção da capela, sendo

escondeu João Antão, fosse convertida em um polo de atração de cativos em fuga com a possibilidade de se transformar em um quilombo³³⁶. Nada favorável esta versão, pelo menos para a dominação colonial e escravista.

No entanto, a associação da fuga de um escravo à descoberta de uma imagem devocional altera fundamentalmente a direção deste evento. A descoberta de uma imagem de madeira do apóstolo Tomé – que teria cabido ora ao escravo em fuga ora ao fazendeiro –, orientada pelo “acaso”, permite refletir sobre a origem dos povoados em Minas a partir da leitura da representação religiosa como motivação para a organização das primitivas aglomerações.

Sergio da Mata em seu artigo *O sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)* objetivou entender como as representações religiosas permearam a ocupação do espaço e a fundação dos povoados mineiros. Partindo da premissa que o sagrado desempenhou um papel aglutinador fundamental, buscou na constituição do patrimônio das capelas e igrejas a dinâmica da gênese dos arraiais, vilas e municípios mineiros dos séculos XVIII e XIX.

A constituição do patrimônio³³⁷ dos templos era pré-requisito para a expedição das provisões que permitiam a ereção das capelas e igrejas. Tais regras foram estabelecidas pelo Concílio Tridentino e, no território colonial, na regulamentação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* definiram “[a partir dos livros] (IV, XIX, 692) seis mil réis anuais [como] o dote mínimo (o *patrimônio*) para que um bispo desse provisão para a ereção de uma capela”. A quantia tinha como referência o sustento dos templos “com a devida *decência*”³³⁸.

as inscrições atribuídas aos indígenas que habitavam a região, a um ermitão que teria vivido na gruta, a um jesuíta em passagem por aqueles caminhos (estes seriam os responsáveis por deixarem a imagem do santo Tomé ali encontrada) e, claro, extraterrestres! A cidade é ponto de encontro e referência na pesquisa em ufologia nacional e internacional. Nota pessoal a partir das histórias locais e da leitura da monografia de Luiz R. Krauss.

³³⁶ Nas redondezas de São Tomé das Letras, especificamente na estrada que liga Baependi a Cruzília (antiga Encruzilhada) existe a curva do Quilombo, em referência ao esconderijo dos escravos envolvidos na Revolta de Carrancas, ocorrida em 1833. No território do município de Baependi, existem localidades que fazem referência a formação de quilombos e a presença de africanos e seus descendentes, como o bairro Moçambique, na divisa com os municípios de Alagoa e Itamonte.

³³⁷ Além do dote em dinheiro era recorrente a doação de propriedade fundiária para o templo. As terras doadas teriam suas “fabricas” revertidas para o sustento da capela ou igreja. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’El Rei*, p. 111

³³⁸ MATA, Sérgio da. “O sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)”. In: *Rhema - Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio*, v. 4, n. 16, pp. 11 – 43, 1998, p. 18

A análise de documentação relativa aos “pedidos de provisão de capelas e as respectivas provisões, títulos de doação dos patrimônios e relatórios enviados à presidência da província”³³⁹ permitiu ao historiador a coleta de exemplos relativos à escolha do local para a construção das capelas e igrejas sendo recorrente fatos que envolvem a “descoberta” da imagem de um santo ou alguma outra ocorrência relacionada à casualidade. Para esses casos, no âmbito da representação simbólica, a escolha do lugar obedeceria “à vontade de forças superiores, invisíveis, que regem a vida dos homens”³⁴⁰.

O exemplo cabe muitíssimo bem para a capela na serra das Letras. Ao fim e ao cabo, coube ao fazendeiro a ereção da capela para o santo, mas gostaria de ressaltar o caráter de conveniência de toda essa estória. Nesta versão – que aborda a fuga do escravo, a descoberta da imagem e o retorno do escravo ao cativo – para a origem da capela de São Tomé das Letras³⁴¹ foi estabelecida, de forma simbólica, uma relação de poder entre aquele que erigiu a capela com o espaço onde ela foi erguida.

A descoberta da imagem devocional no local de refúgio do escravo João Antão³⁴² determinou a construção da capela ao lado da gruta³⁴³. O fato, muito conveniente para o proprietário e nada favorável aos cativos que pretendessem futuramente escapar aos flagelos da escravidão, reforçou o caráter da dominação escravista no espaço e na memória locais. Ao mesmo tempo ressalta a “vontade de forças superiores” no destino dos homens, livres ou cativos determinando uma dominação na ordem do intangível.

A versão que contempla a existência de motivações de ordem política para a construção da igreja é infundada por atribuí-la a Gabriel Francisco Junqueira,

³³⁹ MATA, Sérgio da. “O sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro...”, p. 22.

³⁴⁰ Ibid, p. 23- 24

³⁴¹ A toponímia local está baseada no encontro da imagem do santo Tomé, pelo escravo de João Francisco, na gruta que possui inscrições que parecem “letras” nomeando a localidade por São Tomé das Letras.

³⁴² As inúmeras versões sempre apontam o retorno do escravo João Antão para seu cativo, apesar dos castigos que a ele estariam sendo infligidos e que teriam motivado sua fuga. Interessante pensar na construção da origem de um local a partir da dominação escravista. Importante lembrar que João Francisco era português e, naquela altura, proprietário de terras.

³⁴³ Na região encontram-se muitas grutas, sendo que a maioria está localizada nos atuais municípios de Sobradinho e Luminárias, que ficariam no caminho entre a fazenda Campo Alegre e São Tomé das Letras. Por estar a uma maior distância da fazenda, pode ter sido lugar de constante refúgio para escravos fugitivos. Este dado não tem comprovação documental, sendo apenas uma hipótese levantada por mim.

que contava com 3 anos de idade no início da sua edificação. Este fato inviabiliza ter sido dele o impulso construtivo e ainda mais com motivações políticas.

O certo é que, no mesmo lugar da capela primitiva, foi erguida a igreja que existe atualmente. No mesmo ano que teve início a ereção da capela, João Francisco Junqueira teria adquirido, junto à família do defunto José Vieira de Almeida, a fazenda Favacho, limítrofe à Campo Alegre. As duas propriedades, segundo o Dr. José Américo Junqueira de Mattos³⁴⁴, formaram uma grande propriedade de aproximadamente vinte e sete quilômetros de extensão.

As fazendas Campo Alegre e Favacho foram sesmarias concedidas aos seus proprietários na segunda metade do século XVIII. José Vieira de Almeida recebeu a confirmação de sua sesmaria em 1754, mesmo ano em que foi feita a doação do terreno para a ereção da igreja matriz e constituição do arraial de Baependi. Quinze anos mais tarde seria a vez de João Francisco Junqueira ter confirmada a sua propriedade, em 1769, ano anterior ao da provisão que permitia a ereção da capela dedicada a São Tomé.

Estas sesmarias foram concedidas no período de afirmação das atividades voltadas para o abastecimento interno. José Ferreira Carrato este desenvolvimento teria deslocado os polos de atração demográfica da capitania para a Comarca do Rio das Mortes.

A Comarca do Rio das Mortes, diferentemente das outras, continua a ser o teatro pujante de numerosos núcleos de população, que vão surgindo no oeste e no sul, (...). *A constante é uma só: há o rebaixamento hierárquico-administrativo das antigas localidades auríferas e o conseqüente engrandecimento das novas povoações agrícolas ou criadoras de gado*³⁴⁵.

Segundo o mesmo autor, desde 1780, neste território havia a produção mais abundante da capitania em termos de "grãos, hortaliça e frutos ordinários do

³⁴⁴ O pesquisador coletou informações durante 14 anos e publicou uma coleção de 5 volumes contando a história da família. Cf. site <http://www.familiajunqueira.com.br/>

³⁴⁵ CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais (Notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da USP, 1968, p. 223. Grifo nosso. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/igreja-iluminismo-e-escolas-mineiras-coloniais/preambulo/11/texto> Acesso em 29/06/2014 às 15h e 54min.

País (...) queijos, gados, carne de porco, etc"³⁴⁶. Essa informação foi confirmada na descrição do distrito do Turvo no relato da Visita Pastoral em 1824.

A partir dos anos 1970, a contestação à “historiografia tradicional” passou a afirmar a existência de "uma economia colonial endógena, geradora de um mercado interno"³⁴⁷. Para Claudia Maria das Graças Chaves, a partir daí a colônia passou a ganhar destaque como objeto de análise específico gerando um debate em torno de dois extremos da economia colonial: o caráter agroexportador predominante e a geração de um mercado interno.

A partir dos anos 1980, foram desenvolvidas pesquisas por Roberto Borges Martins, Robert Slenes e Douglas Libby que resultaram na afirmação da importância da economia voltada para a produção e abastecimento do mercado interno. Estes estudos destacaram a diversidade da produção da capitania mineira que abarcava a agricultura de abastecimento, a indústria doméstica têxtil e as atividades manufatureiras e siderúrgicas³⁴⁸.

Estes estudos reconheceram “um relativo dinamismo econômico das zonas produtoras de alimentos”³⁴⁹. O dado que alterou a perspectiva da economia mineira, segundo Claudia Maria Chaves, aborda a “esfera de circulação de mercadorias entre as capitanias”³⁵⁰. Nesta perspectiva, João Luiz Fragoso observou que a manutenção da estabilidade na economia interna se deu pela circulação dos produtos coloniais tornando “possível uma acumulação endógena, [em um mercado de] natureza não capitalista”³⁵¹.

A circulação de mercadoria permitiu ao historiador Alcir Lenharo refletir sobre a economia do abastecimento em sua vertente política. Em seu estudo foi possível apreender como a produção de gêneros alimentícios voltados para o mercado interno permitiu “a formação de um setor social novo (...) que articulou-se politicamente em nível regional e se projetou no espaço da Corte (...) através da própria prática mercantil”³⁵².

³⁴⁶ TEIXEIRA, Des. José João, "Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais". In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, p. 502. Apud CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*, p. 247.

³⁴⁷ CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*, p. 25

³⁴⁸ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 20.

³⁴⁹ Ibid, p. 20

³⁵⁰ CHAVES, Claudia Maria das Graças. op. cit., p. 26

³⁵¹ Ibid, p. 32-33.

³⁵² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. 2ª ed., p. 19-20.

Foi dentro deste contexto de diversificação produtiva, circulação intensa de mercadorias entre as capitanias, acumulação endógena e a ascensão social de novos setores dominantes que João Francisco recebeu a confirmação de sua sesmaria e responsabilizou-se pela ereção da primitiva capela na serra das Letras.

Nessa perspectiva, a ocupação da Comarca do Rio das Mortes, na segunda metade do século XVIII, pode ser acompanhada a partir da construção de capelas em região onde existia a predominância da economia de abastecimento, como visto na Tabela 2, no capítulo anterior. A edificação da igreja de São Tomé das Letras está inserida nesta realidade de desenvolvimento, afirmação e ascensão das propriedades e produtores sul-mineiros.

Irei iniciar a descrição da igreja chamando a atenção para o seu lugar de destaque na topografia local (Fig. 46). A serra, segundo relato do final do século XIX, repousa em um maciço “formado por *gneis* na base, *micashito*, (...) [com] rocha *quartzo-granular*”³⁵³. Encrustada a uma altitude de 1.440 metros aproximadamente, a igreja predominou na paisagem por aproximadamente 195 anos, quando ainda não existiam tantas construções em seu entorno.



Figura 46 – Vista da igreja de São Tomé das Letras e sua inserção na topografia. Disponível em: <http://sobradinhomagico.blogspot.com.br/>

Entendendo que a inserção dos prédios na topografia permite análises a partir de várias perspectivas, gostaria de abordar o lugar da igreja de São Tomé na

³⁵³ O texto compilado pela Revista do Arquivo Público Mineiro foi publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, em 7/11/1898 e não tem indicação de autoria. “Notas chorographicas. São Thomé das Letras em Minas”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/volume 04, pp. 566-569. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1899, p. 567.

topografia a partir de diferentes pontos que, acredito, se complementam. Em primeiro lugar, a escolha do lugar para a edificação configurou um embrião para a expansão de uma aglomeração urbana. Esta escolha permite pensar sobre a construção de uma hierarquia simbólica na organização desse espaço, com a conformação da paisagem através da inserção dos prédios religiosos ou civis. Este aspecto pode apresentar, no direcionamento e na localização das construções³⁵⁴, o poder implícito na topografia local. Nesse sentido, a predominância do prédio eclesiástico na paisagem seria uma representação deste poder, impondo ao povoado a submissão aos desígnios divinos e terrenos.

Descrita como uma igreja de dimensões reduzidas domina a paisagem do alto da serra e, provavelmente, possuía um amplo alcance de visão do seu entorno. Da janela do coro (Fig. 47) se tem uma ideia da vista que existia anteriormente.



Figura 47 – Vista da janela do coro. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

A escolha do lugar da ereção da igreja, se pensada como núcleo inicial para o povoado, pode ser analisada igualmente a partir da perspectiva dos tratados

³⁵⁴ Ver Capítulo 2.

de arte e arquitetura, em que o decoro e a conveniência seriam princípios a ser seguidos para a fundação dos povoados. Como visto no segundo capítulo, o processo de ocupação do território colonial português na América atendeu tanto “às sugestões topográficas”³⁵⁵ para a implantação dos arraiais, vilas e cidades quanto aos ditos preceitos do decoro e conveniência.

Recordo o entendimento destes preceitos. Para *decoro*, de maneira mais generalizada, o sentido de costume ordenador da ação. Para conveniência o sentido de “utilidade, interesse, lucro, proveito”³⁵⁶. A partir desta perspectiva a edificação da igreja seria mais do que conveniente. A ordenação, utilidade e proveito estariam relacionados ao impedimento de um refúgio para os cativos e a reunião da população para os ofícios divinos.

Não se pode negligenciar as prescrições eclesiásticas para a ereção de templos. Mesmo que não tenham sido seguidas de maneira pragmática, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estabeleciam critérios para a ereção de capelas e igrejas. Segundo o Livro IV, Título XVII, 687,

as Igrejas se devem fundar, e edificar em *lugares decentes, e acomodados* (...) e desviado, quanto possível (...) de casas de particulares [que seja escolhido lugar limpo e] *povoado, onde estiver o maior número de fregueses.*³⁵⁷

No caso de São Tomé das Letras, a escolha do sítio permite afirmar que tais regras foram seguidas. A igreja se encontra em local bem acomodado, com ausência de moradias no seu entorno (pelo menos nos momentos iniciais) e, ao que parece, com afluxo de pessoas para a localidade após a ereção da igreja. Estas considerações permitem concluir que a inserção do prédio obedeceu aos costumes religiosos e às conveniências locais e da dominação colonial. A construção de um “mito” de fundação para a localidade associou a dominação religiosa e econômica, além da afirmação do poder da sociedade escravista.

Para que houvesse a ocupação da localidade era necessário que a capela fosse provida de patrimônio. Em sua Visita Pastoral o Bispo confirmou que este era constituído por “terras de cultura”³⁵⁸.

³⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.*, p. 76

³⁵⁶ BLUTEAU, D. Rafael. *Diccionario da Lingua Portuguesa ...*, p. 325.

³⁵⁷ VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Título XVII, 687, p. 252. Grifo nosso.

³⁵⁸ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais*, p.231

A primeira capela de São Thomé das Letras foi *construída em um local pertencente às propriedades da família Junqueira, (...) além da doação do terreno, os Junqueira também garantiram recursos financeiros para a construção da primitiva capela (...) e, cerca de quinze anos depois, para a construção da Igreja Matriz de São Thomé*³⁵⁹.

Sem documentos que comprovem a informação da doação do terreno para a constituição do patrimônio, alguns indícios podem ajudar nesta confirmação. No ano de 1824, a capela de São Tomé das Letras integrava a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, como se pode atestar pela indicação da visita do Bispo Santíssima Trindade. A Fazenda Campo Alegre “sesmaria [que] era um vasto latifúndio”³⁶⁰ situava-se na mesma freguesia, portanto, seria lícito concluir a doação do patrimônio pelo patriarca dos Junqueira. Outras indicações podem corroborar esta afirmativa.

Os registros do inventário de Helena Maria do Espírito Santo e do testamento de João Francisco Junqueira realizados na Fazenda Campo Alegre, nos anos de 1805 e 1816 especificamente, indicaram a localização da propriedade nos territórios de duas freguesias: de Santa Ana de Lavras do Funil e de Baependi. A freguesia de Lavras pertencia ao termo da vila de São João del Rei³⁶¹, assim como a de Carrancas. Importante lembrar que, até o ano de 1814, a igreja de Carrancas era filial de Lavras, o que justificaria a indicação para a aplicação de São Tomé das Letras pertencer a esta freguesia.

Entendendo que as freguesias eram a referência de localização espacial de indivíduos e propriedades, pode-se deduzir que a igreja estaria situada nas terras pertencentes à Fazenda Campo Alegre por esta propriedade estar inserida em território pertencente as duas freguesias.

Apesar da capela de São Tomé das Letras ter integrado as Freguesias de Carrancas e Santa Ana de Lavras do Funil, pertencentes ao Termo da Vila de São João del Rei, a frequência aos ritos litúrgicos era de predominância dos fiéis da

³⁵⁹ KRAUSS, Luiz Roberto. *A igreja matriz de São Thomé*, p. 66.

³⁶⁰ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*, p. 209

³⁶¹ MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI. Caixa 70 – Testamento de João Francisco Junqueira. 02/10/1816. Transcrito por Flavio Marcos Passos a pedido de Regina Moraes Junqueira; Caixa 80 – Inventário de Helena Maria do Espírito Santo. 01/02/1811. Transcrito por Edriana Aparecida Nolasco a pedido de Regina Moraes Junqueira. Projeto Compartilhar. Disponível em: <http://www.projeto compartilhar.org/DocsMgGL/joaofranciscojunqueira1819helenamariadoespíritossanto1810.htm>. Acesso em 21/02/2013 às 22h e 34 min.

freguesia de Baependi. A informação pareceu relevante ao Bispo, ficando registrada no manuscrito de sua viagem.

Nesta capela administram-se os sacramentos a poucos aplicados da freguesia de Carrancas, a quem pertence apresentar o capelão, e a maior número da freguesia de Baependi. Nela crismaram-se pelo vigário da vara de Baependi 1.014 pessoas³⁶².



Figura 48 – Vista do corpo da igreja, a partir do muro do adro e da sacristia anexada em período posterior. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2011.

Eram seis os sacerdotes que atendiam na igreja de São Tomé nesse período. Dentre eles o Padre Francisco Antônio Junqueira que alguns anos antes havia sido coadjutor na matriz em Baependi, como pode ser constatado a partir de assentos de batismo³⁶³ registrados para o ano de 1803. Pe. Francisco, em 1816,

³⁶² TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais*, p. 227

³⁶³ Um desses assentos, datado de 1803, traz além de Francisco Antônio Junqueira o Padre Antônio Gonçalves Penha como padrinho. Interessante é que, o pai da batizada tem sobrenome Junqueira e, o avô e padrinhos da inocente são, provavelmente, pai e filho por possuírem nomes idênticos. Nota-se que neste assento foi feita a descrição da origem dos avós e seus locais de origem, diferente de outros assentos encontrados nesta página. Em assento registrado em data posterior, ocorreu a mesma minúcia. Nos dois casos os parentes são de origem portuguesa, o que levanta a hipótese do registro ser uma forma de ressaltar a ancestralidade.

vivia em terras da Fazenda Campo Alegre, mas em parcela que integrava a freguesia e termo da Vila de Santa Maria de Baependi. Celebrou na ermida de São Tomé e na capela da Fazenda Favacho inúmeros batizados, casamentos e óbitos de integrantes da família, vindo a falecer em 1829.

A criação da freguesia de São Tomé das Letras foi estabelecida pela Lei Provincial nº 164, datada de 9 de março de 1840, com transferência inicial para o território do município de Baependi. Nessa ocasião encontrava-se em processo o estabelecimento das divisas da nova freguesia, o que se pode confirmar a partir do Ofício do Governo, datado de 4 de junho deste mesmo ano.

No conjunto documental é encontrada a orientação para se fazer a delimitação e traz, ainda, a resposta com a proposta para a o território da nova freguesia, que estaria sujeita à aprovação da Assembléia Legislativa.

Havendo a Lei Provincial nº 164 ellevado à Parochia o Curato de S. Thomé das Letras autorizando o Governo a marcar-lhe os limites, e annexa-lo ao Municipio da Villa de Baependy, *resolveo o Presidente da Provincia recomendar* aos Senhores Presidentes e mais Vereadores da Câmara Municipal da mesma Villa, *que ouvindo a quem convier, informem ao Governo sobre os limites que deva ter a nova Freguesia.* Ouro Preto, Palacio do Governo 4 de Junho de 1840. Bernardo Jacintho da Veiga³⁶⁴

Haveria, como consta no documento, pessoas *convenientes* a serem escutadas para a constituição dos limites da freguesia. A sede da freguesia era um posto de disputa entre diferentes povoados, como visto entre os arraiais de Conceição da Barra/Nazaré e Carrancas/Lavras. Nesse sentido, cabe questionar quais seriam os interesses envolvidos na demarcação territorial de uma nova unidade na hierarquia eclesiástica.

No mesmo ano, em 8 de agosto de 1840, foi enviada a proposta para o limite da nova freguesia, na qual constava no § 7º as divisas “ao Sul [com] as Freguesias da Conceição do Rio Verde e *Baependy*, ao Nascente a Freguesia de Serranos, ao Norte as de *Carrancas* e *Lavras*, e ao Poente a de Corações de Jesus do Rio Verde”³⁶⁵. Por pouco tempo pertenceu a freguesia a Baependi, sendo transferida para o município de Lavras no ano seguinte, pela Lei Provincial nº

³⁶⁴ AMB. *Ofício do Governo*. Ouro Preto. Palácio do Governo, 4 de junho de 1840, f. 1. Documento sem catalogação arquivística. Transcrição: Maria Cristina Neves de Azevedo.

³⁶⁵ AMB. *Ofício do Governo*. Ouro Preto. Palácio do Governo, 4 de junho de 1840, f. 2v.

202³⁶⁶, de 1º de abril de 1841, sendo o primeiro vigário o Pe. João Ribeiro Maia³⁶⁷.

Gostaria de salientar que em território limítrofe a São Tomé das Letras três localidades – Baependi, Carrancas e Lavras – possuem em suas igrejas obras realizadas por Joaquim José da Natividade, e que a nova freguesia teria integrado o território destas até a criação de sua própria jurisdição.

Interessante documento, também sob a guarda do Arquivo Municipal de Baependi, é o *Livro de Fábrica da Igreja Matriz de São Tomé das Letras* que traz dados sobre a administração da igreja com registro de receitas e despesas³⁶⁸, os administradores do seu patrimônio entre 1845 e 1876, e referências das obras em andamento.

A fábrica ou patrimônio é a doação de recursos para o sustento da capela ou igreja. Os valores do dote na colônia portuguesa na América giravam em torno de 6 mil réis, ou em uma porção de terreno “cujo aforamento seria arrecadado em seu benefício”³⁶⁹ gerando “receitas para sua manutenção”³⁷⁰.

As pessoas que quisessem construir dentro desta área – nas proximidades da capela – *pagariam uma taxa anual ao Fabriqueiro designado*, que por sua vez se encarregaria de administrar os bens ‘do santo’³⁷¹.

Concordam Sergio da Mata e Claudia Damasceno Fonseca que ser o padroeiro (aquele que doava o patrimônio) era uma condição que trazia a honra social. Fonseca afirma que ao doador ou doadores, eram dados os privilégios de um “lugar reservado durante as cerimônias, missas e preces especiais, etc.”³⁷². Sergio da Mata diz que entre os fazendeiros ocorria uma disputa pela localização da ereção das capelas, denotando um claro interesse em reverter o controle das

³⁶⁶ Esta Lei Provincial estabeleceu inúmeras mudanças em territórios de municípios mineiros e sedes de freguesias, dentre elas a transferência da sede da freguesia de Conceição da Barra para Nazaré, em uma contenda que durou perto de 30 anos.

³⁶⁷ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 479-480. Ver também o site do IBGE, disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316520&search=minas-gerais|sao-thome-das-lettras|infograficos:-historico>. Acesso em 04/02/2013 às 20h 19min.

³⁶⁸ AMB. *Livro da Fábrica da Igreja Matriz de São Tomé das Letras – 1845-1854*, 80 folhas. Documento sem catalogação arquivística.

³⁶⁹ MATA, Sérgio da. “O sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)”, p. 18

³⁷⁰ FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’El Rei*, p. 111

³⁷¹ MATA, Sérgio da. op. cit., p. 18. Grifo nosso.

³⁷² FONSECA, Claudia Damasceno. op. cit., p. 111

terras e gentes para si. Seria uma perspectiva se pensar na ereção da capela de São Tomé nesse sentido, no que diz respeito ao controle da área de abrangência da fazenda Campo Alegre “sobre uma dada clientela”³⁷³.

No livro de registro da Fábrica da Igreja de São Tomé das Letras podem ser encontrados autos de correção e solicitação de prestação de contas pela ausência de registro das receitas e despesas entre os anos de 1851 e 1854. A prestação de contas foi feita pelo antigo administrador, José da Costa Rezende, mas isso não impediu sua remoção. Foi substituído por Francisco Andrade Junqueira³⁷⁴ que se dedicou, como o avô e o pai, às obras e celebrações na igreja de São Tomé.

O documento traz elencados os pagamentos feitos a profissionais tais como pintores, pedreiros e entalhadores. O pintor Paulo foi o que recebeu a maior quantia por realizar a pintura do “barrado da Matriz”, num total de 363\$000 réis. Ao pedreiro foi pago 90\$000 réis por fazer o barrado e por montar o muro. Pelos “preparos com o Nicho”³⁷⁵ o oficial, que não foi identificado, recebeu 10\$000 réis. Foram também registradas as despesas com material como cal, portas de ferro para o adro e seus esteios. Percebe-se que as obras com o templo eram contínuas, incluindo desde a parte decorativa, a estrutural e de segurança.

Em 1875 as despesas dizem respeito ao pagamento por missas e sermões ao Pe João José e ao Vigário Marcos. Infelizmente não foi possível a identificação do sobrenome porque esta folha estava com diversos trechos corroídos, tornando-os ilegíveis. Os dados que são referentes à “ocasião da consagração da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus” incluem o “tratamento” e a remuneração de músicos, a preparação do nicho, algo não identificável referente à pia batismal e fogos “vindos de Varginha”. Se o Fabriqueiro era Francisco Andrade Junqueira teria sido ele o organizador da cerimônia com a devida preparação do corpo da igreja para o evento.

³⁷³ MATA, Sérgio da. “O sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)”, p. 19

³⁷⁴ Filho de Gabriel Francisco Junqueira e neto de João Francisco reforça uma segunda vez o vínculo da família com a igreja de São Tomé das Letras. Ver ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. AMB. *Livro da Fábrica da Igreja Matriz de São Tomé das Letras – 1845-1854*. Documento sem catalogação arquivística, f. 10v

³⁷⁵ AMB. *Livro da Fábrica da Igreja Matriz de São Tomé das Letras – 1845-1854*. Documento sem catalogação arquivística, f. 1

Do último item das despesas com a consagração da freguesia apenas o valor é legível, pois o restante da informação foi perdida devido à ação de insetos³⁷⁶. As despesas com a consagração da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus totalizaram 995\$000 réis, o que não seria uma quantia irrisória³⁷⁷. Disto pode-se concluir que havia receita para a realização de melhoramentos e manutenção do prédio da igreja e também para os eventos litúrgicos. O último registro foi feito no ano de 1876.

O ano que encerra os registros do Livro de Fábrica da matriz de São Tomé é também aquele em que o Pe. João Ribeiro Maia, primeiro vigário da freguesia, encomendou ao pintor italiano Nicolau Antônio Facchinetti um retrato de Gabriel Francisco Junqueira em homenagem aos 8 anos de seu falecimento. O retrato intitulado “Barão de Alfenas”, um óleo sobre tela fica resguardado em ambiente fechado por porta de vidro, junto à pia batismal.

A partir de texto produzido sobre o processo de restauração da obra, empreendido por Fernanda Tozzo Machado e Raquel Teixeira entre os anos de 2005 e 2006, foi possível coletar informações sobre a pintura. A prática do pintor de registrar no verso de suas telas as informações referentes às obras, viabilizou a identificação do vigário Pe. João Ribeiro Maia como encomendante.

Gabriel Francisco Junqueira - Emo x. – Barão D ' Alfenas. - falecido em 18 de janeiro 1868. Retrato executado sobre um ambrotipo, em junho de 1876: por especial encomenda do Revdo. Pdre João Ribeiro Maia , vigario collado d ' esta freguezia. Nota do autor N. Facchinetti³⁷⁸.

³⁷⁶ Esta informação é de minha responsabilidade. Deduzo que a documentação esteja sujeita a ação de insetos em decorrência de uma quantidade significativamente grande material corroído, com a consequente perda de informação. Em alguns casos a perda é irremediável.

³⁷⁷ A fita comprada para o sacrário tinha valor equivalente ao das jóias, supostamente furtadas pelo genro de Joaquina Cândida. Segundo o Auto de Querela citado por Olinto Rodrigues Santos Filho, o valor total dos pertences supostamente furtados seria de 44\$990 réis. Cf. SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, p. 245. Apud AETSJDR; IPHAN/MG. Livro de Autos de Querela nº 4, 1811-23. Auto de Querella que dá Joaquina Cândida de Jesus moradora nesta Vila de Cassemiro José Gomes da Silva Flores, homem branco, casado, morador nesta Villa cujo sumário está no livro deles a folha 37, em 7 de janeiro de 1819

³⁷⁸ MACHADO, Fernanda Tozzo e TEIXEIRA, Raquel. Restauração do quadro “Barão de Alfenas”, de Nicolau A. Facchinetti, São Thomé das Letras, MG, p. 2. Disponível em: http://www.pedigreedaraca.com.br/artigo_restauracao_quadro_barao_de_alfenas_abracor.pdf Acesso em 11/07/2014 às 2h 45min.

Pouco antes do período em que o pintor italiano se estabeleceu na freguesia de São Tomé para realizar a obra encomendada, a igreja matriz passou por reformulações como a fatura e pintura do barrado e o fechamento do adro³⁷⁹.

A encomenda da tela e a representação produzida pelo pintor reafirmam a relação entre o Barão e a igreja. A pintura tem em primeiro plano o Barão, que foi retratado a partir de uma matriz de ambrótipo³⁸⁰, ao fundo a igreja e a casa da família na localidade. Junto ao Barão, seu chapéu pousa sobre a “pedra da bruxa”, uma referência local.

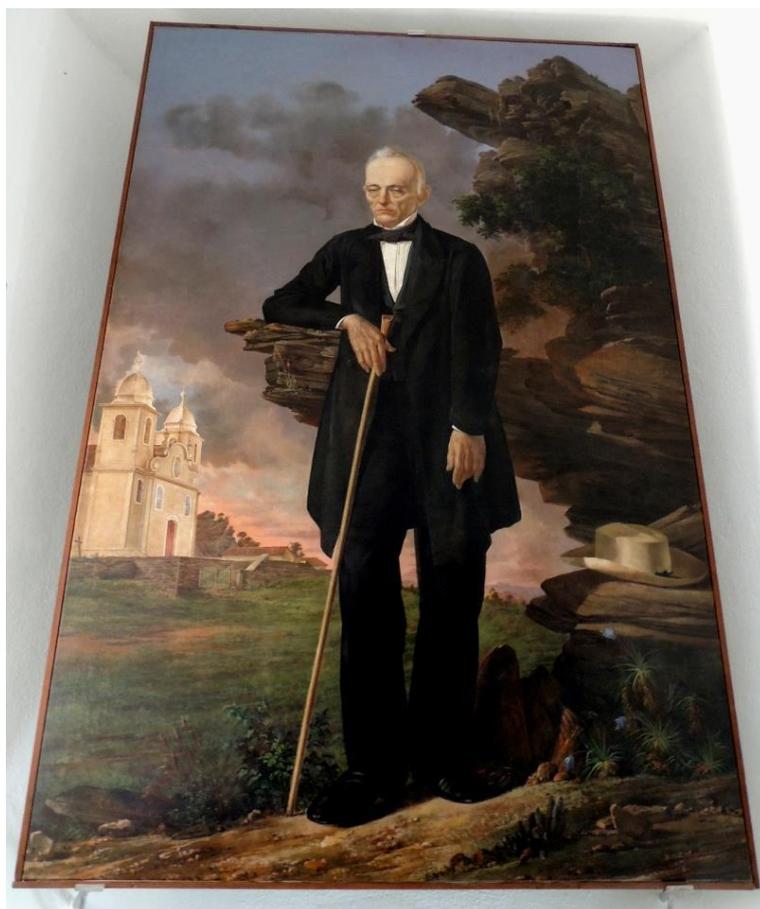


Figura 49 – Tela “Barão de Alfenas” de autoria de Nicolau Antônio Facchinetti. Óleo sobre tela, 1,52 X 2,41m. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

³⁷⁹ Saturnino da Veiga informou o valor das apólices que junto aos donativos arrecadados permitiam a conservação. VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.). *Almanak Sul-Mineiro para 1884*. p. 420-421

³⁸⁰ Ambrótipo (do grego ἀμβροτός - imortal, e τύπος - registro, impressão) é uma imagem fotográfica positiva sobre placas de vidro, usando uma variação do processo de prata coloidal (no caso, para obter imagens positivas). Método antigo surgiu no início da década de 1850, como alternativa ao daguerreótipo. Além de ser mais barato, não possuía o efeito espelhado deste, e não oxidava, daí o nome "imortal". No entanto, as imagens produzidas tinham menos contraste, luminosidade e resolução. In: Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ambr%C3%B3tipo>. Acesso em 11/07/2014 às 22h 38min.

Todos os documentos apresentados reafirmam a ligação entre a família Junqueira e a construção e ornamentação da igreja matriz de São Tomé das Letras em um tempo amplo. As referências ao provimento da igreja pelo Barão e a presença de seu irmão como sacerdote do templo e, seu filho, como Fabriqueiro seriam provas do envolvimento direto destes com a configuração da igreja.

Nesse sentido, seria plausível levantar a hipótese da contratação de Joaquim José da Natividade por um dos irmãos Junqueira: Gabriel ou Francisco, o padre. Esta dedução seria possível pela circulação destes nas Vilas de São João del Rei e Baependi, onde também se encontrava o artista. Se as obras de Baependi e São Tomé das Letras ocorreram em momento simultâneo, seria possível que os irmãos Junqueira tenham conhecido o trabalho de Natividade em momento anterior em alguma localidade onde já estivessem prontas pinturas como as que foram elaboradas para a igreja da serra das Letras.

Acreditando que as obras da igreja de São Tomé estivessem mais adiantadas que as de Baependi, como vimos no capítulo anterior, então a contratação dos serviços de Natividade para a igreja de Nossa Senhora de Montserrat teria sido posterior a esta. Apenas conjecturas. Aqui importa a crescente possibilidade de aproximação entre artista e encomendante.

4.2 Arte sacra e distinção social: prestígio do artista e fortuna do contratante nas pinturas de forro da igreja de São Tomé na serra das Letras

Foi de Bernardo Saturnino da Veiga a confirmação da autoria das pinturas de forro existentes na matriz de São Tomé. A autoria foi comprovada por estudos posteriores desenvolvidos por diferentes pesquisadores³⁸¹. A indicação de um dos principais benfeitores da igreja que teve sua trajetória ligada à propriedade de terras e escravos com significativa ascensão social e política, aproxima a família Junqueira de Joaquim José da Natividade.

³⁸¹ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*; _____. “A pintura perspectiva em Minas Colonial – ciclo rococó”. In: ÁVILA, Affonso. *Revista Barroco 12*. Ano 1982/83. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Estudos Mineiros; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro”. In: ARAÚJO, Emmanuel (org.) *A mão afro-brasileira. Significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.

Os Junqueira estão inseridos no contexto de diversificação das atividades econômicas, na Comarca do Rio das Mortes. A extensão de suas propriedades, seus plantéis de escravos, a participação na administração e política local indicam que foram social e economicamente relevantes.

Em artigo de Marcos Ferreira de Andrade sobre a revolta de escravos ocorrida em propriedades da família, o pesquisador indicou números significativos de escravos nas fazendas pertencentes aos Junqueira, a partir de listas nominativas e inventários.

A importância das propriedades da família Junqueira podia ser percebida pelo número de escravos que nelas havia para tocar os negócios das fazendas. Quase sempre esse número ultrapassava a 30 cativos, coisa rara no cenário escravista mineiro naquela época, e em algumas delas este número podia chegar a mais de 50 ou até mesmo mais de 100 escravos³⁸².

Afonso de Alencastro Graça Filho entende que a capacidade de acumulação verificada para a Comarca do Rio das Mortes, com “grande vitalidade” na década de 1830, permitiu a participação de integrantes deste setor na implementação da cafeicultura nas áreas fluminense e da Zona da Mata mineira³⁸³. Entendendo que o enfoque regional poderia auxiliar na verificação de “proposições já consagradas na historiografia (...) [e da] plausibilidade das explicações genéricas sobre aspectos socioeconômicos e da circulação de mercadorias”³⁸⁴ abordou as transformações da organização produtiva na região que abarcava o termo da Vila de São João del Rei, cabeça da comarca, e a “estrutura agrária da Comarca ao longo de mais de meio século de sua existência”³⁸⁵.

A historiografia indica que as atividades de abastecimento de gêneros alimentícios estavam baseadas em grandes e médias propriedades escravistas. Dentre as propriedades arroladas por Douglas Libby, nos mapas de população de 1831 e 1840, mais de uma centena de fogos possuíam plantéis compostos por 30 cativos ou mais e 42 fogos listaram entre 50 e 100 escravos, para toda a província.

³⁸² ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833)*. Texto eletrônico. Disponível em: http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/revolta_carrancas.pdf. Acesso em 08/05/2012 às 23h e 29 min.

³⁸³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste*, p. 20 e 21

³⁸⁴ *Ibid*, p. 21

³⁸⁵ *Ibid*, p. 22

Segundo Graça Filho, nas descrições dos viajantes que passaram pela comarca, poucas fazendas possuíam de 50 a 100 cativos. Esses dados apontam a importância da economia sanjoanense no contexto da produção mineira e reforçam o levantamento realizado em inventários da localidade.

Em São João del Rei, para os 103 inventários do ano de 1857 foram arrolados 3.674 cativos. A média para o total das fazendas foi de 36 cativos, sendo que duas delas contaram mais de 100 indivíduos. Ao relativizar os dados levantados em relação aos estudos existentes para outras regiões da colônia, Graça Filho verificou que a posse de escravos nas grandes e médias propriedades da vila sul-mineira era maior que os percentuais encontrados nas propriedades da produção agrícola de exportação para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

Ao analisar as listas nominativas para os anos de 1831 e 1832³⁸⁶ Graça Filho encontrou 223 propriedades com 3.447 de escravos. Dentre as propriedades 14 delas possuíam mais de 50 cativos e 5 delas um quantitativo superior aos 90 escravos. Em relação aos dados levantados por Douglas Libby para toda a província (listas de 1831 e 1840) das 42 unidades que possuíam entre 50 e 100 escravos, 8 delas pertenciam aos Junqueira.

Como São Tomé das Letras pertencia, nesse período, à freguesia de Carrancas, pode-se deduzir que das cinco propriedades que se encontravam no topo da pirâmide das unidades escravistas da vila duas pertenciam à família Junqueira. Duas destas propriedades superavam a conta da centena de cativos. Pertenciam, especificamente, a Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, sediada em São Tomé das Letras e ao Coronel João Pedro Diniz Junqueira, situada no termo da Vila de Santa Maria de Baependi.

A elaboração da tabela abaixo foi possível pela reunião de dados de listas nominativas e de informações coletadas por Marcos Ferreira de Andrade. Os números comprovam a relevância das propriedades dos Junqueira inserindo-os em um patamar diferenciado em relação aos demais fazendeiros da região.

³⁸⁶ Afonso Alencastro estabeleceu os distritos de Carrancas, capela do Espírito Santo de Carrancas, Nazareth, Piedade do Rio Grande, Onça, Brumado, Cajuru, Conceição do Porto e Madre de Deus para sua pesquisa por serem os mais frequentes integrantes da vila para o período estudado. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste*, p. 113

Tabela 5 – Escravidão dos Junqueira				
Fazenda	Localização	Proprietário	Ano	Cativos
Campo Alegre	São Tomé das Letras	Gabriel Francisco Junqueira	1839	102
Bela Cruz	São Tomé das Letras	José Francisco Junqueira	1833	37
Jardim	São Tomé das Letras	João Candido Junqueira	1839	86
Favacho	Baependi	Maria Ignacia do Espirito Santo	1831	66
			1838	55
			1840	41
	Baependi	José Frauzino Junqueira	1840	55
Traituba	Baependi	João Pedro Diniz Junqueira	1831	80
			1838	163
			1840	118
	Capela do Varadouro, Baependi	Manuel Ananias de Assis Junqueira	1831	25
	Capela do Varadouro, Baependi	Antônio Luiz Noronha da Silva cc Ana Dolida Junqueira	1831	99
	Carrancas	Fco José de Andrade cc Maria Dorida Diniz Junqueira	1831	92
	Carrancas	Antonio Sancho Diniz Junqueira	1831	57
	Luminárias	Marcelino de Souza Diniz cc Joaquina Diniz Junqueira	1839	39

Fonte: APM, Coleção Mapas de População. Listas nominativas de 1831, 1838, 1840; AMB, Lista nominativa de 1833; ANDRADE, Marcos F. de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*, p. 292.

A participação dos Junqueira não se restringiu, no período em tela, à dinâmica produtiva da província. O cruzamento de informações de diferentes fontes possibilitou identificar, mesmo que provisoriamente, a inserção de seus integrantes na esfera política, administrativa, militar e eclesiástica.

Como dito anteriormente, o Pe. Francisco Antônio Junqueira atuou na freguesia de Baependi (em 1803 era coadjutor na matriz e, em 1814, foi signatário do Auto de instalação da vila de Baependi como Monsenhor Pároco³⁸⁷), no curato de São Tomé das Letras e na capela da Fazenda Favacho ministrando os sacramentos aos seus parentes e fiéis em geral.

Em documento para a indicação de oficiais para o Regimento da Vila de Campanha da Princesa, datado de 1808, foi solicitado por Thomas Joaquim de Almeida o envio da Patente de Tenente de João Francisco Junqueira³⁸⁸. José Francisco Junqueira, segundo Sebastião de Oliveira Cintra, teria prestado juramento no Posto de Alferes do Distrito de Santo Inácio de Lavrinha, da Freguesia de Lavras do Funil, em 18 de junho de 1807³⁸⁹.

Gabriel Francisco, o caçula da primeira geração, foi provido no cargo de Alferes do Distrito de Santo Inácio de Lavrinha (posto que havia sido ocupado por seu irmão José) pelo Imperador D. Pedro, no ano de 1825. Dois anos depois, seria indicado em lista tríplice para o posto de Capitão Mor do Termo de São João del Rei³⁹⁰, sem alçar a promoção. No ano de 1831, concorreu a deputado na Assembléia Constituinte, derrotando de maneira categórica o candidato de D. Pedro. Foi eleito como deputado por Minas Gerais nas legislaturas de 1831-1833 e 1834-1836.

No ano de 1839 o povoado de São Tomé das Letras contava com 134 fogos e 1.314 habitantes, sendo 608 cativos. Dentre os seus moradores Gabriel Francisco Junqueira, proprietário de 103 cativos³⁹¹. Pelo decreto de 11 de outubro de 1848, recebeu de D. Pedro II o título de Barão de Alfenas por “seus méritos e pelos inúmeros serviços prestados a Nação”³⁹².

³⁸⁷ PELUCIO, José A. *Baependi*, p. 65

³⁸⁸ APM. Secretaria de Governo da Província. Cx 76-Doc 46. 25/11/1808, f. 1.

³⁸⁹ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. 2ª ed., v. 2, p. 256

³⁹⁰ *Ibid*, v. 2, p. 404; v. 1, p. 217.

³⁹¹ APM. Coleção Mapas de População. MP. Cx. 06-Doc.25, fs. 4v a 6

³⁹² MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Ribeirão Preto-SP: Editora Família Junqueira, 2004, v. 5. Informação disponível no site: <http://www.familiajunqueira.com.br/personalidades.asp?modo=ver&id=3>. Acesso em 11/01/2013 às 21h e 55 min.

As filhas de João Francisco e Elena Maria realizaram seus casamentos com homens que ocupavam, como seus irmãos, cargos e postos de distinção social. Maria Francisca da Encarnação foi casada com o Tenente Gabriel de Souza Diniz e Ana Francisca do Vale com o Capitão Joaquim Bernardes da Costa.

As evidências encontradas na documentação indicam a presença de estruturas arcaicas permeando a reprodução das hierarquias sociais. Os matrimônios endogâmico, o uso dos dotes e os arranjos pré-nupciais podem ser verificados em inventários *post-mortem* e testamentos dos mais proeminentes negociantes da cidade, e implicavam no aumento ou tentativa de perpetuação das fortunas pelas gerações seguintes³⁹³.

A segunda geração dos Junqueira, netos do patriarca João Francisco, seguiu os passos dos pais ocupando cargos na administração pública, postos militares e na administração de capelas e igrejas. Três dos filhos de Maria F. da Encarnação e de Gabriel de Souza Diniz foram identificados como integrantes dos quadros militares.

João Pedro ocupava o cargo de Juiz Ordinário na Vila de Santa Maria de Baependi, no ano de 1822, quando ocorreu a Aclamação de Sua Alteza Real D. Pedro I³⁹⁴. Nas listas nominativas da capela de São José do Favacho, nos anos de 1831 e 1840, apareceu como Capitão e Coronel³⁹⁵, respectivamente. Foi sua a obra de construção do prédio da Fazenda Traituba para a hospedagem – que não aconteceu – do imperador D. Pedro I.

Francisco Antônio Diniz Junqueira foi indicado em uma lista tríplice para o posto de Capitão da 2ª Companhia de Ordenanças do Distrito de Carrancas. Como no inventário de seu pai, em 1811, aparece como Capitão, deduz-se que alcançou o cargo. Em 1807, fez doação de patrimônio para a capela do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, na serra de São Tomé das Letras³⁹⁶. A capela era administrada por José Antônio Diniz Junqueira, seu irmão. Em 1811, aparece no posto de Capitão no inventário de seu pai, Gabriel de Souza Diniz.

José Antônio Diniz Junqueira era Guarda-Mor, segundo Marcos Ferreira de Andrade. No site de Carmo da Cachoeira, em texto escrito por Paulo Costa Campos, é indicado como “o primeiro presidente da Câmara Municipal, instalada

³⁹³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste*, p. 22

³⁹⁴ PELUCIO, José A. *Baependi*, p. 96

³⁹⁵ APM. Coleção Mapas de População. MP-Cx.04-Doc.06, f. 6v

³⁹⁶ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. 2ª ed., v. 1, p. 150

em 14 de novembro de 1832³⁹⁷ em Lavras. Continua o texto, informando que foi eleito o primeiro Juiz de Paz quando ocorreu a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda das Três Pontas.

Depois que o povoado de Tres Pontas foi elevado a districto, procedeu-se à eleição do 1º juiz de paz, que foi o então guarda-mor José Antônio Diniz Junqueira, servindo-lhe de escrivão o alferes de antigas milícias José Joaquim Arantes, que faleceu major da guarda nacional³⁹⁸.

Duas de suas irmãs se casaram com militares integrantes de famílias abastadas da região. Maria Dorida desposou Francisco José de Andrade, citado como Capitão no inventário do sogro. Sua ocupação na lista nominativa de Carrancas, em 1831, era de cultura e possuía um plantel significativo de 90 cativos. Joaquina Delfina casou-se com o primo Marcelino de Souza Diniz, Sargento em 1816, segundo o inventário de seu pai o Tenente Manoel de Souza Diniz. Eram moradores do distrito de Nossa Senhora do Carmo de Luminárias, da Freguesia de Carrancas, e possuíam 39 escravos em 1839.

Os filhos de João Francisco e Maria Inácia do Espírito Santo viviam no termo da Vila de Santa Maria de Baependi. Manuel Ananias ocupava o cargo de Juiz de Paz na capela do Varadouro, termo da Vila de Santa Maria de Baependi. Casado com sua sobrinha, Maria Clara Diniz Junqueira, em seu fogo foram listados 25 escravos³⁹⁹. No mesmo distrito residia Ana Dolida Junqueira, irmã de Manuel Ananias, casada com o Coronel Antônio Luiz de Noronha e Silva. Em 1831, contavam com nada menos que 99 braços para o trabalho em sua propriedade.

Muito interessante a composição deste plantel e dos agregados na fazenda do Coronel Antônio Luiz. Os cativos foram descritos segundo as funções que exerciam sendo encontrados: campeiros, ferreiros, fiadeiras, costureiras, cozinheiras, tecedeiras, rendeiras, arreadores, tropeiros, sapateiros e pagem. Eram agregados junto ao coronel e sua família um Mestre de 1ª Letras – o que se repete

³⁹⁷ Disponível em: <http://www.carmodacachoeira.net/2009/02/jose-antonio-diniz-junqueira-o-1.html>. Acesso em 05/08/2014 às 16h e 26 min.

³⁹⁸ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanak Sul-Mineiro para 1884*. Organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga. Membro correspondente do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil. Campanha da Princeza: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 145.

³⁹⁹ APM. MP-Cx.13-Doc.15, fs. 3v e 4

em outros domicílios – e, o mais interessante, um Mestre de Dança de origem francesa!⁴⁰⁰

José Frauzino, filho de Maria Inácia e João Francisco, é citado como morador da capela do Favacho, no termo de Baependi, e aparece associado à sua mãe na lista de 1831, com um plantel de 66 escravos. Em 1840, casado com Inácia Fortes Silva, possuía 55 cativos.

Em fogo contíguo ao do Barão de Alfenas, em São Tomé das Letras, morava seu sobrinho João Candido da Costa, filho de Ana Francisca do Vale e do Capitão Joaquim Bernardes da Costa. Casado com sua prima Maria Marfisa – filha do Pe. Francisco Antônio Junqueira – possuía um plantel que totalizava 91 cativos⁴⁰¹.

Diferentemente dos municípios paulistas da agricultura de subsistência, a maior parte dos escravos do eito se localizava em propriedades de mais de 30 escravos. Nesse ponto, o município de São João del Rei mostrava uma concentração maior da posse de escravos, com a peculiaridade dos proprietários de porte médio (10 a 30 escravos) se igualarem aos de grande porte (+ de 50 escravos) na porcentagem sobre total dos escravos⁴⁰².

Estes dados apresentam uma família inserida no jogo do poder político e econômico, nas décadas de 1830 e 1840. Seus plantéis estavam entre os maiores da região e, como já dito, em alguns casos superavam o índice para as propriedades dedicadas às atividades agrícolas e pecuárias em Minas Gerais. Dedicavam-se não apenas aos seus afazeres práticos da produção e comercialização tecendo, concomitantemente, uma rede de influência e contatos através da participação nas esferas de comando político e militar, ocupando níveis cada vez mais altos da pirâmide social local e regional.

A existência de um Mestre de Dança é um ponto relevante, pois denota um comportamento refinado entre os moradores da propriedade indicando que na localidade ocorriam eventos em que a música e a dança eram executadas, apontando para espaços de sociabilidade em constituição. Nesse sentido, a relação entre fortuna e refinamento se faz de maneira quase natural reforçando a leitura de que setores sociais ligados ao abastecimento buscavam a aproximação com os gostos possivelmente trazidos pela convivência com a Corte. Este seria mais um

⁴⁰⁰ APM. Coleção Mapas de População. MP-Cx.13-Doc.15, fs. 2-3v

⁴⁰¹ APM. Coleção Mapas de População. MP-Cx. 06-Doc.25, fs. 6 a 7.

⁴⁰² GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste*, p. 114.

indício da solicitação de objetos – e espaços – em que fosse possível a exibição dos valores amealhados com o trabalho na lavoura, criação e no comércio de seus produtos.

O encontro entre um pintor com habilidade técnica, talento e gosto apurado e uma sociedade em que indivíduos que acumularam fortuna estão dispostos a investir em obras de arte, viabilizam a reflexão acerca da relação entre artista e contratante a partir das chaves de leitura – *prestígio* e *fortuna* – para se refletir sobre as pinturas produzidas por Natividade na igreja de São Tomé.

Nesse sentido, o esmero das obras pode ser relacionado ao apuro técnico do artista e aos recursos disponibilizados pelo contratante, constituindo o *prestígio* do artista e a *fortuna* daquele que encomendava a obra elementos que permitiram a reflexão acerca da solicitação de objetos de arte religiosa em localidades da região sul-mineira.

Entendo que é no ramo das pinturas de forros ilusionistas, ou em perspectiva, que a atividade artística de Joaquim José da Natividade pode ser aproximada do sentido dado ao *prestígio* pela sociedade em que estava inserido. O significado coevo dado ao termo permite a possibilidade de se refletir acerca da repercussão da obra do artista e das possíveis relações estabelecidas com seus contratantes, em função da ausência de material que as comprove.

No dicionário organizado pelo jesuíta Raphael Bluteau, é entendido como “ilusão com visões maravilhosas, por encantamento e artes do demônio. § Representações, imaginações, fantasias enganosas”⁴⁰³. Este sentido perdurou no século XIX, período em que o artista estava em plena atividade, significando “ilusão, engano artificial ou diabólico da vista. Representação, imaginação enganosa”⁴⁰⁴.

O verbete, em sua acepção atualizada, é entendido como “grande influência; importância social; consideração, respeito, crédito, reputação”⁴⁰⁵ sendo

⁴⁰³ SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 240

⁴⁰⁴ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*, p. 858

⁴⁰⁵ Disponível no Dicionário de Português Online. Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=prest%EDgio>. Acesso em 14/06/2014 às 02h 15min.

este sentido, da influência social, extensiva à sociedade mineira colonial pela constituição de redes locais de poder e solidariedade⁴⁰⁶.

O significado de fortuna conheceu simplificação entre os séculos XVIII e XIX. No Dicionário da Língua Portuguesa de R. Bluteau aparece como sorte, destino, ventura – boa ou má –, felicidade e sucesso compreende ainda o âmbito material ao indicar os sentidos de posses, riquezas e cabedais sugerindo o pagamento por serviço prestado por indivíduo que “não é nobre”⁴⁰⁷. Para o século XIX, a felicidade e o sucesso não constam de sua descrição que ficou resumida à “sorte, boa ou má ventura. Trabalho. Risco. Posses, riquezas, haveres”⁴⁰⁸.

Faço a aproximação entre os termos *prestigio* e *fortuna* como entendidos pela sociedade oitocentista para o estabelecimento de uma relação entre estes e os sujeitos sociais. Para o artista, o *prestígio* era aquele que produzia encantamento, e visões maravilhosas o que permitia seu acesso à fortuna pelo exercício de suas faculdades artísticas, pela superação dos riscos do trabalho que o levava ao merecimento do pagamento, entendido aqui como “haveres” ou riqueza.

No caso do contratante dos serviços de decoração e ornamentação, fosse particular ou através de uma irmandade, a *fortuna* apresentava-se como as posses, riquezas e cabedais que viabilizavam, efetivamente, o deslumbramento e as “visões maravilhosas” produzidas pelo artista. Enquanto o recurso ilusionista diz sobre a qualidade técnica e criativa do artista que elaborou e executou a obra, a contratação de um mestre que fosse capaz de tal façanha não era trato para poucos recursos.

Parece que foi esse o caso da igreja de São Tomé das Letras onde *prestigio* e *fortuna* encontraram-se de maneira eloquente e apresentam-se, até os dias de hoje, como encantamento e deslumbre aos que a visitam. Passo a apresentação e descrição da igreja e sua ornamentação nas pinturas existentes nos forros da nave e da capela-mor. Será realizada a análise da composição com vistas a identificação dos elementos que possam justificar o *prestígio* do artista e a *fortuna* de quem o contratou.

⁴⁰⁶ MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais. O controle dos ofícios pelas Câmaras de Lisboa e da Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 266-267

⁴⁰⁷ SILVA, Antonio M. *Dicionário* ..., p. 631

⁴⁰⁸ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário*..., p. 531

As descrições mais antigas foram publicadas por Bernardo Saturnino da Veiga, nos anos de 1874 e 1884. Em 1874, usou o termo “elegante” ao descrever a construção da matriz que com “acanhadas dimensões, (...) e [toda] construída de pedra; tem suas formosas torres”. Continua o texto atribuindo ao “pincel do *inteligente* artista Joaquim José da Natividade, (...) as pinturas do teto e paredes da igreja, *pinturas que atraem a atenção por sua expressão acentuada e energia do colorido*”⁴⁰⁹.

A paleta de cores encontrada nas pinturas de Natividade é referência para sua obra. Se destacam “os azuis, vermelhos e ocre, em cores firmes, mas suaves, extremamente iluminadas”⁴¹⁰. As composições seguem um padrão para o uso das cores nas representações arquitetônicas. Myriam Oliveira diz que

os forros mencionados são estruturados a partir de um modelo único de muro-parapeito, alternando balcões e pedestais do mesmo desenho e colorido, com alternância de azul para os pedestais e vermelho para os balcões dos cantos da abóbada⁴¹¹.



Figura 50 – Detalhe da pintura do forro da nave com pedestais e balcões no muro-parapeito que envolve a pintura. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

⁴⁰⁹ VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.). *Almanak Sul-Mineiro para 1884*, p. 420-421.

⁴¹⁰ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Pintores mulatos do ciclo Rococó mineiro”, p. 103

⁴¹¹ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil*, p. 288.

As pinturas foram realizadas em forros de abóboda de berço, como pode ser visto na imagem acima (Fig. 50), em que o teto apresenta uma curvatura propícia ao desenvolvimento de pinturas ilusionistas ou em perspectiva.

No antigo arraial de São Tomé das Letras, até meados do século XX distrito de Baependi, o pintor Natividade deixou talvez a sua obra prima nos dois forros da Matriz. (...) ostenta *dois belos forros em abóboda de berço com pinturas da melhor qualidade e no mais fino gosto rococó*⁴¹²

As pinturas no gosto rococó apresentavam como característica a leveza e graciosidade, preponderando a claridade e os vazios com “função valorativa”⁴¹³. Entre os modelos existentes ocorreu uma simplificação do uso da perspectiva e no conjunto como um todo. As pinturas da nave e capela-mor da matriz de São Tomé ilustram a obra de um artista que expressa em sua pintura a convivência de diferentes influências. Como faz o fiel, apresento as pinturas da igreja de São Tomé das Letras a partir da nave seguindo em direção à capela-mor. Esse direcionamento pode levar à compreensão da intencionalidade das pinturas que existem na igreja.

Na nave, a opção foi por uma composição na qual o artista se apropria dos tons claros e suaves, com iluminação profusa e a busca do vazio no entorno da representação da Santíssima Trindade e do orago São Tomé (Fig. 51). O conjunto é envolto em nuvens de querubins em um movimento ascendente em direção à luz emanada pela pomba do Espírito Santo.

Natividade provavelmente recebeu ensinamentos relativos às doutrinas e regras de geometria e perspectiva existentes nos tratados de arquitetura. A qualidade de sua pintura revela esse conhecimento e apuro. Estes tratados, ou parcelas deles, teriam chegado aos sertões mineiros através da circulação de informação e do contato entre pintores portugueses que ali atuavam com os naturais da colônia. Para Carlos Del Negro, a vinda de artistas portugueses “que trabalharam na Europa”⁴¹⁴ conjugada aos exemplos das estampas seriam “o único

⁴¹² SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos Santos. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”, p. 250.

⁴¹³ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil*....., p. 274.

⁴¹⁴ NEGRO, Carlos del. *Contribuição ao estudo da pintura mineira*. Rio de Janeiro: Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN, 1958, nº 20, p. 19.

método possível”⁴¹⁵ para as referências formativas dos artistas no território colonial português, especificamente, mineiro.



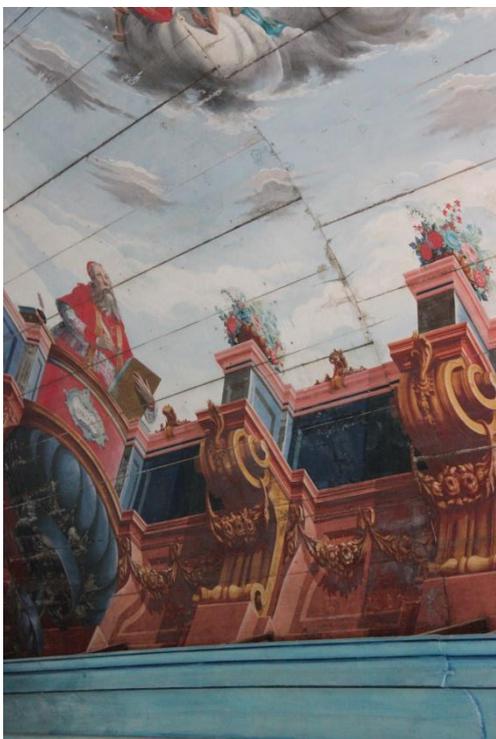
Figura 51 – Pintura do forro da nave onde se vê abaixo São Tomé em reverência à Santíssima Trindade que se posiciona acima dele. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Podemos citar, para o caso específico de Natividade, o contato com as obras de Bernardo Pires da Silva, João Nepomuceno Correa e Castro⁴¹⁶ e Manuel da Costa Ataíde que realizaram pinturas no Santuário do Bom Senhor Jesus de Matozinhos de Congonhas, onde Natividade também trabalhou. A aproximação da imagem permite a percepção dos desvios realizados pelo artista comprovando a capacidade técnica de Natividade. As curvas das abóbadas receberam as pinturas de modo que, à vista do leigo, as imagens representadas estivessem perfeitas.

⁴¹⁵ NEGRO, Carlos del. *Contribuição ao estudo da pintura mineira*, p. 19.

⁴¹⁶ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil ...*, p. 329, nota 26.

Abaixo (Figs. 52 e 53) apresento detalhes que permitem a comparação. As fotos foram captadas do coro e do chão da nave.



Figuras 52 e 53 – São Gregório. À esquerda, a representação distorcida para que à direita, a imagem seja vista em sua posição correta. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Interessante notar que no conjunto da obra de Natividade existem diferenças na qualidade da execução das pinturas, induzindo à interpretação de que nem todas teriam sido realizadas pessoalmente pelo artista. Esta indicação permite apontamentos quanto a utilização da mão-de-obra no período, pois usualmente eram encarregados oficiais e aprendizes para as tarefas que exigiam menor conhecimento dos preceitos, doutrinas ou regras da arte decorativa.

A pintura do forro da nave na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Lavras, pode ser um exemplo. Sabedora da intervenção feita nas pinturas na ornamentação dos camarins, como abordado no capítulo anterior, acredito que para este caso específico caiba a suposição de que um aprendiz ou artista menos capacitado tenha executado parcelas da pintura que se encontra no forro da capela-mor.

Ao comparar os Doutores da Igreja, fica claro que as representações humanas tiveram tratamento diverso do dado aos balcões onde estão assentadas. Estes, ao contrário do que ocorre em São Tomé das Letras, não receberam o tratamento adequado para a pintura em perspectiva o que se vê nos traços dos balcões e pilastras, além da ausência de qualidade nas pinturas dos sombreados. Sem descartar a existência de repintura sobre a policromia original, o que invalidaria a hipótese acima, é interessante notar a presença de equívocos para a iconografia dos santos.

Outra característica que chama a atenção é o tratamento dado para as figuras humanas que trazem diferenças marcantes. Cada um deles traz uma fisionomia que se distancia das demais representações de Natividade para estes elementos compositivos, excetuando-se São Jerônimo que permanece dentro de certo padrão de semelhança. Pela grande diferenciação impressa nestas figuras, seria plausível a hipótese de figurarem no teto da igreja integrantes da Irmandade do Rosário ou ainda patrocinadores das obras de ornamentação da igreja.

Para a representação de Santo Agostinho foi escolhida vestimenta idêntica a de São Ambrósio, com talares pretos e fita vermelha no entorno do pescoço, em Lavras (Fig. 54). Em São Tomé da Letras aparece como monge agostiniano (Fig. 55). Dentre os atributos figuram o livro e a pena em referência a escrita de “Confissões” onde relatou sua vida mundana e sua posterior conversão.

Na igreja da Irmandade do Rosário, em Lavras, nenhum dos atributos tradicionais é encontrado. Apresenta rosto singular parecendo retratar uma pessoa específica, provavelmente da localidade ou mesmo da Irmandade. Posiciona-se em atitude de fala, com o dedo direcionado a um suposto ouvinte e traz uma cruz em seu braço esquerdo. Essa postura causa dúvida quanto ao reconhecimento de sua iconografia. Na matriz de São Tomé, com o livro e a pena, tem os olhos voltados para o céu, em direção à representação do centro da pintura da nave, onde está a Santíssima Trindade.



Figuras 54 e 55 – São Agostinho. À esquerda, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. À direita, Igreja de São Tomé das Letras. Fotos: Rennan Pimentel e Maria Cristina N. de Azevedo, 2011 e 2014.

Gregório Magno, outro dos Doutores da Igreja, tem sua representação com barbas e cabelos brancos, indicando maturidade, o que não é convencional em sua iconografia. O livro que alude à sua sapiência, erudição e ao ofício da escrita aparece nas duas pinturas, em Lavras e São Tomé. Como para Santo Agostinho, houve uma diferenciação na apresentação das imagens de São Gregório. Em Lavras, além do livro aparecem a Cruz Pontifical com três travessas e a pomba, que, acima de seu ombro direito, o inspira. Junto à pomba, uma pequena abertura celeste por onde, simbolicamente, estaria sendo feita a ligação entre o céu e a terra (Fig. 56).

Em São Tomé a representação deste Doutor da Igreja seguiu um padrão onde cabelos e barbas brancas foram recorrentes (Fig. 57). Os atributos tradicionais ao santo não foram aplicados à imagem aparecendo exclusivamente as vestes pontificais, o livro e a pena. Da mesma maneira que Santo Agostinho tem seu olhar voltado para o centro da pintura, na direção da Santíssima Trindade.



Figuras 56 e 57 – São Gregório. À esquerda, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. À direita, Igreja de São Tomé das Letras. Fotos: Rennan Pimentel e Maria Cristina N. de Azevedo, 2011 e 2014.

Para São Jerônimo ocorreu uma aproximação maior entre as duas representações. Foi escolhida sua iconografia anacoreta, seminu, envolto por manto vermelho. Nas duas pinturas é encontrada a trombeta do Juízo Final surgindo em meio às nuvens, o que permite a interpretação do aviso divino. O livro e a pena encontram-se igualmente representados nas pinturas das duas igrejas. É neste ponto que o artista trouxe interessante apresentação formal para o São Jerônimo que se encontra na igreja de São Tomé das Letras.

Com o dorso nu, costelas a mostra e braços e mãos abertos em atitude de espanto, o rosto do santo apresenta-se amedrontado, dando a entender que tem a sua frente uma visão assustadora (Fig. 58). A pena, que provavelmente segurava, se precipita no ar sugerindo o assombramento. Esta representação difere das outras que pude encontrar para a obra de Natividade onde o santo se volta para a trombeta, em atenção ao som que ela emite.

Podem ser levantadas hipóteses de que nesta representação o santo teria testemunhado o próprio Juízo Final. Se a pintura da igreja de São Tomé das Letras foi posterior a passagem de D. Frei José da Santíssima Trindade, ou seja, depois

de 1824⁴¹⁷, seria possível associar a postura de susto e espanto à revolta de escravos – Revolta de Carrancas ou Revolta da Bela Cruz – ocorrida nas propriedades de Gabriel F. Junqueira e seus irmãos, onde foram assassinados muitos integrantes da família.



Figura 58 – São Jerônimo. Igreja de São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Em Lavras (Fig. 59) Jerônimo tem o dorso também a mostra, mas uma das mãos segura o livro que em sua iconografia representaria a *Vulgata* – versão latina da Bíblia – por ele escrita. Sua atenção está voltada para a trombeta que se projeta de um bloco de nuvens acima de sua cabeça e, por meio de finos riscos, emite o som do Juízo Final. Traz em seu semblante um rosto com representação próxima

⁴¹⁷ Ou até 1826, data da publicação do manuscrito, pois não há menção à existência das pinturas.

ao de São Tomé, permanecendo perceptível a intenção de retratar uma pessoa em especial.



Figuras 59 – São Jerônimo. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. Foto: Rennan Pimentel, 2011.

A representação de São Ambrósio (Fig. 60) permite a descoberta de um equívoco na iconografia do santo para a pintura da igreja da Irmandade do Rosário em Lavras. Provavelmente um erro do artista que executou a pintura, pois parece ter trocado os atributos de Santo Agostinho pelos de São Ambrósio. Explicando melhor.

Os atributos de São Ambrósio são: a colméia (referência a sua oratória), “uma criança no berço, ou ossadas, ou ainda um chicote com de três rabos”⁴¹⁸. A imagem de Santo Agostinho traz, em geral,

(...) o coração inflamado nas mãos, ou trespassado por uma ou três flechas em chamas, ou então pintado no peito – alusão ao Amor Divino que lhe terá incendiado o coração, conforme o diz nas suas *Confissões*. Uma criança com uma concha na mão à beira-mar é outro dos seus atributos⁴¹⁹.

⁴¹⁸ TAVARES, Jorge Campos. *Dicionário de Santos. Hagiológico, iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores de música religiosa*. 2ª ed., s.l. :Lello & Irmãos Editores, s.d., p. 17-18

⁴¹⁹ *Ibid*, p. 14-15

Na igreja de Lavras ocorreu uma troca: ou dos atributos ou do nome na tarjeta do balcão onde foram pintados. Esta varredura nas imagens permitiu compreender a representação feita para Santo Agostinho – mas que deveria ser São Ambrósio – em postura de discurso, já que a Ambrósio foi atribuído o dom da oratória. Esse “detalhe” pode indicar que, aquele que fez a pintura ou o acabamento dos balcões não conhecia a iconografia católica, imprimindo um erro na representação dos santos. Este fato levaria à hipótese de que não se poderia atribuir ao pintor Natividade o término do trabalho, pelo equívoco acima exposto.



Figuras 60 e 61 – São Ambrósio. À esquerda Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Lavras. À direita, Igreja de São Tomé das Letras. Fotos: Rennan Pimentel e Maria Cristina N. de Azevedo, 2011 e 2014.

Se para Lavras o artista não teria completado o trabalho, a pintura que se encontra na igreja da serra das Letras (Fig. 61) apresenta a qualidade do traço e pincel do artista, comprovando pela técnica e composição a sua presença na execução da obra. Carlos Magno de Araújo e Edmilson Barreto Marques constataram em suas pesquisas que Natividade trabalhava em diversas frentes – pintura, encarnação e policromia – e que se aproximou de mão-de-obra especializada nas diferentes áreas. A execução de parcela da pintura por aprendiz

ou oficial mecânico que trabalhasse em conjunto com o pintor seria a possibilidade de explicar tantas obras em período tão próximo.

Foram levantados os nomes dos escultores Mestres do Cajuru e do Piranga⁴²⁰ para o trabalho de policromia feito por Natividade em conjunto com outros artistas, na região dos Campos das Vertentes. A pintura da nave de São Tomé das Letras recebeu a aplicação de arranjos florais, identificados como padrão para sua policromia pelo pesquisador Carlos Magno de Araújo. O pesquisador percebeu, também, a integração dos conjuntos de imaginária e ornamentação dos templos onde foram encontradas obras do artista.

A ornamentação, completamente coerente ao gosto rococó, coincide de forma bastante peculiar com a policromia dos forros, retábulos e demais imagens da igreja matriz de onde é proveniente⁴²¹.

Na pintura desse forro as flores podem ser encontradas em três situações. Nas pilastras em vasos com fartos arranjos (Fig.62) e, nos balcões do muro-parapeito, anjos e pássaros trazem delicadas guirlandas (Fig. 63 e 64). Nos vasos seguem a mesma composição antes descrita e se apresentam em arranjos com rosas, dalias, flores do campo e folhagens. As rosas foram aplicadas nas cores azul, vermelha e rosa matizado. Para as dalias foi escolhido um vermelho matizado nas pétalas. Aos conjuntos de pequenas flores petaladas em ramos foram dadas as cores branca, azul e vermelho. As folhagens acompanham o tom azulado das demais flores saltando, aqui e ali, ramos em ocre⁴²².

As guirlandas dos anjos possuem finos fios onde pendem pequenas flores nas cores branca, azul e vermelha. Nas mãos seguram rosas que se apresentam nas cores vermelha, branca e azul. Estas últimas se alternam para os anjos de cada lado da pintura. Nos bicos dos pássaros pendem os finos fios compostos por flores apresentando leveza e movimento.

⁴²⁰ ARAÚJO, Carlos Magno. “Nossa Senhora da Conceição”, pp. 121-130; MARQUES, Edmilson Barreto. “O santeiro de Garambéu”, pp. 131-140

⁴²¹ Ibid, p. 130

⁴²² Não foi possível identificar se as folhagens em tom amarelado receberam folhas de ouro.



Figura 62 – Arranjo florais aplicados na pintura da nave. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.



Figuras 63 e 64 – Detalhe de anjo e pássaro com guirlanda de flores. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, ao analisar esta pintura, assinalou as técnicas de sombreados e as transparências na aplicação das vestimentas (Fig. 65 e 66) dos Doutores da Igreja. De grande delicadeza, esta característica do artista

pode ser admirada, o que remete ao *talento* e *alto nível* do artista, sendo padrão recorrente em sua policromia. Carlos Magno de Araújo identificou a aplicação dos modelos dos pastilhos utilizados nos barrados da policromia de imaginária para a pintura nas rendas das mangas das vestimentas dos Doutores da Igreja⁴²³.



Figura 65 – Detalhe das transparências na vestimenta de Santo Agostinho. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.



Figura 66 – Detalhe das transparências na vestimenta de São Gregório. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Fotos: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Retomando a imagem central, para fechar a pintura da nave, gostaria de chamar a atenção para um detalhe que não é exclusividade da pintura na matriz de

⁴²³ Este modelo também pode ser encontrado na pintura da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Lavras.

São Tomé das Letras. A representação da Santíssima Trindade traz o Pai e o Filho envoltos em nuvens e anjos, que se posicionam da maneira mais variada. Um deles, no entanto, apresenta expressão bastante contrariada. A cabeça de um anjo serve de apoio aos pés de Jesus e, pela representação feita, o anjo não gostou da situação a qual foi submetido (Fig. 67). Este mesmo posicionamento dos pés de Cristo pode ser encontrado nas pinturas de forro da capela do Divino Espírito Santo⁴²⁴ e na de São Miguel Arcanjo, no Cajuru.



Figura 67 – Detalhe da representação de Cristo pisando sobre a cabeça de um querubim. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Para a capela-mor foi utilizado modelo diverso ao da pintura da nave. A paleta e composição próprias ao barroco, com o uso de tons mais escuros e terrosos pode ser percebida na pintura do quadro central (Fig. 68).

⁴²⁴ Seu conjunto decorativo encontra-se em capela situada na cidade de São João del Rei.

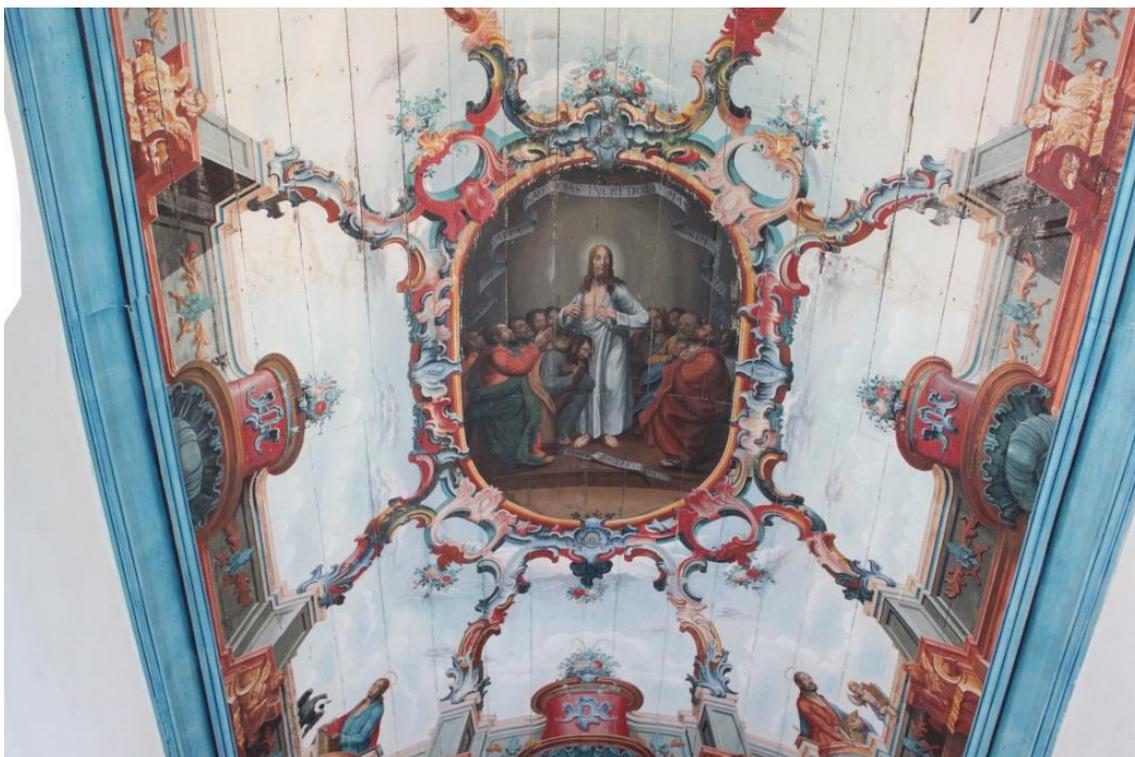


Figura 68 – Detalhe do quadro central no forro da capela-mor. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

O quadro central está envolto em estruturas compostas por rocalhas coloridas, o que quebra a sobriedade da cena da aparição de Cristo aos apóstolos. Aqui as chagas de Jesus são por ele expostas aos 11 apóstolos que se encontram de joelhos, circundando-o. As rocalhas apresentam as cores recorrentes na paleta do artista predominando os vermelhos, azuis e ocre (Fig. 69). Pendidos em rocalhas nas extremidades do quadro central são vistos arranjos florais simples, com duas flores e delicadas folhagens, como as encontradas nos vasos da pintura da nave. As cores se alternam entre o branco, o rosa matizado, o vermelho e o azul (Fig. 70). O arremate é composto por rocalhas coloridas e um grande buquê.

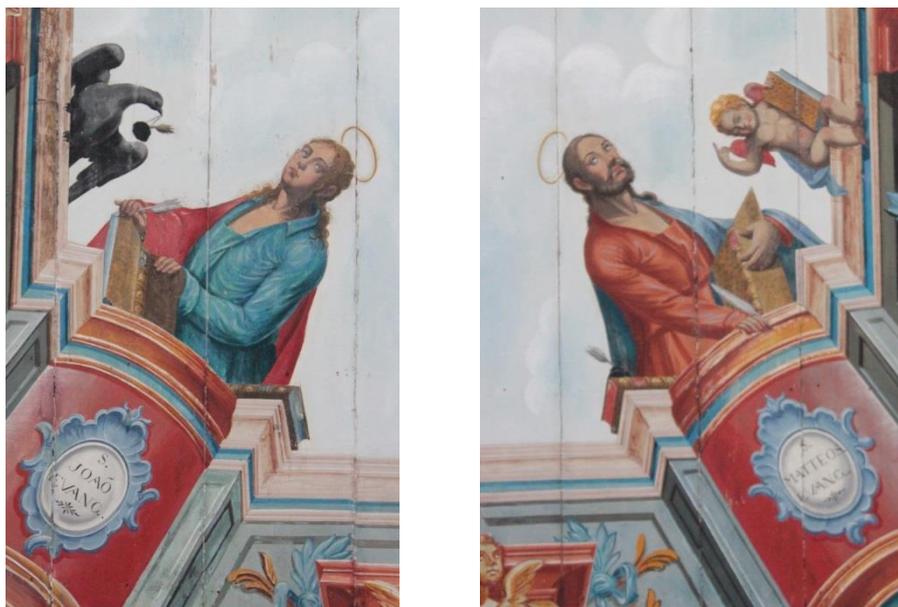


Figura 69 – Rocalhas e buquês pendidos. Forro da capela-mor. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.



Figura 70 – Buquê no arremate do quadro central do forro da capela-mor. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

Seguindo o modelo de muro-parapeito, mais simplificado pelas dimensões do forro, traz nas suas extremidades os Evangelistas com livros e penas nas mãos. Entrando pelo arco-cruzeiro se posicionam São João e São Mateus, dos lados Epístola e Evangelho especificamente. São João (Fig. 71) é representado jovem e sem barba, acompanhado da águia segurando no bico o tinteiro. Já São Mateus (Fig. 72) não vem acompanhado de seus atributos tradicionais: a balança de cambista e a bolsa de cobrador de impostos.



Figuras 71 e 72 – À esquerda São João com a águia. À direita, São Mateus com o anjo. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

A narrativa que se apresenta na capela-mor da igreja de São Tomé das Letras inicia com os Evangelistas João, do lado Epístola, e Mateus, do lado Evangelho. Em seus escritos reportam a ressurreição e a aparição de Jesus aos seus discípulos, eles incluso.

Em João 20 é relatado o desaparecimento do corpo e a incredulidade dos discípulos frente a ressurreição do filho de Deus. Nos versículos 19-24 passa-se à aparição de Jesus para os Onze discípulos, já que Tomé não se encontrava. Nessa passagem, Cristo mostra-lhes as chagas. Na imagem do quadro central essa passagem é reproduzida.

A narrativa do quadro central continua na fita que se encontra acima da cabeça de Jesus e dos apóstolos, passagem que se encontra no mesmo capítulo. Tomé, ao ouvir o relato dos companheiros diz que somente tocando as chagas acreditaria na ressurreição do Mestre. Em uma segunda aparição, descrita no capítulo 20 versículos 26-29, Jesus ordena a Tomé que toque em sua chaga para que ele creia. Na fita lê-se “Thomé vê: apalpa: não sejas incredolo mas sim cede fiel”. Aos pés de Jesus e dos Onze encerra a passagem a fita que traz a resposta de Tomé a sua constatação do milagre da ressurreição: “Senhor meu e Deus meu!”

Em Mateus é interessante a composição da narrativa na imagem. Chama da mesma maneira a atenção a ausência de seus atributos – a balança de cambista e a bolsa de cobrador de impostos – e a presença de um anjo ao seu lado. O

pequeno anjo segura um livro e, com o olhar voltado para o fiel, aponta o dedo em riste na direção do quadro central, onde se encontra a aparição de Jesus aos onze discípulos. Em Mateus 28:5-7, o anjo (que também aparece nos outros evangelhos) traz a notícia da ressurreição de Jesus e pede que seus discípulos sejam avisados e o encontrem na Galiléia⁴²⁵. É esta a mensagem que dá o anjo ao lado de São Mateus, na capela de São Tomé das Letras. O encontro entre Jesus e seus seguidores vai sendo anunciado pelos Evangelistas que se encontram exatamente na entrada da capela, logo após o arco-cruzeiro.

Seguindo pela capela-mor, o quadro central (Fig. 73) apresenta o encontro entre Jesus e os onze discípulos com a apresentação das 5 chagas. Os discípulos encontram-se de joelhos, em sinal de reverência. Enquanto um deles volta-se para as chagas que são mostradas por Jesus com a veste aberta no peito, outro muito próximo a ele lê a faixa com a resposta de Tomé. A composição tem os discípulos ladeando Jesus, em uma arrumação congestionada, onde dois dos apóstolos não tem seus rostos retratados. Em atitude de contrição ou oração, os discípulos constataam a veracidade das chagas e da ressurreição.



Figura 73 – Representação da aparição de Cristo para os apóstolos. Forro da capela-mor. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

⁴²⁵ Esse encontro de Jesus com os apóstolos na Galiléia é referenciado como Grande Comissão que diria respeito à evangelização pelos discípulos. Não entrarei na discussão sobre esta nomenclatura, pois não é esse o objetivo desta pesquisa.

Ao fundo da capela, acima do altar-mor, são retratados São Lucas (Fig. 74) do lado direito (lado Epístola) e São Marcos (Fig. 75) no lado esquerdo (lado Evangelho).



Figuras 74 e 75 – À esquerda São Lucas vendo-se o touro atrás. À direita São Marcos, voltado de costas para o fiel e, ao lado, o leão. Igreja de São Tomé, São Tomé das Letras. Foto: Maria Cristina N. de Azevedo, 2014.

São Lucas tem, junto a si, a representação do touro, iconografia do evangelista. No livro que segura e está com a página voltada para o fiel, aproximando o foco, foi possível identificar “Cap. X”.

Sendo inviável a leitura do texto na pintura, o capítulo 10 de São Lucas versa sobre o envio de discípulos por Jesus a diferentes lugares para a evangelização. Interessante que nesta passagem o tema da evangelização é central e a frase de saudação que tem a paz como tema é evocada, como na passagem da ressurreição. Em Lucas 24: 38-40, como nos outros Evangelistas, é abordada a ressurreição e a incredulidade de seus seguidores reforçando a necessidade da visão e do toque nas chagas pelos discípulos para que pudessem crer.

São Marcos aparece em posição inusitada, de costas para o fiel. Com seu corpo voltado totalmente para a visão central, mal se vê o rosto da imagem. Segura a sua frente um grande livro que representa o seu Evangelho. Completa a iconografia o leão, com a frente, as patas e garras no muro-parapeito, tem grandes olhos e juba discreta.

Em seu Evangelho encontram-se as temáticas existentes nos demais: a ressurreição, o convite ao encontro na Galileia e a censura a incredulidade. Importante é a orientação para que os discípulos sigam pregando o evangelho, divulgando a fé e sinalizando a divindade da religião.

Ao fundo, no lado direito do quadro central, um dos retratados lembra uma figura feminina ao invés de masculina. Em Marcos 16:9 é dito que foi a Maria Madalena que Jesus apareceu a primeira vez. Se a representação for para uma mulher, nesse trecho é possível encontrar a justificativa.

É na nave que o ciclo se fecha com a aparição de Jesus para Tomé, que havia duvidado da ressurreição e dito que, para crer, precisaria ver e tocar as chagas. A fita que Tomé carrega traz a inscrição “Senhor salvai a todos” em alusão, provavelmente, à incredulidade dos discípulos, pretéritos e coevos.

O uso das cores e iconografia vigentes, aliados ao apuro técnico foram quesitos que estariam em atendimento aos anseios da população. A qualidade apresentada na representação pictórica e o cuidado na construção da narrativa e adequação das imagens para o conjunto das pinturas da igreja reforçam o esmero com que a obra foi tratada.

Era comum que, ao indivíduo ou irmandade com grande disponibilidade de recursos, fosse feita a contratação de artista renomado exigindo do mesmo a execução completa da obra cabendo ao mestre, nesses casos, desde o risco até a pintura final. Esse tipo de contratação – exigência da execução da obra pelo mestre – pode sugerir o entendimento do termo *prestígio* em um sentido atualizado em que a capacidade de influência e destaque nas relações sociais do contratador era revelada.

Assim, a capacidade de mobilização de recursos para a realização das obras solicitadas aproxima os termos *prestígio* e *fortuna*. Pela erudição apresentada na composição da pintura da nave de São Tomé das Letras, seria possível afirmar que ao artista coube a execução completa da obra, reconhecendo a capacidade de recursos dos contratantes para a ornamentação do templo.

Caio César Boschi refere-se a competição, no século XVIII, entre as associações leigas que buscavam ter em suas igrejas obras que transcendessem a beleza estética, através da contratação de artistas que as transformariam em “fator

de prestígio, de autoafirmação e de destaque”⁴²⁶. Para o século XIX, seria plausível utilizar esta perspectiva para a contratação de artistas por indivíduos ou grupos que, mesmo sem vínculos com ordem ou irmandade leiga, buscavam prestígio e destaque através da realização de obras de ornamentação em seus templos. Nesse sentido, estes seriam os responsáveis pela continuidade e manutenção da demanda e consumo de objetos de arte sacra na região da Comarca do Rio das Mortes.

José Newton Coelho Meneses, em seu estudo sobre a produção de bens para a sobrevivência cotidiana no espaço lisboeta e das Minas setecentistas, aponta a existência de uma variabilidade significativa de fatores para a escolha dos objetos de consumo pelos indivíduos daquelas sociedades. Dentre eles “a capacidade econômica de consumir, (...) a identidade social que se buscava atingir ou preservar, (...) o culto religioso, (...) e as relações de sociabilidade”⁴²⁷.

Não seria difícil aproximar esta assertiva da realidade encontrada no sul de Minas nas primeiras décadas dos Oitocentos. A capacidade econômica pode ser respaldada pelas fortunas que se formaram na região através da produção e comércio de gêneros de abastecimento. As relações de sociabilidade se davam em ambiente religioso, pois não se caracterizou pela predominância de áreas urbanas tendendo a concentração populacional nas propriedades rurais. A cidade era frequentada, em geral, para as festividades e cerimônias do calendário litúrgico.

Ao disponibilizar recursos os financiadores das obras exigiam que a qualidade das obras artísticas fosse compatível com os valores mobilizados. Desse modo, ficou retratado nas pinturas da igreja o esforço empreendido pelos devotos de São Tomé. As igrejas, nesta ótica, parecem carregar o significado do privilégio social de maneira ampla: como matriz de freguesia, na história das cidades e como *locus* simbólico pela composição de sua arte. Percebidas como expressão e simbolismo de poder, relacionam-se à estrutura hierárquica⁴²⁸ da sociedade que a constituiu, alterou e manteve. Enobrecem as localidades e são enobrecidas pela composição social dos seus benfeitores e frequentadores.

⁴²⁶ BOSCHI, Caio César. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*, p. 40

⁴²⁷ MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais*, p. 46

⁴²⁸ FONSECA, Claudia Damasceno. “Funções e hierarquias urbanas”, p. 43

5 Conclusão

A ereção de capelas e igrejas é um movimento revelador dos processos de ocupação e controle do espaço nas Minas setecentista e oitocentista, indicando que as edificações religiosas mantiveram-se como critério para a promoção e a qualificação das povoações e seus habitantes não apenas no período colonial.

Percorrendo as localidades de Baependi e São Tomé das Letras, pode ser vislumbrado o espaço urbano sob a lógica de construção de um jogo hierárquico simbólico. Um jogo que se utiliza da orientação e localização dos prédios religiosos na topografia local para registrar, na construção da paisagem urbana, as posições dos diferentes agentes sociais. Nessa perspectiva, é possível entender a criação de um discurso de origem e de hierarquia social subjacente à inserção dos prédios religiosos na malha urbana, associando a edificação das igrejas com o local de uma ocupação primitiva na história da cidade.

Gravado na memória da população, as tradições e as construções criaram uma representação de pioneirismo para aqueles que estabeleceram a devoção do padroeiro local. Em Baependi, o que se conta é que o direcionamento da portada principal da matriz obedeceria a uma imposição dos doadores do terreno, o que é contestado pela escritura do patrimônio. Na serra das Letras ocorreu movimento similar no que diz respeito a associação entre a fundação da localidade e a ereção de uma capela.

No entanto, cabem peculiaridades aos dois casos. Em Baependi a ação fundadora foi associada a um português ligado aos quadros militares e que trouxe consigo uma devoção espanhola. Para o caso de São Tomé é a figura de um proprietário de terras e escravos que está relacionada à criação do lugar, com direito a versões envoltas em situações que transcendem a realidade.

Nestes dois casos, a criação das localidades obedeceu a uma intencionalidade de dominação e controle do espaço, sendo o princípio da conveniência o norteador das ações fundacionais. Ocorrido em 1754, o registro do patrimônio da igreja matriz em Baependi pode ser entendido por tal chave pois, o documento permitiu ao português Luiz Pereira Dias estabelecer seu monopólio sobre as atividades produtivas, se resguardar da perda das terras e delimitar a área

para a ereção da igreja e criação do arraial. Atendeu aos interesses dos moradores, da Coroa e aos seus particulares.

Em São Tomé das Letras não se fugiu muito a esta regra. Como as versões giram em torno da descoberta da imagem do apóstolo Tomé e/ou da fuga do escravo é possível se refletir na possibilidade de a gruta ser local de refúgio para os cativos da região. Nessa perspectiva, não seria inconveniente para o português João Francisco Junqueira construir uma capela ali, naquele alto de serra. A ação da fundação do lugar ficou associada ao proprietário de terras e escravos que erigiu a capela que deu origem ao povoado. Quanto ao retorno do cativo para a fazenda, isso pode ser interpretado como o fator que tornou a relação de dominação ainda mais latente.

As estórias de origem das localidades podem ser entendidas no sentido de atendimento aos princípios da conveniência e do decoro⁴²⁹ com vistas à utilidade pública e ao atendimento dos serviços religiosos. A negociação entre as partes não se fez presente nestes casos, o que pode ser identificada foi a ação de dominação e controle por parte daqueles que possuíam as propriedades de terra onde foram erguidas as igrejas.

As igrejas onde são encontradas obras de Joaquim José da Natividade estão situadas em localidades com tradição agropecuária. Não seria coincidência a atuação do artista em região limítrofe e em período concomitante, pois a pesquisa pareceu mostrar que o movimento do artista seguiu o movimento demográfico interno ao território mineiro, em direção ao sul de Minas. Erguidas entre meados do século XVIII e início do século seguinte, estas igrejas estão inseridas no contexto de crescimento populacional da região o que teria demandado a ampliação do atendimento religioso.

Verificou-se que o artífice vinculou o exercício de seu ofício a uma sociedade onde as fortunas acumuladas pela atividade da produção e comércio de gêneros de abastecimento permitiu a ascensão de um grupo social com propriedades de terra e escravos. Estes, demonstraram interesse na ornamentação das igrejas que frequentavam, indicando a constituição de lugares de distinção em relação aos demais habitantes.

⁴²⁹ Adequação da ação ao fim que se pretende.

A construção de calçadas e pontes, a reforma e ornamentação da igreja matriz e a constituição de irmandades para negros e pardos na Vila de Santa Maria de Baependi, são exemplares nesse sentido. Aqui esse movimento pode ser percebido na organização do espaço urbano com vistas à constituição de uma melhor circulação de produtos e gentes. O aumento demográfico na região pode ser um indicador dessa tendência de seleção do espaço em relação ao grupo social.

A ereção das capelas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Boa Morte pode ser entendida no mesmo processo, como indicador de uma presença significativa e crescente de pardos e negros na sede e termo da vila. Por outro prisma, estabeleceu a constituição de limites espaciais para os grupos sociais ao deslocar essa parcela da população para outros prédios representando a estratificação social através da conformação do espaço religioso.

As capelas e igrejas estavam sendo reformadas e ornamentadas para um público específico, que se diferenciava ao financiar obras pias com os recursos para a contratação de artistas e a compra de material para a execução de pinturas, entalhes e douramentos nos templos que frequentavam. A aquisição de imaginária - e a sua manutenção - era outro item de distinção entre os devotos, o que pode ser percebido pelas referências nas memórias locais e nos registros paroquiais com a recorrente indicação dos benfeitores das obras sacras. Inclusive, até hoje podem ser encontradas as indicações dos donativos junto aos retábulos, imagens ou vitrais, numa atualização de memórias e distinções.

A partir da criação de praças e largos, ruas e caminhos, a malha urbana foi estabelecendo um afastamento ou aproximação dos grupos representativos da sociedade tendo como referente o espaço de localização da igreja matriz. Assim, o lugar social é também o lugar que se ocupa na cidade.

Dom Frei José da Santíssima Trindade não deixou de notar os usos e costumes dos fiéis nas freguesias que visitou na Comarca do Rio das Mortes. Por um lado exaltou seus zelosos párocos, no entanto, foi incisivo nas críticas referentes às vestimentas de homens, mulheres e eclesiásticos. A estes últimos ameaçou com a perda do cargo e excomunhão. As críticas indicam que a obrigatoriedade do uso dos trajes do ofício religioso não era seguido pelos clérigos, denotando um distanciamento entre o rigor dos provimentos e o real cotidiano da província.

O Bispo foi igualmente enfático na repreensão ao comportamento inadequado das mulheres. Em geral, os ataques se direcionaram às vestes femininas que deixavam os colos nus, associando a vestimenta à inadequação ao lugar que deveriam ocupar como mães de família. Em dois dos casos referiu-se ao falatório das mulheres nos templos. As igrejas da Comarca do Rio das Mortes podem ser percebidas, nestes fragmentos, como lugares de encontro social onde eram exibidos os frutos do trabalho daqueles que se dedicavam às terras de cultura e aos campos de criar, o que não era uma exclusividade daquela região.

Caracterizadas pela fixação da população nas áreas rurais, ao invés das grandes concentrações urbanas, os arraiais e vilas do sul de Minas foram constituídos por uma frequência que ganhava vulto nas festas, procissões e cerimônias civis. As igrejas de Baependi e de São Tomé das Letras podem ser enquadradas neste contexto, já que nas áreas das duas localidades predominaram as propriedades com presença de significativo número de escravos. Algumas delas contando com um efetivo de 90 a 120 escravos.

Era o caso dos integrantes da família Junqueira que tinha suas fazendas situadas em áreas limítrofes, nos termos das Vilas de Baependi e São João del Rei. Equipadas com senzalas e moinhos, com grandes plantéis, a família acumulou fortuna e se estabeleceu social e politicamente em Minas Gerais. A primeira geração alçou postos militares, da administração local, eclesiástico e de representação política regional.

Ao patriarca da família coube a edificação da primeira capela, aos filhos e netos ficou reservada a continuidade da obra, com a ereção de templo maior e com todos os ornamentos necessários para a execução dos ofícios divinos. Mesmo atendendo a um público diminuto, a ermida da serra das Letras recebeu o tratamento decorativo dado às igrejas de maior porte que o dela. Os benfeitores locais contrataram um artista que, com seu talento, deixou registrado nas pinturas de forro e na ornamentação dos camarins a qualidade de seu trabalho e dos recursos amalhados para a obra que efetuou.

Ao artista era exigido conhecimento técnico e capacidade criativa para a execução de obras que causassem o “maravilhamento” dos fiéis, aos contratantes se fazia necessário a mobilização de recursos necessários para pagar honorários e materiais para que a qualidade da obra apresentada fosse a melhor possível. Esta equação aconteceu nas igrejas de São Tomé das Letras e de Carrancas.

A constatação da qualidade das obras empreendidas nas duas igrejas leva à conclusão de que a mobilização financeira de integrantes da família possibilitou a execução de peças de ornamentação únicas, expressando pictoricamente o prestígio e a fortuna de artista e contratantes. A utilização de modelo exclusivo com a aplicação de folhas de ouro, para a igreja de Carrancas, e o rebuscamento na composição das pinturas do forro da igreja de São Tomé, ratificam esta proposição. O exemplo de um conjunto artístico inserido em uma área de influência econômica, política e social de uma mesma família que representava fortuna e riqueza permite a leitura da produção de arte sacra como representação simbólica de hierarquia e distinção social.

6 Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Municipal de Baependi - MG

Livro de Arrematação das rendas da Câmara e Obras Públicas (1814 – 1838)

Livro da Fábrica da Igreja Matriz de São Tomé das Letras – 1845-1854.

Ofício do Governo. Ouro Preto. Palácio do Governo, 4 de junho de 1840.
Transcrição: Maria Cristina Neves de Azevedo

Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha - MG

Livro de Óbitos nº 8 (1836-1841). BAE LO – 05.

Livro Tombo nº 1. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Monserrate.
Paróquia de Santa Maria de Baependi, 1860-1890.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - MG

1º Livro de Contas do Santuário de Bom Senhor Jesus de Matozinhos de Congonhas do Campo, 1757 a 1825, prateleira H, nº 26

IPHAN - ESCRITÓRIO TÉCNICO DE SÃO JOÃO DEL REI - MG

Livro de Notas nº 1. Escritura de doação que fez o outorgante o Tenente Joaquim José da Natividade a outorgada Dona Jesuína Onória de Jesus como abaixo se declara; 1815.

Livro de Autos de Querelas nº 4, 1811-23. Auto de Querella de Cassemiro José da Silva Flores contra sua mulher Jesuína Onória de Jesus. 1819

Arquivo Público Mineiro - MG

SG-Cx.91 – Doc. 18. Alvará régio determina os limites da vila da Campanha da Princesa, cria a vila de Santa Maria de Baependi, assim como a de São Carlos do Jacuí, etc. (Documento Impresso), Rio de Janeiro, 19/07/1814. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=667>

SG – documentos não encadernados. Cx.125 doc 018 e 021, s.d

SG-Cx.95-Doc.47, 1815

SG – documentos não encadernados. Cx.125 doc 018 e 021, s.d

Coleção Mapas de População. MP.Cx. 06-Doc.25

“Notas chorographicas. São Thomé das Letras em Minas”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/volume 04, pp. 566-569. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1899

Biblioteca Nacional - RJ

MAPPA da Capitania de Minas Gerais. [S.l.: s.n.], 1810. 1 mapa ms., desenho a nanquim, col., 95 x 82. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.htm

Arquivo do Estado de São Paulo - SP

Solicitação em nome dos moradores de Baependi, de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para permanência de religioso no lugar. 04/04/1723. APESP 88-2-22. Transcrição 7 – Fólio 1r.

Prefeitura Municipal de Baependi - MG

Conselho Municipal de Patrimônio. *Inventário de tombamento - Igreja de Nossa Senhora do Montserrat*. Baependi, 2000.

_____. *Inventário de tombamento - Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Baependi, 2000

_____. *Plano de Inventário do Município de Baependi*. Baependi, 2002.

Planta Geral do Município de Baependi. Engenheiro Celso Watanabe, 2005.

Obras de Referência

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 2, 1789/1813.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade*; estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais.

Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998. Versão eletrônica disponível no endereço: <http://pt.scribd.com/doc/46897470/Visitas-Pastorais-de-Dom-Frei-Jose-Da-Santissima-Trindade-1821-1825>

VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.) *Almanaque Sul-Mineiro*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

_____, Bernardo Saturnino da (org.) *Almanack Sul Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 2. ed., São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Antonio Louzada Antunes, 1707/1853. Reedição comemorativa, 2007.

Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANGELO, Leonardo Bassoli. “Tensões no Rio Doce: uma análise sob a perspectiva da Direção Geral dos Índios de Minas Gerais (1824-1829)”. In: *Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*. Mariana – MG, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340710511_ARQUIVO_AstensoesnoRioDoceumaanalisesobaperspectivadaDirecaoGeraldosIndiosdeMinasGerais.pdf

ARAÚJO, Carlos Magno. “Nossa Senhora da Conceição. Um caso de remoção de repintura contribuindo para atribuição de autoria”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), nº 2, 2003, pp. 121-130.

_____. *Nossa Senhora da Conceição: um caso de remoção de pintura contribuindo para atribuição de autoria*. Orientadora Maria Regina Emery Quites. Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte: UFMG, 2003

_____. “A policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região dos Campos das Vertentes e Sul de Minas”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), n. 1, 2001, p. 148

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. 2ª ed. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1994

- ÁVILA, A.; GONTIJO, J. M. M.; MACHADO, R. G. *Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. São Paulo: Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho/Companhia Editora Nacional, 1980.
- AZEVEDO, Moreira, Dr. “Os túmulos de um claustro”. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Parte Segunda, Tomo XXIX, pp. 263-308. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1866
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Edição comemorativa de dois séculos e meio da capital de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora SATERB, 1971.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII”. *Anais do Museu Paulista*. vol. 20 no.1 São Paulo Jan./June 2012, pp. 201-230 Dossiê – Caminhos da História da Urbanização no Brasil-Colônia. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100008>.
- BATISTA, Letícia S.; SANTOS, Juliana S. de R.; QUADROS, Lucas S.; RODRIGUES, Adriano S.; MATEUS, Elias T. “Reflexões sobre linguagem, escrita e paleografia”. In: *Uni/Versos* - ano 1, nº 6, dezembro de 2013. Disponível em: www.sisbin.ufop.br/bibichs/universos.
- BLUTEAU, D. Rafael. *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- BOSCHI, Caio César. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História, nº 123
- BRENNA, Giovanna Rosso Del. Medieval ou Barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial. *Revista Barroco*, v. 12, UFOP, 1981.
- BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. “Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 11-40. jan.- jun. 2012
- CALMON, Pedro. *História de Minas e Memórias de Nogueira da Gama*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, v. Coleção Documentos Brasileiros, 1985.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Cultura Barroca e manifestações do Rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998
- CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais (Notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da USP, 1968.

Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/igreja-iluminismo-e-escolas-mineiras-coloniais/preambulo/11/texto>

CHARTIER, Roger. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *História cultural. Práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. pp 13-28

_____. *História cultural. Práticas e representações*, p. 26 Apud. Roger Chartier (sob a direção de). *Les usages de l'imprimé (XV-XIX siècle)*. Paris: Fayard, 1986

CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. 2.

COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSTA, Firmino. “História de Lavras. Apontamentos”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano/vol. 16, vol/nº/fasc. 1, jan-jun, 1911.

FONSECA, Claudia Damasceno. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos. A concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*, nº 29, jan 2003, pp. 39-51.

_____. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. *Circuito do Ouro – Campos das Vertentes: atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1981. v. 2.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras entre o Setecentos e o Novecentos e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. vol. 1. São Paulo, USP, 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido, 20ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

- KENNETH, Maxwell. R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KRAUSS, Luiz Roberto. *A igreja matriz de São Thomé no contexto da História da Arte colonial luso-brasileira*. Monografia de Especialização. Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, 2012
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. A Diocese da Campanha sobre memórias de A. O. dos Santos Pires. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1993.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1993.
- LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- LUNA, F. V. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. Tese para doutoramento à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.
- MACHADO, Fernanda Tozzo e TEIXEIRA, Raquel. Restauração do quadro “Barão de Alfenas”, de Nicolau A. Facchinetti, São Thomé das Letras, MG, p. 2. Disponível em: http://www.pedigreedaraca.com.br/artigo_restauracao_quadro_barao_de_alfenas_abracor.pdf
- MARQUES, Edmilson Barreto. “O santeiro de Garambéu”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), n. 3, 2007, pp. 131-140
- MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, 2.v.
- MATA, Sérgio da. “O sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)”. In: *Rhema - Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio*, v. 4, n. 16, pp. 11 – 43, 1998.
- MENESES, José Newton Coelho. "Ofícios mecânicos". In: ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- _____. *Artes fabris e ofícios banais. O controle dos ofícios pelas Câmaras de Lisboa e da Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- NEGRO, Carlos del. *Contribuição ao estudo da pintura mineira*. Rio de Janeiro: Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN, 1958, nº 20
- NICOLIELLO, Maria José Turri. "Baependi: contexto histórico, econômico e social". In: *Anais I Encontro de estudos sobre Nhá Chica*. Baependi: Associação Beneficente Nhá Chica/ABNC. 2005.
- OLIVEIRA, Myriam A. R. de. "A pintura perspectiva em Minas Colonial – ciclo rococó". In: ÁVILA, Affonso. *Revista Barroco 12*. Ano 1982/83. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Estudos Mineiros, pp. 171-182
- _____. "Tipologia da talha rococó em Minas: retábulos de capela-mor". *Revista Barroco*, Belo Horizonte, 25 a 29 setembro 1989.
- _____. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942a.
- PELÚCIO, José Alberto. *Templos e crentes. Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942b.
- PEREIRA, André Luiz Tavares. *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*. Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- PINTO, Luiz. Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- ROMEIRO Adriana. "Artista, artífice e artesão". In: ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RUSSEL-WOOD, John. "A sola dos pés é boa para aprendermos a história de um lugar". *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Edição 38, 09 dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/a-j-r-russell-wood>
- SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. "Cativos da arte, artífices da Liberdade: a participação de escravos especializados no barroco mineiro". In: PAIVA, Eduardo França. *Escavidão, mestiçagens e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. “Pintores mulatos do ciclo rococó mineiro”. In: ARAÚJO, Emmanuel (org.) *A mão afro-brasileira. Significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.

_____. *Enciclopédia Itaú Cultural – Artes Visuais*. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2241&cd_item=3&cd_idioma=28555

_____. “Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro”. In: *Revista Barroco* 20. Ano 2012/2013. Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, pp. 243-256. Publicado a pedido do autor do texto no site do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes – IHGT. Disponível em: http://ihgt.blogspot.com.br/2014_01_01_archive.html.

TAVARES, Jorge Campos. *Dicionário de Santos. Hagiológico, iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores de música religiosa*. 2ª ed., s.l. :Lello & Irmãos Editores, s.d.

TELLES, José Homem Correa. *Manual do Tabellião ou ensaio de jurisprudência eumática contendo a colleção de minutas dos contractos, e instrumentos maus usuaes, e das cautelas mais precisas nos contractos, e testamentos*. Lisboa: Impressão Regia, 1830

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade*; estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998. Versão eletrônica disponível no endereço: <http://pt.scribd.com/doc/46897470/Visitas-Pastorais-de-Dom-Frei-Jose-Da-Santissima-Trindade-1821-1825>

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1974.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP, 1951.